



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

VII Legislatura  
I Sessão Legislativa

Número: 11  
Horta, Quinta-Feira, 15 de Fevereiro de 2001

**Presidente:** *Deputado Fernando Menezes*  
**Secretários:** *Deputados António Loura e Raúl Rego*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos iniciaram-se pelas 10 horas e 30 minutos.*

#### **Período de Antes da Ordem do Dia:**

Após a leitura da correspondência, entrou-se no período destinado a intervenções de interesse político-relevante para a Região, tendo proferido intervenções, a diverso título, os Srs. Deputados Nuno Amaral (PS), Bento Barcelos (PSD), Nélia Amaral (PS), José San-Bento (PS), José Decq Mota (PCP), Duarte Freitas (PSD), Ana Paula Marques (PS), bem como a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais, *Fernanda Mendes* e o Sr. Secretário Regional da Economia, *Duarte Ponte*.

#### **Período da Ordem do Dia:**

**1. Apresentação da Proposta de Resolução, do PS, sobre “Biblioteca Inclusiva”,** Deputada Nélia Amaral (PS).

**2. Apresentação da Proposta de Resolução, do PS, sobre “Apoio a Idosos”,** Deputada Gilberta Rocha (PS).

**3. Comunicação do Governo Regional à Assembleia Legislativa Regional dos Açores,** feita pelo Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho*.

Na sequência desta comunicação, proferiu uma intervenção o Sr. Deputado José Decq Mota (PCP), tendo o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho*, prestado alguns esclarecimentos.

**4. Continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional – Criação do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia,** em que intervieram os Srs. Deputados Joaquim Machado (PSD), José San-Bento (PS), Francisco Sousa (PS), bem como os Srs. Secretários Regionais da Presidência para as Finanças e Planeamento, *Roberto Amaral* e Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho*.

Submetida à votação, na generalidade, foi a mesma aprovada por maioria.

Na discussão na especialidade, usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Sousa (PS) e Joaquim Machado (PSD), tendo a mesma sido aprovada, na especialidade por maioria.

Produziram declarações de voto a Sra. Deputada Berta Cabral (PSD) e os Srs. Deputados Paulo Valadão (PCP), Joaquim Machado (PSD) e José San-Bento (PS).

**5. Projectos de Decreto Legislativo Regional – Adaptação do sistema fiscal nacional – redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – IRS,** apresentados pelo PSD, PP e PCP.

Na discussão destes projectos, na generalidade, usaram da palavra a Sra. Deputada Berta Cabral (PSD) e os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (PS), José Decq Mota (PCP), Vasco Cordeiro (PS),

Cabral Vieira (*PS*), José San-Bento (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*), Victor Cruz (*PSD*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência *Francisco Coelho*.

Submetidos à votação, na generalidade, foram os mesmos rejeitados por maioria.

Produziram declarações de voto a Sra. Deputada Berta Cabral (*PSD*), bem como os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Vasco Cordeiro (*PS*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

**6. Projectos de Decreto Legislativo Regional – Revisão do montante de pensão**, apresentados pelo PSD e PP.

Na discussão destes projectos, na generalidade, usaram da palavra os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Andreia Cardoso (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Nélia Amaral (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto das Presidência, *Francisco Coelho*.

Submetidos à votação, na generalidade, os mesmos foram rejeitados por maioria.

**7. Proposta de Resolução relativa a medidas cautelares e ao estudo do esforço de pesca a desenvolver.**

Relativamente à discussão desta Proposta de Resolução usaram da palavra os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Lizuarte Machado (*PS*) e Duarte Freitas (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, *Ricardo Rodrigues*.

Posta à votação, a Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**8. Proposta de Resolução, declarando findo o Período Legislativo de Fevereiro**, apresentada pela Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

*Os trabalhos terminaram às 20 horas e 10 minutos.*

---

**Presidente:** Srs. Deputados, muito bom dia.

*(Eram 10 horas e 30 minutos)*

Vamos proceder à chamada. O Sr. Secretário faça o favor.

*Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Paula Pereira Marques**

**Andreia Martins Cardoso da Costa**

**António das Neves Lopes Gomes**

**António José Tavares de Loura**

**Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa**

**Dionísio Mendes de Sousa**

**Fernando Manuel Machado Menezes**

**Francisco Couto de Sousa**

**Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes Rocha**

**Hernâni Hélio Jorge**

**João António Ferreira Ponte**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José de Sousa Rego**

**José Humberto Medeiros Chaves**

**José do Nascimento de Ávila**

**Lizuarte Manuel Machado**

**Manuel Avelar da Cunha Santos**

**Manuel Herberto Santos da Rosa**

**Manuel Soares da Silveira**

**Nélia Maria Pacheco Amaral**

**Óscar** Manuel Valentim da **Rocha**  
**Paulo** Manuel Ávila **Messias**  
**Renato** Luís Pereira **Leal**  
**Vasco** Ilídio Alves **Cordeiro**

***Partido Social Democrata (PSD)***

**Berta** Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**  
**Clélio** Ribeiro Parreira Toste **Meneses**  
**Duarte** Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**  
**Humberto** Trindade Borges de **Melo**  
Jorge Alberto da **Costa Pereira**  
**José Francisco** Salvador **Fernandes**  
José **Joaquim** Ferreira **Machado**  
**José Manuel** Cabral **Bolieiro** Dias  
**José Manuel** Avelar **Nunes**  
**Luís** Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**  
**Manuel** da Silva **Azevedo**  
**Mark** Silveira **Marques**  
**Raúl** Aguiar **Rego**  
**Sérgio** Manuel Bettencourt **Ferreira**  
**Victor** do Couto **Cruz**

***Partido Comunista Português (PCP)***

**José** Eduardo Bicudo **Decq Mota**  
**Paulo** António de Freitas **Valadão**

**Presidente:** Estão presentes 42 Srs. Deputados. Pode entrar o público.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

**Secretário** (*António Loura*): Do Sr. Deputado José Manuel Nunes, do Partido Social Democrata, o seguinte requerimento:

“Os combustíveis, seja qual for a natureza, são imprescindíveis à vida das populações.

Nas comunidades mais pequenas e isoladas, como é o caso da ilha do Corvo, estes bens de primeira necessidade assumem ainda maior importância na medida em que não se pode “ir ao lado”, entenda-se à freguesia mais próxima, comprar ou até mesmo pedir emprestado.

Na ilha do Corvo existe um stock da responsabilidade do Governo Regional onde são assegurados os combustíveis, nomeadamente gás, gasóleo e gasolina.

Considerando os longos períodos de mau tempo que por vezes se abate sobre as ilhas do Grupo Ocidental, como se verificou no final do ano e já no passado mês de Janeiro;

Considerando a falta de rigor e objectividade em prever tais solicitações por quem tem a seu cargo essa tarefa e que já se verificaram rupturas no abastecimento público destes bens;

Considerando que o transporte efectuado entre as ilhas das Flores e do Corvo não tem em consideração as quantidades de combustível que ainda estão armazenadas.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis requiro ao Governo Regional os seguintes esclarecimentos:

1 – Quais os critérios de avaliação que são utilizados para que os stocks de combustíveis na ilha do Corvo não sofram rupturas?

2 – Quais as diligências que efectuou ou pretende realizar no sentido de haver uma maior articulação entre os responsáveis da ilha pelos stocks e os barcos que periodicamente escalam a ilha com os respectivos combustíveis?

3 – Para quando prevê implementar um sistema de transporte de bens essenciais para a ilha do Corvo à semelhança das restantes ilhas da Região?

Horta, 14 de Fevereiro de 2001.

**O Deputado Regional, José Manuel Avelar Nunes.**”

**Secretário (Raúl Rego):** Do Sr. Deputado Costa Pereira, do PSD, carta ao Sr. Presidente da Assembleia, relativo à sua intervenção da passada Terça-Feira e da carta que ontem foi lida aqui e que lhe deu origem.

**Secretário (AntónioLoura):** Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista uma Proposta de Resolução sobre Apoio aos Idosos.

**Secretário (Raúl Rego):** Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista uma Proposta de Resolução, intitulada “Biblioteca Inclusiva”, relativo à adaptação das bibliotecas açorianas, de forma a garantir o integral acesso das pessoas portadoras de deficiência.

**Presidente:** Lida a correspondência, fica a mesma à disposição dos Srs. Deputados que o requeiram.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pretende usar da palavra para?

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Solicitava a V. Exa. que a Mesa procedesse à leitura da carta do Sr. Deputado Costa Pereira.

**Presidente:** Sr. Secretário faça o favor de ler a carta do Sr. Deputado Costa Pereira.

**Secretário (Raúl Rego):** Leitura da carta:

“A carta dirigida a V. Exa pelo Conselho Executivo da Escola Básica 2,3 da Horta, acerca da intervenção que proferi nesta Assembleia no dia 13 de Fevereiro, obriga-me a dirigir-lhe os seguintes esclarecimentos:

1. A questão básica que coloquei na minha intervenção continua, depois da referida carta, por esclarecer e justificar e que é a inadequação entre as idades dos alunos e os conteúdos que foram abordados na aula.

2. É verdade que foi feito um questionário, mas isso não nos dispensa do bom senso e do equilíbrio que é preciso ter. É que as turmas são heterogéneas e aquilo que interessa e está adequado a uns, pode nada interessar ou se adequar a outros. E não é disparar informação de rajada sem atender a isso que se cumpre os objectivos da disciplina ou sequer a individualização no ensino, tão apregoada noutras áreas. É também para obviar estas questões que estão previstos os gabinetes de orientação e aconselhamento, muito mais adequados a tratar questões que caem fora daquilo que pode ser o interesse médio de uma turma.

3. O esclarecimento diz que o Projecto em que se engloba o Programa da Disciplina foi aprovado no Conselho Pedagógico, mas não diz que o Conselho ficou de ser informado posteriormente sobre as actividades concretas que seriam realizadas nos tempos utilizados para estas aulas.

4. O esclarecimento também não diz que o mesmo Conselho Pedagógico ao ter conhecimento da forma como estava a ser implementado o programa da disciplina decidiu suspender o seu funcionamento até que fossem apresentados mais elementos, através dos quais pudessem avaliar os conteúdos e estratégias propostos.

5. O esclarecimento omite que o Conselho Pedagógico não aprovou nem sequer legitimou o modelo implementado, que prejudica as disciplinas curriculares, que não são leccionadas para ceder lugar à Educação Sexual.

6. Tudo o que eu disse sobre o conteúdo da aula em causa é verdade e tenho na minha posse os apontamentos da aula, tirados do que a Professora em causa escreveu no quadro. Foi isso e só isso o que aqui transcrevi.

7. Tive o cuidado de reunir com o Presidente da Associação de Pais daquela Escola, que me confirmou que apenas tinha dado em Conselho Pedagógico a sua concordância pessoal e geral sobre o Projecto em causa, mas que aguardava a informação das actividades concretas que iriam ser desenvolvidas para ter uma opinião definitiva e para convocar uma reunião geral de pais para análise e decisão sobre esta e outras questões.

8. Porque é que o Projecto foi, entretanto, implementado não me compete responder.

9. A actual gestão tem tido a preocupação de ir sabendo junto dos alunos se gostavam ou não das aulas: mas, convenhamos, que isso, só por si, não legitima o que tem sido feito: quem são os alunos que, ao lhe apresentarem como cenário uma aula de Matemática ou uma aula de Educação Sexual, não preferem a última? E certamente não o fazem só por boas razões.

10. A minha formação e a forma como procuro pautar a minha vida pessoal e pública não se coaduna com o tipo de apreciações pessoais que a Comissão Executiva entendeu fazer acerca da minha pessoa. Sempre aprendi e procuro sempre praticar o respeito e a consideração pela opinião

alheia. E disse-o já pessoalmente à Comissão Executiva e disse-o também no Plenário: eu discordo do conteúdo da aula porque foi despropositado em relação às idades dos alunos; por mais questionário e inquéritos que se façam, não aceito que seja correcto que na primeira aula de uma disciplina desta natureza, alunos com 11 anos sejam logo, sem mais, bombardeados com tanta informação e tanto desenquadrada da sua idade; eu discordo de os alunos não terem aulas das disciplinas curriculares para terem aulas de educação sexual; eu discordo de que este processo tenha sido lançado sem os pais terem sido devida e previamente ouvidos; eu discordo que se lancem projectos sem que as Escolas tenham já concluídos e em vigor o Projecto Educativo de Escola. E tenho do meu lado a letra e o espírito de toda a legislação produzida até agora.

11. Mas se discordo de tudo o que enumerei, respeito aqueles que a meu lado possam entender que esses procedimentos e conteúdos são apropriados aos seus filhos. E, apesar de deles discordar, não é por isso que lhes dirigirei adjectivação depreciativa nem ofensiva. Erros todos cometem e reconhecê-los e corrigi-los é sempre bem melhor do que fugir para a frente.

Horta, 14 de Fevereiro de 2001.

Com os melhores cumprimentos.

**Assina:** Dep. Costa Pereira”.

**Presidente:** O Sr. Deputado Dionísio de Sousa pede a palavra para?

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Para interpelar a Mesa.

Eu perguntava se a Mesa não acha que esta carta deve ser arquivada, porque quanto ao Sr. Costa Pereira já se arquivou a si próprio, como Deputado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Intervenção arquivista!

**Deputado João Cunha (PSD):** Se fosse consigo se calhar era rasgada!

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Essa era uma solução. Fala a voz da sabedoria!

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos dar sequência aos nossos trabalhos, passando ao período destinado a intervenções de interesse político relevante para a Região.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário :

É com satisfação e alguma expectativa que me encontro, pela 1ª vez, na tribuna desta Assembleia, desejando a todos, Senhoras e Senhores Deputados felicidades no seu trabalho a bem dos Açores. Não posso deixar de endereçar, de forma muito especial, ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, os meus votos para que tenha o maior êxito no desempenho das suas importantes funções.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, e Srs. Secretários Regionais:

O envelhecimento demográfico dos Açores requer um tratamento diferente, conforme a ilha ou mesmo o concelho, exigindo as soluções adequadas para cada caso, levando à adopção das melhores e mais correctas políticas no apoio as pessoas idosas.

É preciso evitar em absoluto ver a velhice como uma sucessão de problemas insolúveis e tomar consciência de que ela constitui uma fase normal e produtiva do desenvolvimento humano. Deve conseguir desenvolver-se estratégias que ajudem o idoso a dominar melhor a ansiedade que sente face à velhice e conceder-lhe os recursos humanos e físicos especializados de que necessita para se adaptar. Ao envelhecer o ser humano torna-se mais atento ao que se passa em si, e passa do mundo exterior para um universo mais interior, mas, se encontram actividades que valorizem os seus atributos pessoais, conservam a vitalidade e a sua personalidade. É necessário evitar as perdas de papel, as crises, as múltiplas situações de stress, a doença, a fadiga, o desenraizamento e diversos traumatismos, que podem contribuir para a diminuição da capacidade de concentração e de reflexão da pessoa idosa.

Atingir a "velhice" ou a reforma, para muitas pessoas, poderá significar a possibilidade de fazer algo que gostam e que até então não tiveram oportunidade nem disponibilidade de realizar. Para outros significa, não só o fim de uma carreira, como também um fim de vida. Muitos indivíduos vivem um sentimento de perda, de incapacidade e inutilidade em que não suportam o seu novo estilo de vida, entrando muitas vezes em depressão. Como factor de agravamento desta situação assinalo a cada vez maior incapacidade das famílias por si só apoiarem os seus familiares mais Idosos.

Consciente deste problema, propus-me tecer algumas considerações de forma a que possa contribuir para uma melhor qualidade de vida, daqueles que nos merecem todo o respeito e dedicação e que vai ao encontro da política de apoio ao idoso do Partido Socialista:

- Promover os laços familiares e encontros entre gerações;
- Fomentar modelos assistenciais assentes numa articulação de cuidados (como exemplo a intervenção precoce), envolvendo as famílias e a comunidade em geral;
- Recorrer à institucionalização do idoso só depois de esgotadas todas as hipóteses de mantê-los no seu seio familiar;
- “Discutir” com a família a possibilidade de “Lar-dia”, na tentativa de não desvincular o idoso do seu meio;
- Sensibilizar as várias instituições de apoio ao idoso, a fomentar a criação de espaços de partilha quer entre idosos, quer entre estes e as classes mais jovens;
- Fomentar actividades que facilitem a ocupação dos idosos, conforme as suas capacidades e interesses;
- Ampliar e melhorar a intervenção dos serviços de apoio domiciliário.

Estas e outras medidas já tomadas pelo VII Governo Regional do Partido Socialista, decerto que serão reforçadas por este Governo, pois, não é só com o aumento de pensões que se resolve o problema dos idosos, mas sim criando-lhes condições de apoio e conforto que tanto merecem.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Não é só, mas também!

**O Orador:** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Como exemplo do que afirmei, gostaria de referir aquilo que se passa no meu concelho - o Nordeste - com uma população envelhecida, e que possui um dos melhores Lares de Idosos do nosso País, no qual o anterior Governo do Partido Socialista, em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia local, investiu 600 mil contos, além dos milhares de contos que investiu e investe no apoio ao domicílio, Centros de Convívio, Centros de Dia, Centros de Actividades de Tempos Livres.

Com o apoio do Governo Regional, a Santa Casa da Misericórdia do Nordeste faz o apoio ao domicílio a 1 10 idosos, prestando serviço no âmbito do tratamento de roupa, higiene de habitação e higiene pessoal dos Idosos, confecção e distribuição de mais de 274 refeições semanais a Idosos e Crianças carenciadas. Apoia também 9 Centros de Convívio, com uma média de frequência diária de 150 utentes de ambos os sexos, evitando assim o seu isolamento e, por outro lado, fazer com que os Idosos se considerem úteis à sociedade, mostrando através dos seus conhecimentos culturais, em especial às novas gerações, do que são capazes de transmitir através dos trabalhos, sabedoria popular e experiências vividas ao longo de tantos anos.

Também já foi assinado um protocolo entre a Santa Casa e o Governo Regional para o apoio aos “Sem Abrigo” no Nordeste, que neste momento já acolhe 7 adultos.

Seria ingrato da minha parte se não destacasse também o apoio que estes Idosos têm nos cuidados continuados de saúde. O trabalho em equipa promovido pelo Centro de Saúde do Nordeste, numa concepção aberta e flexível, adaptando os seus modelos aos utilizadores, bem como os projectos inovadores, de sua iniciativa, têm contribuído para a melhoria do acesso, da qualidade e da eficiência dos cuidados que presta, nomeadamente mantendo consultas médicas, cuidados de enfermagem, programa de Terapia Ocupacional e Fisioterapia no domicílio, a Idosos cuja autonomia está diminuída.

Um Centro de Saúde que tem inscritos 5699 utentes, distribuídos por 3 equipas multidisciplinares de saúde, constituídas por um médico, uma enfermeira e uma administrativa, prestando um atendimento personalizado e humanizado, tendo assim toda a população o seu médico de família. Para um maior conforto da população e devido à distancia entre as freguesias e a Vila, são prestados cuidados de saúde diariamente na Extensão do Centro de Saúde, na freguesia da Achada.

**Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Deve ser caso único!

**O Orador:** Os Nordestenses têm no seu Centro de Saúde um serviço de atendimento permanente e enfermaria a funcionar durante 24 horas, acesso a consultas de Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Saúde Oral, Psicologia e recolha de produto biológico para análise duas vezes por semana. Usufruem também de consultas de Saúde Infantil, Saúde Materna, Saúde Escolar, Saúde do Adulto, Planeamento Familiar e de Acções de promoção da saúde e prevenção da doença,

colectivas ou personalizadas, nas áreas da Tóxicod dependências, Tabagismo, Sida, Saúde Oral, Diabetes e Hipertensão Arterial. A nível de vacinação a taxa de cobertura é de 98% .

Gostaria de realçar o programa pioneiro na área da reabilitação de crianças deficientes ou em risco, desenvolvido neste Centro de Saúde, que foi distinguido com o Prémio Azevedos - Humanização da Medicina - o maior galardão do género em Portugal.

Termino agradecendo e felicitando o Governo Regional do Partido Socialista, por todo o apoio que tem dado ao concelho do Nordeste, contribuindo para o bem estar da população que tanto merece.

Disse.

*(Aplausos dos deputados da bancada do PS e do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, tal como ontem cumpre-nos também saudar agora a presença dos alunos do curso de Gestão Agrícola e dos alunos do curso de Prestação de Serviços a Idosos, da Escola Profissional.

*(Aplausos da Câmara)*

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Nuno Amaral. É um assunto da actualidade que deve ser visto por toda a sociedade e por todas as instituições com a maior das atenções e tinha algumas perguntas para fazer ao Sr. Deputado.

Em 1991 os dados estatísticos apontavam para a existência nos Açores de 12,5% de pessoas idosas, ou seja, com 65 anos ou mais, o que correspondia aproximadamente 30 mil pessoas.

Volvidos estes anos era importante saber, mas vai coincidir com o censo que está em curso, quantos idosos existem nos Açores, cuja informação é fundamental.

Mas também é importante saber mais do que isso:

Como vivem os idosos dos Açores?

Que qualidade de vida têm os idosos dos Açores?

Em que circunstâncias estão os idosos dos Açores inseridos nas suas famílias e nas suas comunidades?

Na sequência do Ano Europeu dos Idosos e da Solidariedade entre Gerações, em 1993 foi feito um largo percurso nos Açores de apoio aos idosos e o arranque que se verificou num conjunto de estruturas, mais ou menos institucionais, foi, de facto, um arranque muito visível, palpável e muito necessário.

Refiro-me não só à construção de lares de idosos com acolhimento residencial quase todos nas zonas urbanas, sedes de concelho, mas refiro-me também – e isso foi muito importante – aos Centros de Dia, aos Centros de Convívio e ao Apoio Domiciliário.

E, agora tenho um conjunto de perguntas para consubstanciar aquilo que teoricamente foi aqui dito na intervenção do Sr. Deputado e aquilo que está no vosso Programa do Governo.

Antes de mais uma ressalva: a maioria das políticas de apoio surgiram com governos anteriores e, portanto, agora é natural que este Governo dê continuidade e até avance para novas políticas de apoio aos idosos, porque estão surgindo novas políticas de apoio aos idosos por esta Europa comunitária fora.

Eu próprio, aquando da discussão do Programa do Governo, levantei aqui esta questão em termos do apoio domiciliário aos idosos, que me parece ser uma área fundamental, porque permite que os idosos possam estar no seu meio familiar, na sua comunidade afectiva junto das pessoas com quem eles se relacionaram toda a sua vida e a pergunta que eu fazia ao Sr. Deputado é esta:

Ao nível do apoio domiciliário vão as instituições ter possibilidades de apoio financeiro do Governo para fazer este apoio nos casos dos idosos que não têm famílias para poderem prestar esse apoio aos fins-de-semana, aos dias santos e aos dias feriados, uma vez que nesses dias precisam também de comer, precisam também de ajuda para a sua higiene pessoal, precisam também de um conjunto de apoios?

Vão desenvolver-se apoios domiciliários em todas as freguesias dos Açores ao nível dos equipamentos?

Praticamente a Região está coberta com lares residenciais, os chamados lares de idosos. A política não caminha muito para aí, mas sim para apoio às famílias e para pequenas estruturas de acolhimento de idosos.

Pergunto se vão ser construídos nas freguesias rurais, com maior população, onde existem idosos sem possibilidades de apoio de famílias de sangue ou de famílias de acolhimento, pequenas estruturas de apoio para ao longo do dia ser um espaço de convívio dos idosos e para aqueles que não têm qualquer acolhimento ser à noite a sua residência? Digo isto porque ouço dizer que algumas freguesias vão ter ou outras não e às vezes o princípio da escolha é o princípio das cores partidárias, o que seria um péssimo caminho.

**Deputado João Ponte (PS):** No passado o Sr. fazia assim?!

**O Orador:** Este assunto é demasiado sério para haver galhofa.

Depois perguntava também o seguinte:

Em concreto que medidas políticas de apoio vão existir às famílias?

Vai existir a possibilidade de conciliação da actividade profissional com o apoio aos idosos?

Vai haver a possibilidade dum corte temporário na actividade profissional compensado pelo Governo para que as pessoas possam acolher os idosos, principalmente os mais dependentes, os acamados, como existe nas políticas de apoio à maternidade?

Vai haver equipas de apoio às famílias que precisam de acolher esses idosos que muitas vezes acamados têm outros géneros de dificuldades físicas, biológicas e psicológicas?

Ainda tinha mais duas ou três questões que queria levantar:

Cada vez mais com o aumento da esperança de vida, o que por si só é positivo, há mais idosos dependentes e acamados. Esses idosos precisam de acolhimento especial. Não existindo famílias que possam dar esse acolhimento, até porque algumas têm dificuldades, perguntava se vai haver apoios à habitação, porque muitas das famílias não têm espaços para ter os idosos na sua própria casa?

Torna-se também necessário a criação das chamadas unidades de cuidados continuados que aqui referiu nessa linguagem, e muito bem, ou a linguagem do centro geriático. Há já uma experiência dum centro geriático nos Açores e está a caminhar-se para a criação de outros, eu pergunto: nos concelhos onde existem centros de saúde com internamento, vai ser possível criar centros geriáticos que precisam de apoio médico e de enfermagem na área da gerontologia ou vai-se potenciar o internamento nos centros de saúde nessa perspectiva,...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Não se preocupe. Nós vamos fazer tudo o que vocês não fizeram!

**O Orador:** ...sabendo que o custo de cama/dia nos centros de saúde é capaz de poder ser mais caro que o custo cama/dia nos centros geriáticos?

É muito importante que se tenha isto em conta, porque eu julgo que daqui para a frente não se justifica o lar residencial para idosos autónomos, mas sim, efectivamente, uma unidade de apoio continuado aos idosos mais dependentes.

Ficaria por aqui e gostaria de ter estas respostas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

**Deputado Nuno Amaral (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De certo que não lhe irei responder a todas as questões.

Relativamente ao que eu trouxe aqui sobre o Nordeste a nível de idosos, posso-lhe dizer que neste momento este concelho está com 19% de pessoas com mais de 65 anos.

Relativamente à última questão que me colocou, gostaria de dizer que graças ao investimento que este Governo fez no Nordeste com o Lar de Idosos, o Centro de Saúde ficou aliviado devido a casos de idosos que estavam acamados que estavam a ocupar as suas camas.

Também não esquecer que o PSD andou a prometer aos nordestenses, durante 14 anos, - isto palavras do Sr. Provedor da Santa Casa - este Lar de Idosos. Este Governo construiu.



A nível de centros de convívio posso-lhe dizer que em 96 existiam dois, neste momento existem nove. Houve um investimento percentual de 42,19%. Passou-se dum investimento de 57 milhões para 82 milhões.

Portanto, a política deste Governo é para melhorar realmente aquilo que vocês iniciaram e nalguns casos não quiseram fazer.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Iniciámos. Está bem dito!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Iniciámos e vocês têm a obrigação de continuar.

**O Orador:** Iniciaram e era também vossa obrigação. Penso que vocês não eram assim tão desumanos. Eu não vos considero pessoas desumanas. Por isso mesmo qualquer um de nós tem de ter muito respeito pelas pessoas idosas e é isso que este Governo está a fazer.

Quanto a pequenas estruturas de apoio que vão ser criadas, se o Sr. Deputado ler o Programa do Governo do Partido Socialista para os próximos 4 anos encontra todas essas respostas e, portanto, não vamos estar aqui outra vez a debater coisas que já foram debatidas.

Portanto, daqui a 4 anos, quando estivermos a terminar, então ataque-me por aquilo que não se fez, mas pode ter a certeza que muita coisa se vai fazer na defesa do idoso.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Aqui ninguém ataca ninguém. A escola aqui é outra!

**O Orador:** Está bem. Ontem foi um mau dia!

De qualquer maneira, Sr. Deputado Bento Barcelos, relativamente àquilo que se tem feito no apoio ao idoso, eu também tinha todo o gosto que o Sr. visitasse o Nordeste e visse o apoio que tem sido dado aos idosos neste concelho, nomeadamente pelo Governo Regional do Partido Socialista.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de participar neste debate, por um lado, para me congratular pelo facto, pelo menos aparentemente, de estarmos de acordo quanto à política de apoio à pessoa idosa.

Nós também achamos que os serviços, as unidades de prestação de apoio directo às pessoas idosas devem ser descentralizadas, devem estar o mais próximo possível do local de residência da pessoa idosa, o mais próximo possível das suas famílias, porque nós também achamos que o bem-estar do idoso depende da sua segurança, do seu bem-estar físico, psicológico e social, da manutenção dos seus laços sociais e da proximidade dos seus familiares. Portanto, quanto a isso pode ficar descansado, porque é essa a nossa intenção, é essa a nossa perspectiva, é essa a nossa política.

Quanto a algumas questões concretas que aqui colocou, acho que também valeria a pena clarificar alguns dados e algumas situações. Em 1996 os subsídios concedidos às instituições de solidariedade social, às IPSS, era de sensivelmente 76.451 contos. Apraz-me verificar que a verba prevista para o ano 2000 – isto não são dados ainda finais, mas creio que fidedignos – é de cerca de 264.313 contos, o que me parece ser um acréscimo significativo.

Poderia também adicionar que já existem na Região algumas experiências de prestação de apoio domiciliário aos fins de semana e aos feriados. É nossa intenção avaliar essas experiências, verificar se realmente as famílias sentem necessidade desse apoio aos fins de semana, uma vez que normalmente no nosso contexto cultural aos fins de semana as famílias encontram-se mais disponíveis e não é nossa intenção desresponsabilizar as famílias do cuidar dos idosos e de acordo com o resultados dessa avaliação proceder então à generalização da prestação desses serviços.

Gostaria também de informar que em 1996 existiam na Região 44 centros de convívios. Em 1999 existiam 81.

Nós não pretendemos que os idosos fiquem isolados nas suas casas. Nós pretendemos que os idosos tenham possibilidades de contactar com outros idosos.

Quero deixar aqui também o desafio para que estruturas sejam articuladas, à semelhança daquilo que o meu colega já deixou transparecer, com outros tipos de serviços que permitam o contacto de diferentes gerações, porque muitas vezes as crianças têm capacidade de contactar e conviver com os seus avós, nem os avós têm capacidade de contactar, nem conviver com os netos. Nós achamos que este contacto é benéfico para os dois grupos.

Para finalizar quero dizer que em 1996 eram apoiados em termos de apoio domiciliários 1542 idosos. Em 1999 eram apoiados 2002.

Muito obrigado.

**Deputado Dionísio Sousa (PS):** Sr. Deputado Bento Barcelos, este é o melhor ponto de interrogação.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Amaral, nunca farei nenhum ataque a nenhum Sr. Deputado nem a nenhuma pessoa e se alguma vez isso acontecer na minha vida será um mau sinal para mim, sinal de que não estarei bem.

O que está aqui em causa são aspectos de interesse do povo que aqui representamos, como seus procuradores e acima das visões político-partidárias estão estas realidades.

O Sr. Deputado é um deputado regional, deu aqui exemplos mais em concreto do Concelho do Nordeste, que eu respeito, mas as nossas preocupações têm também que ter essa dimensão regional. Conheço algumas realidades que apontou do Nordeste e refiro que foi feito também no passado um investimento fundamental para os idosos no Centro de Saúde do Nordeste, porque sem apoio de saúde ninguém pode ser feliz e muito menos aqueles que mais precisam desse apoio, que são os idosos

**Deputado João Cunha (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Em relação à Sra. Deputada Nélia Amaral devo dizer que gosto da forma ponderada como sempre apresenta as coisas.

Quero-vos dizer que não tenho qualquer objectivo de comparar aqui números com o número de centros de saúde do passado ou números de apoios domiciliários com o presente, porque normal e naturalmente tem de ser mais agora do que no passado. Mal seria se uma administração regional, paga pelo povo, não fizesse mais, na medida das necessidades das próprias populações.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho):** Mais, melhor e mais depressa!

**O Orador:** Mais e melhor é o que nós queríamos que efectivamente fosse feito, e melhor do que tem sido, porque há efectivamente um marketing muito específico de dar a entender o que é feito, mas na prática há muita coisa que não foi feita.

Em relação aos subsídios que a Sra. Deputada Nélia Amaral focou, de certeza que se referia a subsídios eventuais. Os subsídios eventuais são normalmente para acudir a situações ou problemas funcionais, ou seja, suportar despesas de funcionamento das instituições ou para eventuais investimentos em equipamentos nas instituições.

Mas, o que importa aqui é o apoio ao nível dos acordos de cooperação. Os acordos de cooperação com as instituições da sociedade civil organizada na área da solidariedade em 1997 foram de 2 milhões de contos. Espero que agora seja de 3 milhões de contos e espero que no final desta legislatura seja de 6 milhões de contos. É isso que importa. Aliás, acho que uma das coisas que é fundamental é reforçar o estado social, reforçar a economia da solidariedade.

É por este o caminho que se deve seguir, porque o dinheiro estando nas instituições e na sociedade civil organizada estará muito melhor e os seus resultados serão inequivocamente melhores e mais abrangentes.

Gostaria ainda de referir aqui um aspecto que me parece fundamental - que já foi aqui apontado - que é em relação ao apoio aos idosos no âmbito da saúde. Se há dificuldade de acesso ao serviço de saúde, há maior dificuldade de acesso ao serviço de saúde para os idosos.

No caso concreto que a Sra. Deputado Nélia Amaral referiu, e muito bem, de que não se deve retirar do circuito da responsabilidade a família, estou plenamente de acordo, mas conhecemos casos ao longo das nossas freguesias, em que há idosos que não têm famílias, têm sobrinhos afastados que não lhes ligam e, efectivamente, aos fins-de-semana geram situações desumanas, mormente nos casos de idosos que têm problemas de incontinência e que precisam efectivamente de apoio.

Por isso mesmo todo o esforço que for feito de apoio às instituições, e elas estão disponíveis para garantir esse serviço, não digo o da higiene das roupas nem higiene do lar, mas a alimentação e a higiene pessoal, julgo que seria um passo significativo. Se isso for feito estará aqui o Deputado Bento Barcelos a manifestar o seu maior agrado e os seus maiores elogios.

Muito obrigado.

**Deputados Joaquim Machado e Luís Medeiros (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer uma observação de natureza genérica em relação a algumas das coisas que o Sr. Deputado Bento Barcelos fez na sua primeira intervenção e para registar que afinal os Srs. falam do passado, mas em relação a esse passado, Sr. Deputado, o Sr. fez um verdadeiro processo de intenção. Em relação a matérias de assistencialismo de apoio ao idoso e de combate à pobreza o PS não precisa de lições suas. Nós procedemos a uma verdadeira mudança de atitude. A pobreza, no passado, era encarada numa forma encapotada e escondida. O Sr. sabe disso e teve fortes responsabilidades nesse tempo. Os Srs. tinham uma lógica de assistencialismo apenas face às carências e nós passámos para novas metodologias de acção instituindo direitos de cidadania e novos instrumentos de intervenção social mais rápidos e mais eficazes. A pobreza passou a ser assim uma área de intervenção prioritária do Governo, deixando de esconder essa pobreza e essas carências que os idosos tinham. É por isso que agora se fala tanto nisso.

Ainda em relação ao apoio aos idosos informo-o de que nós estamos a trabalhar cada vez mais, — e daqui a pouco vamos voltar a falar disto — nós estamos a trabalhar em políticas sociais novas visando uma maior autonomização das pessoas e uma inserção social plena.

Quanto aos protocolos que o Sr. falou aí, devo dizer que, caso não saiba, o Governo não gere uma única instituição de assistência social, está tudo contratualizado com a sociedade civil.

Era apenas isto.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Era só para clarificar uma ou duas situações que poderão suscitar alguma dúvida.

Quando me reporto aos números e quando faço alguma comparação entre os dados de 96 e os dados de 2000 não é minha intenção dizer nem abordar aquilo que fizeram ou aquilo que deixaram de fazer. É minha intenção provar, através destes números, qual a política, qual o rumo do investimento que este Governo e este Grupo Parlamentar acha necessário.

Não estou a abordar, não estou a valorizar, não estou a ajuizar os investimentos feitos por anteriores governos, estou sim a dizer que o investimento deste Governo é neste sentido. Gostaria que isto ficasse bem claro

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado San-Bento, V. Exa. é um jovem e é natural que haja coisas dos anos 80 que V. Exa. não tenha a dimensão das mesmas.

**Deputado José San-Bento (PS):** Tenho. O Sr. está mal informado a meu respeito!

**O Orador:** Quero dizer ao Sr. Deputado que nos finais de 80, primeira metade dos anos 90 havia uma única instituição de solidariedade que era da administração regional, que passou para a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada. Mais nenhuma instituição de solidariedade era pública, mas sim da sociedade civil organizada. Portanto, cai por terra totalmente esse argumento que aqui utilizou e que não corresponde, desculpar-me-à, à verdade.

Quanto à pobreza também aí denota o desconhecimento do que se passou nos anos 80. Nesta altura é que se iniciaram projectos de luta contra a pobreza, reconhecido nos Açores, envolvendo técnicos, envolvendo instituições públicas, envolvendo estruturas nacionais, envolvendo o Comissariado da Zona Sul e Ilhas, envolvendo até a União Europeia no âmbito do projecto de luta contra a pobreza, foi nos Açores nomeadamente em Rabo de Peixe. Portanto, houve vários projectos de luta contra a pobreza. Obviamente que a avaliação do projecto de luta contra a pobreza não se pode fazer de um momento para o outro.

**Deputado José San-Bento (PS):** O Sr. tem o descaramento de falar de Rabo de Peixe!

**O Orador:** Foi esse o exemplo, mas há mais em S. Miguel, há também na Terceira e esses projectos são os que na altura foram avaliados com qualidade, foram tidos por técnicos como razoáveis e obviamente que os seus resultados em termos reais não são de curta duração, mas de média e longa duração.

Portanto, não houve aqui nenhuma tentativa política de não reconhecer a pobreza. Eles existiram em documentos oficiais e foram aqui tratados neste Parlamento, foram falados na comunicação social e há relatórios e estudos. Foi o germen dos trabalhos a desenvolver no âmbito do combate à pobreza e da promoção social.

V. Exa. não me leve a mal, mas sobre esta matéria não tem nenhuma razão.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi para intervir neste debate no sentido de prestar um esclarecimento, porque penso que há coisas que têm que ser, de facto, bem esclarecidas e bem vistas.

Não alimento nem alimentarei o tipo de debate: “você fizeram, você não fizeram, nós é que fizemos e você não fizeram”, mas há questões que são questões históricas e por serem muito sérias têm que ser tratadas com rigor histórico e com muitíssima seriedade.

O poder político-autonómico, criado em 1976, só foi sensibilizado para o estudo das questões da pobreza a partir do anos 84, 85 e 86.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Através dum relatório desta Assembleia!

**O Orador:** Exactamente!

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores inicialmente através da sua Comissão dos Assuntos Sociais e depois através da intervenção dos vários grupos parlamentares, ...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** As minorias afinal eram boas!

**O Orador:** ... incluindo o da maioria da altura, levou a que se deixasse de cobrir uma situação, que era absolutamente flagrante e que era sistematicamente disfarçada e não era atacada através dos instrumentos disponíveis que eram os planos anuais e os instrumentos governativos. Portanto, é a partir dessa altura que há esse reconhecimento.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Que oficialmente não era reconhecido!

**O Orador:** Foi criada uma comissão, por iniciativa do Governo, mas por recomendação da Assembleia Legislativa Regional que ficou com o nome da Comissão da Pobreza, em que eu fiz parte na qualidade de deputado, e que foi o primeiro estudo aprofundado e sério sobre o levantamento das situações em toda a ilha de S. Miguel, com maior profundidade nalgumas localidades dessa ilha, incluindo Rabo de Peixe. Estou a falar do ano de 87 e do relatório que foi aprovado em 88. Rigorosamente o problema tem de ser posto assim.

Infelizmente, durante cerca de 8 ou 10 anos o poder autonómico não quis abordar essa matéria. Felizmente que depois foi abordada e muita coisa mudou daí para cá, mas há muitíssimo ainda para fazer e não podemos ficar contentes com a situação, porque a exclusão social e a pobreza têm hoje outras dinâmicas, outros pressupostos e levanta outro tipo de questões que naquela época não eram pressupostos desses fenómenos que têm que ser atacados com metodologias novas, mas o rigor tem que ser reposto.

Muito obrigado.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Deputado Francisco Sousa (PS):** *Muito bem!*

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** A democracia é memória também!

**Deputado Mark Marques (PSD):** O passado não é para enterrar, concordo!

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

**Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não poderia deixar de intervir relativamente a este debate, somente para responder numa forma geral sobre qual é a política deste governo relativamente a esta matéria.

É evidente que eu concordo planeamento com o que disse o Sr. Deputado Decq Mota quando refere que a pobreza e a exclusão são temas de tal ordem importantes que devem ser alvo de intervenções sérias e não me interessa aqui saber quem fez o quê e como o fez, interessa o que está bem feito e aquilo que nós queremos fazer mais e melhor.

Gostaria de lembrar que — e não vou falar em números porque a minha bancada já falou e não interessa saber se cresceu mais 2 ou 3 — a Região, e isto é um orgulho para nós, tem uma rede de

apoio domiciliário que em 99 cobria 98% da nossa população idosa. Isto é um trabalho sério e um trabalho do qual nos devemos orgulhar, mas não é um trabalho acabado. Isto é preciso ficar claro. Não é um trabalho acabado e não é fácil de o ser. É um trabalho de toda a comunidade, mas é um trabalho que depende também da política deste Governo, porque a comunidade sem o apoio, sem o investimento, sem o dinheiro entregue, a comunidade por si só, não tem capacidade.

Portanto, se existe Governo, ele existe para delinear uma estratégia, uma política e a comunidade reivindica para que ela seja aplicada e deve fiscalizar.

A política deste Governo, no que diz respeito aos idosos, tem várias vertentes:

A primeira vertente é o apoio domiciliário, porque é fundamental que os idosos continuem no seu meio de habitação, no seu meio social e é no seu meio que devem ser criadas as estruturas para dinamizar estes cidadãos, estruturas que têm a ver com convívio, que têm a ver com a suas horas livres, que têm a ver com a acção cultural, que têm a ver com uma série de acções que mobilizem e mantenham estes cidadãos vivos e activos. São diversos tipos de acções.

De seguida temos um outro tipo de idosos, que são os idosos que, embora estando no seu domicílio, têm fraca mobilidade e têm um apoio mais específico. São os tais idosos que foram aqui lembrados e que precisam dum apoio mais continuado aos fins-de-semana.

Já foi dito pela Sra. Deputada Nélia Amaral qual a intenção deste Governo e por isso não vou repetir.

Seguidamente temos o problema dos idosos que foram doentes ou são portadores de patologias crónicas, que são os acamados, mas que não precisam dos cuidados médicos permanentes, precisam é de cuidados de enfermagem e de higiene.

No que diz respeito a Centros Geriátricos tenho a referir que não vai ser política deste Governo criar mais Centros Geriátricos com muitas camas, porque consideramos que é um erro. Nós não queremos depósitos de idosos luxuosamente tratados.

A política deste Governo será a criação de camas integradas num lar normal em que o idoso vai passando por diversas fases, a fase em que ele tem mobilidade e que sai e no dia em que ele ficar acamado, fica no mesmo local com os seus amigos, onde as pessoas podem visitá-lo e terá os cuidados que necessita.

Portanto, os projectos que as IPSS tenham nesse sentido não serão apoiados por este Governo. Terão que ser estruturas leves, flexíveis e pequenas, porque não podemos cometer erros.

Se seguida poderei dizer ainda que este aspecto está inter-relacionado com os cuidados de saúde, porque, como todos sabem as camas dos hospitais ou dos centros de saúde são sempre camas muito mais caras e os nossos idosos acamados não necessitam estar no centro de saúde nem no hospital, necessitam estar em camas onde eles sejam cuidados do ponto de vista humano como pessoas dependentes que são.

Como já foi aqui dito, tudo isto pode e deve ser feito com acordo de cooperação e todos os projectos que dão entrada na nossa Direcção Regional de Segurança Social e Solidariedade são analisados em pormenor, com cuidado e serão sempre bem-vindos, mas sempre dentro dum plano de acção com cabeça, tronco e membros.

Como já referi, estes quatro anos servirão para dar passos mais concretos e para nós avançarmos nesta área que é fundamental e que, de repente, poderá que ter uma adaptação assim que nós soubermos exactamente quantos idosos somos nesta Região, que tipo de idosos e que tipo de cuidados eles necessitam.

Isto é um acerto contínuo, isto é dinâmico e não pode ser nada de estático, porque o ser humano neste novo milénio tem-se modificado, as patologias modificaram-se, o tempo de cuidado que as pessoas precisam modificaram-se e nós temos que estar atentos e adaptar as estruturas às pessoas e não cairmos no erro de hoje qualquer instituição querer uma grande estrutura, ter um grande equipamento e as pessoas que são o alvo desta política é que têm que se adaptar às estruturas. Isto não pode ser e acho que todos estamos de acordo.

Portanto, a nossa política é de olhos abertos, é pensando no futuro, mas essencialmente pensando no ser humano que nós somos hoje e agora com todas as nossas limitações.

**Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento** (*Roberto Amaral*): *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, ao abrigo das disposições regimentais o Grupo Parlamentar do PS requer um intervalo de 15 minutos.

**Presidente:** Está concedido. Recomeçaremos os nossos trabalhos às 11 horas e 45 minutos.

*(Eram 11 horas e 30 minutos)*

**Presidente:** Estão reabertos os nossos trabalhos.

*(Eram 11 horas e 55 minutos)*

Srs. Deputados, antes de retomarmos os nossos trabalhos, os serviços técnicos da Assembleia pedem-me que faça a seguinte advertência: Quando falarem ao telemóvel afastem o máximo possível da caixa do microfone, porque está a fazer interferência nas gravações. Também, por outro lado, antes de falarem tenham o cuidado de carregar no primeiro botão do lado direito, porque a primeira parte das vossas palavras não estão a ficar gravadas. Embora depois os serviços liguem o microfone está a haver dificuldade na gravação das primeiras palavras dos Srs. Deputados. Portanto, tenham o cuidado de carregar no botão antes de iniciarem as vossas intervenções.

Posto isto, tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por razões de tempo não me vou alongar, vou apenas fazer um comentário em relação à intervenção da Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

No meu entendimento quero dizer que as políticas sociais não podem estar apenas definidas em termos macro. É preciso descer terra a terra.

As considerações que fez em relação às estruturas de acolhimento de idosos, tipo de unidades de acamados ou centros geriáticos são considerações que me parecem positivas, porque é preciso que as definições políticas estejam exactas e o que se verifica é que no Governo anterior foi financiado e apoiado um centro geriático em Angra, que existe e que agora é preciso pô-lo a funcionar.

Está em curso um centro geriático na Horta e há no Programa do vosso Governo indicações para a construção de um outro centro geriático. Portanto, essa definição parece-me que é uma definição que é importante tê-la em conta.

Por outro lado, apenas uma nota em relação à formação de médicos e também pessoal de enfermagem para o apoio aos idosos, que me parece que seria uma área muito importante no âmbito da gerontologia.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

**Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para esclarecer o comentário do Sr. Deputado Bento Barcelos.

De facto, na linguagem muitas das vezes a palavra define o conceito, só que por vezes o conceito é muito alargado.

Eu não estou tão preocupada em ter um centro geriático e substituí-lo de imediato, mas lentamente terá que ser substituído. É isto que quero dizer a esta Câmara, mas o que é fundamental é que se compreenda que tudo o que for criado tem que ser numa dimensão reduzida e acima de tudo que esteja, de facto, localizado num lar de idosos dito normal, comum.

Não há dúvida nenhuma que é necessário descer terra a terra, porque, de facto, é junto da comunidade que os nossos equipamentos e as acções são desempenhadas.

Também queria chamar a atenção que é, de vez em quando, importante delinear os traços gerais das políticas relacionadas com os idosos.

Foi esta a minha intenção e com certeza que ao longo dos nossos debates coisas mais concretas, mais específicas serão trazidas aqui para informar esta Câmara das políticas e da execução do Programa do Governo e teremos um outro debate muito importante em breve que é o Plano a Médio Prazo, para podermos falar destas instituições, dos equipamentos e conseqüentemente das acções nele implícitas.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há algum tempo o Sr. Presidente do Governo classificou o apoio ao investimento privado e à economia reprodutiva como factor que impulsiona a auto sustentação e conseqüente reforço da Autonomia Regional.

Os Açores estão fortemente dependentes da conjuntura externa e, se quando esta era altamente favorável o Governo Regional tudo fazia para daí obter dividendos políticos, agora é célere a justificar, com esse mesmo exterior, os aumentos de combustíveis, dos transportes e alguma pressão no nível dos preços.

Se é certo — como já referimos desta tribuna em Dezembro passado — que a nossa pequenez inviabiliza acções sobre o ambiente económico que nos rodeia, os instrumentos de governo próprio que detemos podem contribuir para tentar atenuar as influências externas menos positivas que se fazem sentir sobre o nosso tecido económico.

Referíamo-nos, na altura, à necessidade de aceleração da entrada em vigor dos instrumentos de apoio ao investimento que foram aprovados nesta Assembleia em Junho de 2000.

O Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional – SIDER, foi aqui discutido e aprovado apressadamente, com dispensa de exame em Comissão, por forma a que os empresários açorianos tivessem, o mais depressa possível, ao seu dispor, as verbas do III Quadro Comunitário de Apoio.

Na altura da discussão do SIDER, o Sr. Secretário da Economia de então e de hoje dizia que se o diploma em causa fosse aprovado, provavelmente no final de Junho teria os Regulamentos “cá fora”, pelo menos para discussão final com as Câmaras de Comércio e com a Associação de Jovens Empresários.

Na mesma altura apontava como óptimo se todos os subsistemas estivessem a funcionar até ao final do Verão do ano 2000.

Aliás o artigo 21º. do Decreto Legislativo Regional 26/2000/A, de 10 de Agosto, previa a sua regulamentação no prazo de 60 dias.

Estamos a meio de Fevereiro de 2001, as candidaturas no âmbito do anterior sistema, o SIRAA encerraram a 31 de Dezembro de 1999 e permanece fechado todo e qualquer quadro regional de incentivos ao investimento privado nas áreas do Comércio Indústria e Turismo.

Isto é, no primeiro ano do III Quadro Comunitário de Apoio e, pelo andar da carruagem, no segundo ano também, os Açores correm o risco de não utilizar qualquer verba comunitária no apoio ao investimento privado nestas áreas.

Sabendo-se a filosofia de cortes por ineficiências de utilização dos Fundos que a Comunidade está a impor, ficarão em causa elevados montantes, sem reversão.

O Sr. Secretário da Economia em Novembro de 99 referia que, “através de uma política orçamental estável e sustentável havia sido aumentado o investimento público e restabelecida a confiança dos empresários na administração e no Estado”.

Mais tarde (Fevereiro de 2000) o Sr. Secretário referia que os empresários têm que ter um “regime estável, previsível para saberem fazer contas às suas vidas, para poderem prever o futuro”.

Os atrasos na entrada em vigor do SIDER e as suas conseqüências conjunturais e estruturais, tanto para o tecido económico açoreano, como para os orçamentos regionais, são por demais evidentes e não contribuem certamente para a estabilidade e previsibilidade preconizados, e bem, pelo Sr. Secretário da Economia.

Contudo, se se pode especular sobre o futuro e, com retórica política e engenharia financeira, disfarçar ou desvalorizar conseqüências, quanto ao passado a realidade, a verdade e a história não permitem muitas fugas ou disfarces.

Em Fevereiro de 2000 - há um ano portanto - nesta tribuna dissemos que falar de falta de verbas, de subsídios em atraso ou de dificuldades orçamentais não são temas habituais e poderia soar a falso a quem ouve falar diariamente de milhões de contos atrás de milhões de contos.

Referia-me, na altura, ao atraso de centenas de milhares de contos relativos ao SIRAA, mais concretamente ao sub-sistema SIRALA, com as Câmaras de Comércio a servir de almofada por o Governo não ter querido dotar suficientemente a rubrica orçamental para sanear financeiramente esses projectos.

Adiantávamos, na altura, que o Executivo descansava no compasso de espera que os empresários e Câmaras de Comércio eram obrigados a fazer entre o II e III Quadros Comunitários de Apoio. No entanto, de boa fé chegamos a supor que, ao ritmo a que estavam a ser transferidas verbas e em face das dotações orçamentais, em meados do corrente ano estaria saneado o SIRALA.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em Junho do ano passado, o Sr. Secretário da Economia teve o despudor de afirmar que os atrasos nas remessas das verbas para as Câmaras de Comércio eram propositados, para influenciar os empresários no sentido de se dirigirem aos apoios de âmbito nacional.

Foi, para nós, uma das mais graves afirmações feitas por este membro do Governo nesta Assembleia na última legislatura.

Contudo, o Governo já se havia auto-elogiado por alegadamente ter encontrado financiamentos suficientes para manter a funcionar, sem grandes roturas, os sistemas de incentivos, referindo que os atrasos não eram preocupantes.

No início do ano passado, dizia-se que nos próximos meses todo o sistema estaria completamente funcional sem qualquer atraso. E porquê? Questionava-se o Sr. Secretário da Economia da altura e de hoje, para, de seguida, dar a seguinte resposta:

“Porque, por um lado, os SIRALAS terminaram, há um período de transição entre um sistema e o outro e os cerca de 1, 3 milhões de contos que temos no orçamento de 2000, uma parte irá para o SIRAPA e outra para os SIRALAS. E isso será suficiente para repor algum pequeno atraso que existe no sistema”.

Na altura, o Sr. Secretário arrematava dizendo que: “Durante ano e meio que temos para fechar o programa, vamos, com certeza, terminar isto com sucesso”.

Hoje, podemos concluir que as previsões do Sr. Secretário da Economia falharam e os receios que tínhamos, infelizmente, tornaram-se realidade.

Estamos em de Fevereiro de 2001, em vésperas dos relatórios finais sobre o II Quadro Comunitário de Apoio e podemos ler nos jornais que há colegas do Sr. Secretário da Economia que consideram que houve um “descalabro na gestão dos sistemas de incentivos”.

Este descalabro já era previsível.

Estamos de consciência tranquila, porque alertamos na altura certa.

A realidade encarregou-se de comprovar a justeza dos nossos receios.

Segundo informações actualizadas da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, só no âmbito dos SIRALAS, existem verbas em atraso referentes a projectos contratualizados e com documentos de 1999 que ascendem a cerca de um milhão de contos.

Mas, a este milhão de contos, será necessário somar, ainda apenas no âmbito dos SIRALAS, cerca de 2 milhões de contos.

Os dados são estes: entraram até 31 de Dezembro de 1999, 1.464 projectos tendo sido aprovados, até agora, 790, com o incentivo aprovado de 5, 2 milhões de contos.

Para as restantes 674 candidaturas, deduzidas 340 por desistência ou rejeição, será absolutamente pacífico estimar um incentivo, da ordem dos tais 2 milhões de contos.

Assim, no global, e repito, apenas para sanear os SIRALAS, adicionando-se a verba em atraso desde 1999 - cerca de um milhão de contos - a esta, facilmente se chegam a valores que rodam os 3 milhões de contos.

Estamos perante um cenário verdadeiramente preocupante.

Daí ser mais que compreensível a exasperação de alguns dos colegas de governo do Sr. Secretário da Economia, a que imprensa deu eco, porque a este valor terão de ser somados outros dos restantes sistemas, sub-sistemas e Fundos Autónomos que se especula atingirem, no global, um buraco de cerca de 7 milhões de contos.

Voltando ao âmbito exclusivo do SIRAA, funcionando com duodécimos provavelmente até final de Abril, com 1, 3 milhões de contos no Programa 11 do Orçamento de 2000 podemos chegar aos cerca de 500 mil contos.

Então onde se vão buscar os restantes 2, 5 milhões de contos apenas para sanear os SIRALAS, sem falar nos restantes sistemas de incentivos?

Os projectos de investimento deram entrada enquanto a legislação relativa a esta matéria o permitiu e as comissões continuam a analisá-los, pelo que restam poucas soluções.



Ou o Governo através do Conselho Regional de Incentivos chumba todos os processos que ainda não chegaram à fase final, ou arranja financiamento para o saneamento deste sistema.

O financiamento destes projectos com fundos do II Quadro Comunitário de Apoio depende de existirem verbas disponíveis e de ser viável a sua utilização a tempo dos relatórios finais.

O financiamento com fundos do III Quadro Comunitário de Apoio embate em entraves técnicos e legais, quer seja por haver investimentos realizados antes de Novembro de 1999, quer seja pela necessidade de serem reformulados os projectos de acordo com o previsto no actual Quadro.

Resta sempre as verbas do Orçamento Regional ...

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não fomos, nem somos profetas da desgraça.

Mas, não podemos deixar de denunciar aqueles que anunciam soluções a pronto, esquecendo os problemas que vêm a crédito.

A estratégia socialista de constantemente pintar a realidade cor de rosa, desfoca o alcance, porque ilude os problemas e acaba por, a prazo, agravar as situações, como acontece com a matéria em causa.

Um problema não resolvido a tempo poderá ser gerador de uma crise a destempo.

Será altura, talvez, de, com semblante carregado e de olhar comovido, pedir desculpas.

Ao bom estilo da escola de Guterres, nega-se hoje para amanhã, com a maior das naturalidades, pedir desculpas. Como se tudo não tivesse passado de um mero equívoco, com meros encargos para o erário público ...

Mas, a culpa não pode morrer solteira.

Alguém tem responsabilidades.

Alguém tem que assumir as consequências políticas dos seus actos.

O Governo conhecia os pareceres das Câmaras de Comercio relativos aos Planos e Orçamentos e devia ter monitorizado esta situação, até porque ela foi levantada várias vezes e por diversas pessoas.

Nós aqui também o fizemos.

No entanto nessa altura o Governo preocupou-se mais com a réplica política do que a resolução pratica do que estava em causa.

Os empresários afectados pelo descalabro nas finanças dos sistemas de apoio ao investimento privado, tanto aqueles que aguardam verbas em atraso como os que têm processos sem decisão, tanto ainda, aqueles que esperam pelos novos programas, preocupados com as demoras e apreensivos quanto à eficácia dos sistemas de apoio, aguardam uma resolução para o problema.

Uma resolução que tranquilize os agentes económicos e que restabeleça a confiança.

Numa economia frágil e dependente, a iniciativa privada merece todo o carinho, pois sem esta muito dificilmente atingiremos melhores níveis de produtividade num mundo cada vez mais competitivo e concorrencial.

O desenvolvimento sócio-económico dos Açores é uma meta que deve ser assumida por todos.

Não se compadece com um simples elencar de intenções e desculpas de ocasião.

Disse.

**Vozes dos deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!**

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Entendam-se!

*(Aplausos do deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria, de facto, prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Devo agradecer profundamente a sua intervenção. Foi bem estudada. Não está por dentro de todos os assuntos, mas revela um interesse muito importante na área dos incentivos.

Gostaria de dividir a minha intervenção em duas áreas diferentes:

Primeiro o facto do SIDER não estar regulamentado e comparar a actuação deste Governo com o Governo anterior, nesta área.

Depois falaria numa forma clara, simples e directa sobre os sistemas de incentivos.

No primeiro caso devo dizer que, se compararmos o III QCA e a sua regulamentação com os sistemas de incentivos com o II QCA, estamos de longe em grande vantagem.

O Decreto Legislativo que introduziu o SIRAA – e o II QCA começou a 1 de Janeiro de 94 – foi publicado em 20 de Fevereiro de 95, ou seja, 14 meses depois.

O Decreto Legislativo que instituiu o SIDER foi publicado 8 meses depois, em Agosto de 2000.

O Decreto Regulamentar que regulamentou o SIRAA foi publicado 19 meses depois, em 28 de Julho de 95.

O Decreto Legislativo que instituiu o SITRAA foi publicado em 14 de Junho de 96.

O Decreto Regulamentar que regulamentou o SITRAA foi publicado em 16 de Setembro de 96, ou seja, quase 30 meses depois.

Neste momento o que é que se passa com o SIDER?

Devo dizer que no II QCA não houve eleições no meio. Portanto, houve uma solução do mesmo Governo que fez o Decreto Legislativo e publicou o Decreto Regulamentar.

Neste caso concreto entre o VII Governo Regional, como sabem, houve um processo de campanha eleitoral que deu origem ao VII Governo Regional e houve uma situação de gestão entre o VII e o VIII Governo Regional, mas quero dizer-lhe o seguinte:

O VIII Governo Regional tomou posse no dia 15 de Novembro e no dia 23 do mesmo mês os regulamentos do SIDER foram notificados à Comunidade Europeia e como sabem antes de se fazê-lo houve já uma prévia discussão com as diversas Câmaras do Comércio e com a Associação dos Jovens Empresários.

Depois desta notificação em que a Comunidade Europeia tem, de facto, 60 dias para dar resposta e se o não fizer fica realmente obrigada a aceitar as propostas enviadas, nós continuamos a trabalhar e a aperfeiçoar o sistema, mas gostaríamos primeiro perceber se a Comunidade Europeia concordaria com a filosofia dos diversos regulamentos apontados no SIDER.

Continuamos a trabalhar com as Câmaras de Comércio e é curioso aqui verificar o seguinte: tanto as Câmaras de Comércio e Indústria dos Açores, como a Associação dos Jovens Empresários, a Associação dos Municípios, que foram ouvidos nos diversos regulamentos, não vieram à praça pública dizer: o sistema de incentivos está atrasado, devia já ter sido regulamentado, não está a ser conduzido com eficácia, não está a ser conduzido correctamente. Eles percebem que este é um processo complexo, que é um processo que deve ter a colaboração de todos.

A meados de Janeiro deste ano a Comunidade Europeia enviou-nos a resposta à nossa notificação e houve alguns pequenos detalhes que nós corrigimos e comunicámos às Câmaras de Comércio e à Associação dos Jovens Empresários. Tivemos uma reunião em Bruxelas com os elementos da Comissão, fizemos novas propostas de alteração que foram aceites e continuamos a trabalhar com as Câmaras de Comércio na versão final dos três sistemas regulamentares.

O Conselho Regional de Incentivos reuniu na semana passada para dar o seu parecer final e nós este mês vamos enviar os três regulamentos do SIDER ao Governo Regional para ser aprovado.

Portanto, contamos que no mês de Março tenhamos cá fora os três Decretos Regulamentares do SIDER, ou seja, SIDET, SIDEP e SIDEL. Contamos também, nessa altura, não haver qualquer oposição pela Comunidade em relação aos três regulamentos.

Já foi consultada a Associação de Municípios, já foi consultada a Associação dos Jovens Empresários. Há os pareceres escritos das diversas entidades e estamos na fase final e última da regulamentação dos Sistemas de Incentivos. Portanto, passado 15 meses nós temos não só o Decreto Legislativo aprovado como provavelmente também os Decretos Regulamentares.

Há que ter sempre em atenção que é um processo negocial com a Comunidade Europeia. Há determinadas pretensões que as Câmaras de Comércio querem ver inscritas e que, por vezes, a Comunidade Europeia não o permite e, portanto, é um processo negocial que terá que vigorar durante muitos anos e precisa de ser feito com todas as precauções.

Gostaria também de dizer ainda o seguinte:

Como desta vez os sistemas de incentivos regionais dependem, em grande parte, dos sistemas de incentivos nacionais, através do SIDEP, que é o sistema de prémios, que vai ser utilizado em grande escala, porque pela primeira vez este Governo conseguiu do Governo da República uma quota no Programa Operacional de Economia de 27,4 milhões de contos, que é bastante.

Foi necessário ouvir primeiro e estar fora os regulamentos do Programa Operacional de Economia. Isso ocorreu ao longo do tempo e alguns ainda estão a decorrer, mas o essencial que vem no Decreto Legislativo só surgiu em finais de Agosto deste ano.

Portanto, tivemos de verificar, preto no branco, o que é que eram realmente os regulamentos do Programa Operacional de Economia, principalmente dos sistemas de incentivos que nos diziam directamente respeito, na área do turismo, para, em conjunto com as Câmaras de Comércio, elaborar os novos regulamentos que teriam que ser postos em discussão.

Penso que isto fica esclarecido. Os três sistemas estão numa fase final e serão em breve aprovados em Conselho do Governo e espero que dentro em breve o novo QCA entre em vigor, colocando em funcionamento o novo sistema de incentivos muito mais depressa, em metade do tempo do que ocorreu no II QCA, em que não houve qualquer transição de governo.

Vamos então falar dos sistemas de incentivos e do seu funcionamento no II QCA e dar uma resposta clara, objectiva às preocupações do Sr. Deputado Duarte Freitas.

Como sabem, os sistemas de incentivos postos em funcionamento no II QCA são sistemas de incentivos abertos. Ocorreu o mesmo no Continente e ocorreu o mesmo também na Madeira.

A vantagem que existiu e existe nos sistemas de incentivos actuais é que nos Açores não houve qualquer derrapagem e a aparente verba dos 7 milhões que o Sr. falou não constitui qualquer problema. Existe algum atraso no SIRALA, eu reconheço e disse que havia.

Devo dizer que no ano passado as últimas verbas pagas ao SIRALA estavam na Câmara de Comércio de Ponta de Delgada e de Angra do Heroísmo, de Março de 2000. É verdade que na Horta há um atraso maior, mas já está a ser recuperado. Portanto, o que eu disse claramente é que haveria um atraso no SIRALA de 9 a 10 meses.

Não existe qualquer atraso no SIRAPA e não existe qualquer atraso no SITRA.

Agora passo a explicar o valor dos 3 milhões de Contos, que o Sr. falou aqui e como funciona o SIRALA:

Nós enviamos tranches de 100 mil contos para as Câmaras de Comércio e elas fazem os pagamentos de 80% contra facturas/recibo.

Acontece depois que nem sempre os investidores executam todo o investimento e nós estamos aqui a falar de incentivos que foram atribuídos em 96, 97, 98, 99 e em 2000 e que têm que terminar, como o Sr. disse e muito bem, em Julho de 2001.

Nunca pode ser atribuído um incentivo maior do que foi aprovado, mas pode acontecer, e acontece frequentemente, que não é utilizado todo o incentivo e acontece muitas vezes em que as pessoas dizem: “eu não utilizo o restante, vou ver, vou verificar, vou pensar”, e há um empate normal em todos os projectos aprovados de atrasar um pouco o investimento final, porque não sabem se precisam de realizar aquele resto do incentivo.

Acontece que a execução, em média, andarà à volta do 80%. Há muitos incentivos que foram atribuídos em que a parte final nunca será atribuída, mas que agora até Julho de 2001 haverá uma limpeza de todo o sistema. Todos os projectos que foram aprovados com facturas anteriores a 19 de Novembro de 99 não podem passar para além de Julho de 2001.

Portanto, se nós falamos dos 7 milhões e multiplicarmos por 80% estamos a falar de cerca de 5,6 milhões de contos efectivos de projectos aprovados.

Vamos ver agora a sua execução:

Aqueles que foram aprovados e que têm facturas anteriores a 19 de Novembro de 99 têm, de facto, que ser executados até Julho deste ano, mas aqueles que têm facturas posteriores a 19 de Novembro podem ser executados em 2000, podem ser executados em 2001 e podem entrar no III QCA.

Acontece que há ainda sistemas de incentivos que entraram até 31 de Dezembro de 99 mas que ainda nem sequer passaram pelo Conselho Regional de Incentivos, porque apenas apresentaram um projecto de intenção e depois houve pedidos de novos elementos por parte das Câmaras de Comércio, porque são elas próprias que fazem a análise e a Secretaria Regional da Economia não tem nada a ver com a análise dos SIRALAs. Portanto, esta análise é feita nas Câmaras do Comércio e algumas têm algum atraso na análise de alguns projectos, mas que não tem nada a ver com a Secretaria Regional da Economia, e que vão ser aprovados ainda este ano e que entrarão claramente no II ou III QCA.

Como o Sr. Deputado disse, e muito bem, não haverá nenhuma verba que ficará a descoberto no PRODESA, porque estes projectos que entraram até 31 de Dezembro de 99 só entrarão no III QCA e se tiver atento ao Plano de 2001, que já é público, vai verificar que houve um reforço substancial das verbas atribuídas aos sistemas de incentivos e que uma parte dessas verbas são para projectos que entraram depois de 19 de Novembro de 99 e que vão entrar no III QCA.

Portanto, dos 5,6 milhões de contos que serão realmente executados, uma parte será do II QCA e outra parte será do III QCA e nós consideramos que é perfeitamente viável, dentro das verbas que temos programadas, satisfazer, sem qualquer quebra, sem qualquer alarmismo, os sistemas de incentivos que entraram no II QCA e que vão entrar no III.

Se o Sr. Deputado reparar bem, porque os documentos são públicos, verifica que nós temos cerca de meio milhão contos para o SIDER, para os novos sistemas de incentivos que vão entrar em vigor ainda este ano. Porquê? Porque nós temos uma definição totalmente diferente do II para o III QCA. Isso também ocorreu a nível nacional, mas enquanto que a nível nacional os sistemas de incentivos sofreram, como toda a gente conhece, um “over booking” em excessivo e houve dificuldades de pagamento no SAJE, no RIME, e no SIFIT em que houve transição do II para o III QCA, muitas vezes também penosa, enquanto que na Madeira o sistema de incentivos rebentou, ou seja, fechou antes do tempo. Nós aqui nos Açores mantivemos os sistemas de incentivos abertos sem qualquer drama e vamos manter os nossos compromissos, cumprindo com as nossas obrigações e mantendo a confiança, a estabilidade e a previsibilidade das nossas acções.

Também lhe quero dizer que se reparar bem nos novos sistemas de incentivos, que estão já em discussão e que são praticamente públicos, verá que há um sistema fechado para o SIDER e para o SIDER e as verbas atribuídas para cada sistema de incentivos serão rigorosamente respeitadas.

É evidente que quando nós temos um sistema aberta haverá sempre, à última da hora, um excesso de candidaturas. Nós se fechássemos o sistema de incentivos em 31 de Dezembro esse excesso ocorreria no último mês ou no último dia. Se fechássemos em Setembro seria também no último mês que ocorreria o excesso de candidaturas, isto porque as pessoas guardam todas para o fim. Isto ocorreu no sistema de incentivos, mas está a ser realizado sem qualquer tipo de problemas.

Devo dizer que o atraso actual que nós contabilizámos essencialmente em Angra e Ponta Delgada – e que eu já disse na comunicação social – andará à volta de 10 meses de atraso, mas que já estão a ser recuperados, porque já enviámos uma tranche de 100 mil contos. A próxima tranche de 200 mil contos recuperará esse atraso em 7 ou 8 meses e no final deste ano ficará completamente regularizado todo o atraso existente em relação ao SIRALA.

Relativamente aos outros sistemas de incentivos eles estão a decorrer com toda a normalidade e com a estabilidade que convém à iniciativa privada.

Portanto, agradeço a sua intervenção permitir um esclarecimento claro a esta Assembleia do estado da situação dos sistemas de incentivos regionais.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos deputados da bancada do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário da Economia:

Devo dizer que sou apenas deputado e não empresário e não estou falando em nome próprio, estou passando aqui aquilo que dizem os empresários.

Em primeiro lugar quero dizer que não é algo que me saia apenas da cabeça, por um lado, e, por outro, o Sr. Secretário acabou por reconhecer que os números que eu aqui trouxe, as análises e as contas que fiz estavam correctas.

Em segundo, devo dizer que já tivemos alguma discussão neste sentido quando foi discutido aqui o SIDER, relativamente à mudança que existe de um QCA para outro e de uns sistemas de incentivos para outros.

O Sr. reconheceu, na altura, que no II QCA e a nível nomeadamente do SIRAA tinha sido criado todo um enquadramento novo, digamos, até original que se reconheceu que era inovador e elogiado no âmbito nacional e é óbvio que para se criar todo um novo sistema desses leva tempo e é

precisão reflectir. Isso foi tudo visto na altura e penso que chegámos mais ou menos a um consenso nesta matéria.

Também é óbvio que todos sabemos que a mudança que houve do II para o III QCA e nomeadamente do SITRAA e do SIRAA agora para o SIDER não foi tão grande. Praticamente, e eu já tenho conhecimento de alguns dos regulamentos que foram para parecer, a grande maioria dos procedimentos e da estratégia mantém-se, a filosofia mantém-se, embora existindo algumas alterações.

Ganha-se na horizontalidade, perde-se na base regional, porque a partir de 30 mil contos vai-se para iniciativas nacionais e agora também já se pode saber que há um tecto a nível do SIDEL e esse tecto é imposto pelo orçamento regional ano após ano e os projectos são classificados. Aqueles que já não forem abrangidos por aquilo que existe no pacote orçamental do ano, passam para o ano seguinte. Isto é a primeira análise que vai de encontro àquilo que se vai passar já este ano.

De facto, o que o Sr. está propondo que vai fazer agora é o saneamento definitivo dos SIRALAS, aquilo que nós já há mais de um ano andamos a reclamar, que o Sr. negou e disse que ia pagar, que estava quase e que no fim ia correr tudo bem. Agora já vem dizer que é até final do ano e que já não é com verbas do II QCA, mas sim com verbas do III QCA.

Assim sendo, gostaria de lhe fazer uma pergunta:

Os projectos que não foram aprovados no âmbito das verbas e do enquadramento do II QCA vão ser aprovados como SIRALAS ou como SIDEL?

Portanto, Sr. Secretário, se as verbas não forem do II ou do III QCA, elas terão que sair única e exclusivamente do Orçamento Regional, sem se aproveitar os fundos da comunidade. Não é verdade?

**Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral):** É verdade.

**O Orador:** Obviamente que isto, e nem o Sr. Secretário nem ninguém do Governo o negou, tem causado uma perturbação enorme a nível do Governo Regional e a nível, como é óbvio, da repartição das verbas pelos vários orçamentos. Alguma coisa vai ficar por fazer, porque o Sr. desvalorizou aquilo que se falou na altura que era sanear os SIRALAS e que o Sr. não quis, não quis resolver o problema. O Sr. sempre disse que não havia problema nenhum e agora alguma coisa vai ficar por fazer noutras áreas, a nível de outras Secretarias. E isto porquê? Porque entretanto já passaram a eleições e o Sr. de uma vez por todas vai resolver o problema.

Por outro lado, também já o denunciei na altura, porque é que os SITRAA, SIRAPA e SIRAP estão actualizados e mais ou menos sempre o tiveram? Porque aí não há almofada. Aí os empresários iam reclamar directamente do Governo Regional. Os SIRALAS como passam pelas Câmaras de Comércio e estas funcionam como uma almofada e é que sofrem as pressões dos empresários pelos atrasos, atrasos esses que não se devem às Câmaras do Comércio, mas sim ao seu Governo.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Para terminar, devo-lhe dizer que esta derrapagem que o Sr. diz que não existiu, acaba por se concluir, através da minha intervenção e através das suas palavras que apesar do Sr. a negar, está a negar uma evidência e não consegue negar isso. Houve uma derrapagem.

As primeiras palavras que o Sr. diz é que concorda com a minha intervenção e que foi bem fundamentada, pois sendo bem fundamentada já está a justificar que houve uma derrapagem. O Sr. está-se a contradizer ou então devia ter dito que concordava com algumas coisas e com outras não.

Portanto, a minha intervenção está correcta, os números estão correctos e o Sr. não os pode negar. O Sr. tem que arranjar um milhão de contos para limpar o que vem de 99 e tem que arranjar ainda mais 2 milhões para o que não foi ainda analisado.

Como é que vai ser? Rapando dinheiro doutros programas doutras Secretarias. Por isso mesmo os Srs. certamente têm algum incómodo nisso.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu, de facto, não tenho qualquer tipo de problema neste Governo e sinto a solidariedade neste Governo e não tenho, efectivamente, qualquer tipo de luta entre os diversos membros deste Governo.

De facto, as verbas da Secretaria Regional da Economia já são públicas e há uma evolução normal. A Secretaria Regional da Economia no ano passado propunha 9,6 milhões de contos e este ano propõe 9,9, um aumento de 300 mil contos num aumento substancial do Plano que passa de 49 para 54 milhões. Portanto, não vejo qualquer evolução anormal da Secretaria Regional da Economia para tapar qualquer buraco de seja o que for.

O que o Sr. Deputado ainda não percebeu é que, de facto, tem havido um aumento substancial do desenvolvimento na área do turismo e é aí que vem a grande fatia neste sistema de incentivos e que se vai manter.

O nível de incentivos para a privada, se for ver o PMP, vai passar de 2,6 milhões de contos para 4,5 e vai manter-se ao longo de 2001, 2002, 2003 e 2004, porque há uma actividade nova que está em grande força que é o turismo. Devo-lhe dizer que em 97 nós gastámos apenas 300 mil contos nos sistemas de incentivos ligados ao turismo, em 98 gastámos 680 mil, em 99 gastámos 980 mil, no ano passado gastámos 1.140.000 contos. Este ano vamos gastar mais e vamos continuar a gastar mais nesta área e é por isso que há uma grande subida dos sistemas de incentivos de 2,6 para 4,5 milhões de contos, mas repare que o bolo da Secretaria Regional da Economia mantém-se praticamente inalterável.

Há áreas que crescem e ainda bem que crescem, porque as necessidades das secretarias nunca são iguais todos os anos e nós neste momento nem temos necessidades a mais nem a menos, estamos efectivamente na média do aumento normal das diversas secretarias.

Em relação àquilo que disse e o facto de ter estudado bem a lição, eu sei que o Sr. Deputado como está na oposição fez um trabalho de casa diligente.

**Deputada Berta Cabral (PSD)** E os outros não fazem! Só os que estão na oposição é que fazem!

**O Orador:** Fez um bom trabalho de casa, mas como não tem todos os dados consigo é impossível para ele ir mais além...

**Deputado Berta Cabral (PSD):** Não está a insultar os seus colegas?

**O Orador:** Sra. Deputada, eu não estou a insultar o seu colega, estou a dar-lhe um elogio.

**Deputado Berta Cabral (PSD):** Não, está é a insultar os seus!

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Mas há algo que os Srs. não conseguem fazer, que é elogiar o nosso trabalho!

**O Orador:** Sra. Deputada, toda a gente faz o trabalho de casa. Eu estou é a fazer um elogio ao seu colega.

**O Orador:** O que faltava era o Governo só elogiar a oposição. As posições internas deste Governo não estão ainda nesse sentido.

Continuando, o facto de ter feito algum estudo sobre esta área, não quer dizer que sabe todos os dados.

A realidade é esta:

As Câmaras de Comércio hoje vão ter que começar a reaver quais os projectos SIRALA que ainda estão vivos e que ainda vão gastar os tais 20% que lhes falta concluir ou não e isso demonstra claramente que as verbas apontadas de 7 milhões de contos não são 7 milhões de contos, mas são muito menos. Algumas dessas verbas que não são executadas no II QCA, passam para o III, porque os projectos entrados até 31 de Dezembro não fizeram imediatamente a obra e, portanto, algumas das facturas/recibo são posteriores a 19 de Novembro e entra no III QCA. Basicamente é isto e não há qualquer drama.

O sistema de incentivos está a funcionar bem.

Entre o Governo está tudo também, está tudo às mil maravilhas.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Penso que ouvi bem da sua boca há pouco, esqueci-me de o referi, que o Sr. terá dito que o buraco não constitui problema. Eu, de facto, acho que constitui. O Sr. diz que vai ter 4,5 milhões de contos

no Plano de 2001, e que vamos apreciar em pouco tempo, mas se o Sr. retirar desses 4,5 os 3 milhões que precisa para sanear finalmente o SIRALA, restam 1,5 milhões de contos para o turismo e para a indústria.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** O Sr. pensa que é assim, mas não é!

**O Orador:** O Sr. vai ter que sanear de alguma forma aquilo que nós já temos vindo a reclamar há bastante tempo e para sanear-lo vai precisar dos tais 3 milhões de contos que o Sr. ainda não teve capacidade de negar e vai restar-lhe 1,5 milhões de contos para o ano de 2001 para os projectos que vão entrar, tanto para o turismo como para o comércio e a indústria e ainda com o tempo de demora que este programa tem estado fechado, o Sr. vai dar 90 dias, segundo o que está previsto e anunciado, para entrar outros projectos com investimentos já realizados. Pode ter a certeza que esses projectos vão entrar em catadupa dado o tempo em que isto esteve fechado e dada a necessidade de apresentar em 90 dias e o Sr. vai ter 1,5 milhões de contos para distribuir por esses processos todos.

Com a filosofia que vai ser imposta a nível do SIDER provavelmente a grande maioria dos projectos vão passar para 2002.

Conclusão:

Por não ter querido assumir que era preciso sanear aqueles incentivos e por ter demorado todo este tempo para a entrada em vigor dos regulamentos dos novos programas, vamos passar talvez cerca de dois anos, não só sem programas abertos, mas também sem poder dar o passo seguinte nos investimentos necessários aos nível do comércio, da indústria, da energia e do turismo.

Para a história será essa a vossa herança nesse aspecto.

**Deputado Mark Marques e José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para a história fica um sistema de incentivos que vocês trabalharam em 94 e que nunca funcionou no vosso tempo.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Funcionou muito bem!

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Mas quem é vocês?

**O Orador:** Não houve um projecto praticamente aprovado no vosso tempo.

O SITRA foi regulamentado a 16 de Setembro de 96. As eleições estavam à porta. Levou muito tempo para ser aprovado.

Nós, passados 15 meses, temos os decretos regulamentares prontos cá fora. Portanto, não há qualquer problema.

Repare que não há qualquer crise e as Câmaras do Comércio estão caladas, estão sossegadas e ninguém fala.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Eu sei porque é!

*(Risos dos deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Bom, passemos a um outro aspecto concreto.

Devo dizer que é com muito orgulho que nós mudámos a filosofia do sistema de incentivos.

A nível nacional também há tecto. A nível da Madeira também o há, porque não é possível manter-se sistemas eternamente abertos. Nós temos que ter previsibilidade nas nossas acções. Nós não podemos ter um sistema aberto e não termos capacidade de dominar quantas pessoas vão entrar no sistema. Até o Tribunal de Contas assim o exige.

Portanto, nós herdámos o vosso sistema de incentivos, cumprimos com ele e como a Sra Deputada Berta Cabral diz, funcionou muito bem, porque soubemos gerir muito bem.

Neste novo sistema de incentivos aprendemos com os erros do passado e vamos colocá-lo em funcionamento sem crises, sem alarmismos, continuando a acção governativa que é de apoio à

iniciativa privada, de apoio às novas acções, principalmente na área do turismo, que estão a criar um grande desenvolvimentos nesta Região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Presidente:** Quero informar o Grupo Parlamentar do PSD que o Governo já não dispõe de tempo.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Nem isso consegue gerir!

**Secretário Regional da Presidência para a Finanças e Planeamento (Roberto Amaral):** Gastámos o tempo em explicações!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** O Sr. há pouco tempo elogiou o seu colega por ter esgotado o tempo!

**Presidente:** Sr. Deputado Joaquim Machado, por favor deixe falar o seu colega de bancada.

Faça o favor, Sr. Deputado.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu não tenho que pedir desculpa, mas fico com pena do Sr. não ter tempo. Aliás, posso-lhe dizer que, e pode ser confirmado pela Mesa, ontem tinha preparado a minha intervenção que retirei imediatamente quando soube que o Governo não tinha tempo para responder e por isso mesmo alinhiei a intervenção para hoje, porque julgo que isto é uma matéria importante e que não pode ficar apenas pela rama e não ser aprofundada.

Por isso mesmo vou apenas referir mais duas ou três questões:

Em primeiro lugar o Sr. diz que as Câmaras de Comércio estão caladas. Penso que já tiveram mais. É óbvio que elas estão habituadas a que estando com a corda presa por alguém às vezes não podem falar muito, até porque se o Sr. Secretário diz que atrasa as verbas proposadamente para empurrar para os sistemas nacionais eles começam mais uma vez e em público a perceber que não podem falar muito.

Em relação ao passado e ao futuro, Sr. Secretário, em todas as matérias e nesta também nós temos que começar a perceber, e se calhar em primeiro lugar o Governo, que este Governo já tem passado. Os Srs. já têm passado. O Sr. sabe o que é que disse no passado? Eu volto a repetir e são palavras textualmente suas que fazem parte do seu passado.

Quando o Sr. respondia acerca dos atrasos, o Sr. perguntava porque é que isto tudo se ia resolver sem qualquer problema e dizia: “porque por um lado os SIRALAS terminaram. Há um período de transição entre um sistema e outro e os cerca de 1,3 milhões de contos que temos no orçamento de 2000, uma parte irá para o SIRAPA e a outra irá para os SIRALAS e isto será suficiente para repor algum pequeno atraso que existe no sistema”. Este é o vosso passado.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** E bom passado!

**Deputada Berta Cabral (PSD):** É como o da saúde!

**O Orador:** Outra coisa do passado que o Sr. disse, quanto estava a falar nos sub-sistemas e quando é que entravam em vigor e dizia na altura da discussão do SIDER que considerava óptimo se todos os sub-sistemas tivessem a funcionar até ao final do Verão do ano 2000.

Sr. Secretário, o Sr. já não sabia que tinha que comunicar à Comunidade, o Sr. não sabia que estava à espera das definições no âmbito nacional? O Sr. sabendo tudo isto disse que era até final do Verão de 2000. Por amor de Deus!

Em relação à previsibilidade, e face a este histórico que temos, é óbvio que os empresários não podem estar tranquilos. Os empresários têm que estar preocupados até porque, e repito, o Sr. vai ter 1,5 milhões de contos na prática para os projectos que vão entrar e com esse tecto o Sr. vai ter que deixar imensos projectos por aprovar e vai ter que passar muitos para o ano seguinte.

No próximo ano, e o Sr. pode tomar nota, eu vou estar aqui a ler de novo as suas afirmações e a dizer que mais uma vez o buraco continua e vai passando é de um ano para o outro.

**Vozes da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Srs. Deputados, eu lamento mas não posso dar a palavra ao Sr. Secretário Regional. O Sr. Deputado Joaquim Machado pretende usar a palavra para?



**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Pretendia ser informado, Sr. Presidente, se fosse possível, do tempo disponível para a bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

**Presidente:** Sim senhor, pode-se aproveitar para dar essa informação. O Sr. Secretário faça o favor de dar os tempos ainda disponíveis.

**Secretário (Raúl Rego):** Já foi aditado ao tempo normal a prorrogação do tempo. Sendo assim, o PS tem 86m de tempo disponível, o PSD tem 30m, o CDS/PP tem 20m, o PCP tem 17m e o Governo tem 0 minutos.

**Presidente:** Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não queria deixar acabar este período legislativo sem, de viva voz, vir referir uma questão que reputo de importante para a Ilha do Faial, pela qual fui eleito.

Trata-se de uma questão, aliás, que já teve duas referências neste período legislativo, embora sem a projecção que o problema merece e a situação exige.

Estou a referir-me à questão da compensação à Câmara Municipal da Horta pelos prejuízos directos que teve com o sismo. A situação está referida no Relatório da Comissão Eventual de Acompanhamento da Reconstrução e foi mencionada ontem na correspondência, dado que o Conselho de Ilha do Faial aprovou por unanimidade e enviou uma Recomendação sobre o assunto ao Governo e a esta Assembleia.

A situação resume-se em duas palavras: a Câmara Municipal teve, naturalmente, prejuízos directos e muito elevados, motivados como o sismo de 9 de Julho. Esses prejuízos na rede de águas, na rede viária, no património municipal, nos cemitérios das freguesias, etc., foi rigorosamente avaliado e calculado num valor um pouco superior a 1,2 milhões de contos.

Numa reunião conjunta entre o Governo Regional e a Câmara Municipal da Horta, realizada em 17 de Abril de 1999, na Casa do Relógio, foi anunciado pelo Governo que este assumia 50% do valor daqueles prejuízos. Posteriormente esta decisão foi alterada tendo então o Governo decidido ser necessário a Câmara Municipal da Horta candidaturas a programas comunitários cobrindo as principais áreas onde a Câmara teve prejuízos directos.

Pelas informações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara à Comissão da Reconstrução e ao Conselho de Ilha alguns desses prejuízos estão integrados em projectos no âmbito do PRODESA, mas as despesas realizadas entre 9 de Julho de 98 e 14 de Novembro de 99, inventariadas nesses prejuízos constituem despesas não elegíveis dado o esgotamento do II Quadro Comunitário de Apoio.

Foi nesse período que a Câmara Municipal da Horta teve que enfrentar os gravíssimos problemas que o sismo criou na rede de abastecimento de água, como o desaparecimento de uma dúzia de nascentes, com a destruição de condutas, com a realização de ligações de água aos alojamentos provisórios, além de outros aspectos, trabalhos esses indispensáveis e inadiáveis, que consumiram largas centenas de milhares de contos e que, como é óbvio, não só não estavam orçamentados, como se realizaram em boa parte num ano em que, por várias razões que agora não vêm ao caso, as receitas de capital da Câmara foram anormalmente baixas, em relação ao orçamentado.

Existe pois uma situação que resulta fundamentalmente, duma tomada de decisão que é impossível de concretizar, isto é, substitui-se o apoio financeiro do Governo pelo apoio Comunitário, mas uma parte substancial do inicialmente seleccionado, não é elegível para apoios comunitários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se a orientação política adoptada pela área em que me situo fosse “a do quanto pior melhor” raciocinaria, simplesmente assim: a Câmara da Horta é de maioria PS; o Governo é de maioria PS; o Governo assumiu um compromisso que alterou; essa alteração lesou seriamente a Câmara Municipal da Horta; então “eles que se entendam” e “vamos aproveitar isso para denunciar nas próximas eleições autárquicas”.

Mas como não raciocino assim; como penso, mesmo que a Câmara, no período em questão e no que respeita às medidas de emergência, trabalhou essencialmente bem e de forma útil; como penso que o esforço financeiro que teve que fazer esteve muito acima daquilo que era a capacidade financeira objectiva; como penso, também que os compromissos são para serem assumidos e o Governo tinha assumido para com a Câmara compromissos que eram bem claros; entendo e aliás também assim o

entende a Câmara e o Conselho de Ilha, que será de inteira justiça e é uma premente necessidade que o Governo Regional dos Açores e a Câmara Municipal da Horta encontrem uma forma de este assunto ser cabalmente resolvido repondo parcialmente a capacidade de investimento municipal seriamente abalada naquele período.

O que é justo, justo é e não é aceitável que este assunto seja esquecido. Foi por isso que hoje o trouxe aqui, perfeitamente consciente que ao defender que seja aberta uma porta para a resolução deste problema estou, também, a contribuir para que seja eventualmente reparada uma das várias situações que naquele período de 98/99 foram mal tratadas e prejudicaram seriamente esta Ilha do Faial e Concelho da Horta.

Deixo um claro e directo apelo ao Governo Regional no sentido de estudar atentamente as Recomendações do Conselho de Ilha do Faial e de ouvir, também atentamente, o que a Câmara da Horta tem a dizer sobre esta questão e na sequência disso resolver com justiça este assunto.

Disse.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Marques.

**Deputada Ana Paula Marques (PS):** Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em 1995 realizou-se na Holanda o primeiro seminário sobre a Carta da Terra. Neste encontro foi criada uma comissão Internacional composta por representantes para cada continente. Durante a conferência do Rio de Janeiro em 1997 foi apresentada a primeira versão deste documento. A sua versão final só estará pronta em 2002, altura em que será entregue à ONU, e passará a valer como documento substituto da Declaração dos Direitos Humanos.

O seu conteúdo consta de um Preâmbulo e de dezasseis princípios divididos por 4 capítulos, designadamente: I Respeitar e Cuidar da Comunidade de Vida; II Integridade Ecológica; III Justiça Social e Económica e IV Democracia, não Violência e Paz. Esta carta é pois o documento que vai conduzir a civilização universal durante o 3º Milénio.

Não tenho oportunidade nestes minutos de vos transmitir toda a mensagem deste documento, tal atitude não seria despropositada, afinal aqui neste cantinho da Europa, aqui nos Açores, neste espaço que se abre pleno de potencialidades e que é o Atlântico, é o nosso espaço e nós também somos cidadãos do Mundo.

Certamente que esta é uma luta férrea porque mora dentro de nós.

A luta pela sobrevivência "O Homem apodera-se da natureza e transforma-a, essa magia, esse sonho de ser capaz de transformar a Natureza" tem sido um processo de milénios.

Aqui nos Açores remonta a pouco mais de 500 anos e esse processo não foi fácil. A tarefa dos primeiros povoadores para desbravar a terra. As ilhas eram cobertas de espesso arvoredos, o que levou os primeiros habitantes a proceder ao corte e abate desse manto vegetal. A tarefa foi, porém, duplamente vantajosa: aproveitaram-se as madeiras para a exploração e construção naval e criaram-se espaços para a agricultura. Estavam pois criadas as condições propícias ao desenvolvimento de uma economia agrícola.

Se nos séculos XVI e XVII coexistiram várias culturas, o trigo, o pastel, o açúcar, a cevada, o inhame, as favas, as lentilhas e os pomares, ao mesmo tempo, a exploração pecuária teve o seu peso na economia açoriana. Todavia, os solos esgotam-se tornando-se urgente proceder à experimentação de outras culturas, umas declinavam e outras sucediam-se sempre numa luta árdua pela sobrevivência.

As monoculturas são um fenómeno mais tardio, pois foi só no século XIX que se introduziram espécies exóticas com fins industriais, o linho da Nova Zelândia, mais conhecido por espadana, o chá, o tabaco e a criptoméria japónica. A paisagem sofreu assim profundas alterações, sucedem-se as arroteias, sem critério, provoca-se assim o desequilíbrio ambiental.

Hoje, mercê do trabalho desenvolvido pelas ONGs e pelos movimentos ecológicos nasceu uma nova mentalidade. É necessário preservar o nosso ecossistema, e a nossa luta pela sobrevivência passa pela salvaguarda destes valores.

O equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável não é um problema dos outros é um problema nosso!

Como conciliar o desenvolvimento com o equilíbrio ecológico?

Que medidas de política poderão ser implementadas para a defesa dos cidadãos?

Que Educação Ambiental queremos para os nossos filhos?

O que fazemos no dia a dia para protegermos o meio ambiente?

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É evidente que são estes problemas que nos unem e nos separam. É sobretudo uma questão de valores, de práticas e de procedimentos.

No dia 31 de Janeiro assisti com agrado à apresentação pública de um Estudo sobre a "Caracterização e sugestões de gestão para os resíduos sólidos na Região Autónoma dos Açores" encomendado pelo anterior titular da Pasta do Ambiente do VII Governo Regional dos Açores, à Quercus, mais precisamente ao CIR (Centro de Informação de Resíduos).

Depois de uma atenta leitura fui confrontada com uma realidade que não podia, não devia deixar de sobre ela fazer algumas considerações, não intempestivas, pois com Nietzsche só aprendi" que a história só nos serve se ela servir a vida" e neste caso a história recente ainda não é intempestiva é tão somente uma triste realidade que nos compromete a todos nós e também compromete o nosso futuro.

Por isso decidi convictamente partilhar com os Senhores Deputados alguma informações recolhidas nesse estudo, bastante importante, mas ainda carecendo de mais informação, pois só a título de exemplo: Apenas dois Municípios dos Açores, a saber Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e Câmara Municipal da Horta preencheram em 1999 os mapas de resíduos sólidos.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deixo aqui nesta Câmara para reflexão algumas questões que são pertinentes e que retirei do referido estudo:

A Gestão dos Resíduos em Ilhas é fundamental para o Desenvolvimento Sustentável porque elas são locais limitados fisicamente para a instalação de infra-estruturas de deposição de resíduos;

- de grande riqueza natural e muito vulneráveis;

- onde a contaminação da água doce superficial e subterrânea pode ter consequências dramáticas;

- onde o turismo tem um papel cada vez mais importante na economia local e no crescimento sustentável;

- situadas em regiões ultraperiféricas, onde o escoamento dos resíduos recicláveis têm que ser enviados para o continente.

Segundo o mesmo estudo nos Açores verifica-se uma gestão caótica dos resíduos.

Produzem-se aproximadamente 115 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano, mais de um milhão de litros de óleos usados, 600 toneladas de pneus, 6 mil toneladas de sucatas, 200 mil toneladas de entulhos.

Além da maioria dos Municípios não cumprir com a lei, verifica-se a quase ausência de informação referente à quantidade e tipo de resíduos produzidos.

Refere o estudo que o destino mais usual para os vários tipos de resíduos alguns deles perigosos ainda é a lixeira mais de 60%, enquanto que muitos dos resíduos recicláveis continuam a ser enviados para aterro. Os 6 aterros sanitários existentes têm falhas graves de gestão.

A nossa paisagem continua a ser objecto de atentado pois frequentemente os resíduos são abandonados nas linhas de água, nas estradas e nos campos e até mesmo nas cidades. Também refere ainda o estudo que não existem locais de deposição adequados para alguns tipos de resíduos, salvaguardando algumas excepções e neste caso o estudo apresenta a Câmara de Angra como exemplo a seguir.

Sr Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para terminar deixo-vos algumas palavras decalcadas do Preâmbulo da Carta da Terra: “**Desafios para o Futuro;**” A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida(...) Os nossos desafios, ambientais, económicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados e juntos podemos forjar soluções.

Disse.

*(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, estamos a atingir a nossa hora regimental. Eu pedia aos Presidentes dos Grupos Parlamentares para se acercarem aqui da Mesa para organizarmos os nossos trabalhos da parte da tarde.

*(Pausa)*

Srs. Deputados, após esta rápida Conferência de Líderes, o Período de Antes da Ordem do Dia termina aqui. Retomaremos os nossos trabalhos às 15 horas com o 1.º ponto da agenda da Ordem do Dia, conforme já foi distribuído por V. Exas.  
Muito obrigado e bom almoço.

*(Eram 13,00 horas)*

**Presidente:** Srs. Deputados, muito boa tarde. Vamos retomar os nossos trabalhos.

*(Eram 15 horas e 20 minutos)*

Vamos retomar os nossos trabalhos com a apresentação **da Proposta de Resolução denominada “Biblioteca Inclusiva”**, apresentada pelo Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral para fazer a apresentação desta Proposta de Resolução.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O movimento a favor da inclusão das pessoas portadoras de deficiência na sociedade de que fazem parte como cidadãos de pleno direito, conta já com cerca de 20 anos e é hoje mundialmente reconhecido e aceite, tendo provocado resultados comprovadamente positivos quer para as pessoas portadoras de deficiência quer para os seus pares ditos “normais”.

No entanto nem sempre tem sido fácil promover esta inclusão, em particular em alguns segmentos da vida em sociedade.

Se hoje já aceitamos facilmente, e até talvez nem questionemos se uma pessoa com deficiência deve ou não tratar os seus problemas de saúde no mesmo hospital, onde todos os seus compatriotas o fazem, o mesmo já não se poderá afirmar em relação à sua participação em outras áreas da vida em sociedade.

É certo que por vezes nos esquecemos que esta população tem não só os mesmos direitos que todos nós, mas também as mesmas necessidades, as mesmas ambições, os mesmos desejos e as mesmas emoções, limitando-nos a assegurar-lhes a satisfação das necessidades mais básicas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É nossa obrigação fazer mais e melhor. É nossa obrigação garantir-lhes não só o direito ao bem estar físico, à saúde e à educação, mas também à cultura, ao desporto, à recreação e à informação.

Considerando que o acesso à informação se assume hoje como factor essencial para a realização e promoção pessoal, social e profissional de qualquer cidadão, incluindo obviamente os nossos pares portadores de deficiência;

Verificando também que a população com necessidades especiais, normalmente vítima de segregação, constitui um dos grupos particularmente vulneráveis aos novos tipos de exclusão que surgem em consequência dos desenvolvimentos verificados no âmbito das tecnologias da informação;

Reconhecendo que essas mesmas tecnologias podem, no entanto, quando devidamente adaptadas e disponibilizadas, proporcionar-nos formas de ultrapassar desvantagens e incapacidades no acesso à informação.

Facilmente concluímos ser nosso dever colocar essa tecnologia também ao serviço da população com deficiência.

A Proposta de resolução que hoje trazemos a esta Assembleia preconiza precisamente a defesa do direito ao acesso à informação por parte da população com necessidades especiais, recorrendo às tecnologias da informação para o efeito.

Sendo as bibliotecas públicas os locais privilegiados para disponibilizar informação propomos então que o Governo promova a eliminação das barreiras arquitectónicas no exterior e no interior dos edifícios que as albergam; diligencie no sentido de as equipar com a tecnologia de informação adequada; e que incentive a aquisição de materiais de leitura em suportes especiais por forma a garantir que o património nelas contido seja verdadeiramente acessível a todos, independentemente da forma como alguns lêem.

Tenho dito.

*(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Passamos ao ponto nº. 2 – **Proposta de Resolução sobre “Apoio aos Idosos”**, apresentada pelo Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha para fazer a sua apresentação.

**Deputada Gilberta Rocha (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O envelhecimento demográfico que caracteriza a contemporaneidade tem fortes reflexos no campo económico, social, político e cultural. As alterações observadas no ritmo da vida, e da morte, designadamente o aumento da esperança de vida, conduz necessariamente a novas problemáticas de natureza individual e social, que não podem deixar de ser continuamente analisadas e solucionadas.

Estes são desafios que todos nós, os que vivemos nesta época de intensas rupturas sociais e de paradigmas porventura definitivamente perdidos, o tem obrigação de reflectir e procurar soluções. Soluções que contemplam perspectivas múltiplas que devem ser balizadas em sociedades distintas, historicamente diferenciadas, em passados mais ou menos recuados.

Apesar do envelhecimento demográfico não ser propriamente um fenómeno muito recente, - mesmo na sociedade açoriana, e em particular em algumas ilhas, é uma realidade há já cerca de 20 anos, - ainda não foram encontrados todos os mecanismos que permitam de uma forma coerente e equilibrada interligar os direitos da pessoa ao longo das várias idades da vida numa sociedade dinâmica, em permanente transformação.

E este é um aspecto que não diz respeito unicamente aos Açores, nem ao país, mas a todo o mundo dito desenvolvido, ou seja, nas sociedades modernas e pós-modernas. Mas os Açores apresentam características particulares, mesmo no conjunto nacional, porque somos uma sociedade insular, com ilhas cujo processo histórico tornou algo distintas.

O envelhecimento demográfico nos Açores é, não só heterogéneo em termos internos, entre as várias ilhas (ou até concelhos), como apresenta especificidades face a outros espaços de âmbito nacional e europeu.

O equilíbrio ou desequilíbrio demográfico, tradicionalmente percebido por categorias populacionais é, em algumas ilhas, anterior à generalização do fenómeno em termos internacionais e, conseqüentemente, à sua visibilidade nas problemáticas que preocupam e suportam o debate da actualidade. Ou seja, não esteve unicamente dependente do declínio da mortalidade e da fecundidade, esta última conseqüente ao controlo dos nascimentos e ao planeamento familiar. Estas tendências, que configuram a modernidade e que são também uma realidade nesta região, agravaram um desequilíbrio pré-existente e acentuaram uma problemática até agora entendida como grave.

Muitas das conseqüências do envelhecimento demográfico merecem uma atenção particular em problemas diversificados da nossa sociedade. Esperamos no futuro trazer a esta Câmara algumas destas questões.

No entanto, hoje pretendemos abordar um aspecto muito particular, que se encontra consubstanciado na nossa Proposta de Resolução “Apoio aos Idosos”, tema já equacionado e de algum modo debatido esta manhã, tanto por parte de deputados de várias bancadas como pela Senhora Secretária Regional dos Assuntos Sociais, razão pela qual nos iremos agora abster de enunciar as suas principais linhas de actuação.

No que respeita aos idosos, e não obstante a diversidade de perspectivas, aspectos há que cada vez mais se tornam consensuais – o direito a uma vida digna, no caso, viver com dignidade na última etapa da vida.

O conceito de idosos, terceira idade ou séniores, como mais recentemente têm vindo a ser designados por alguns especialistas, comporta em si mesmo uma grande multiplicidade de situações e modos de vida, desde logo porque abarca uma grande cumplicidade de idades e modos de vida.

Neste momento, importa-nos, por um lado, sublinhar a importância dos mais idosos neste conjunto mais vasto, ou seja, a previsibilidade de um aumento de pessoas que necessitam de cuidados especiais.

Por outro, não podemos, ou pelo menos não devemos, negligenciar ainda as suas condições económicas e sociais, fruto de um passado que se caracterizava por uma forte estratificação social, uma acentuada desigualdade.

Se defendemos princípios de uma Política Social alargada e abrangente, este princípio torna-se tanto mais premente quando se trata de sociedades como as que temos nas várias ilhas açorianas.

A política de inserção familiar e apoio domiciliário aos idosos já foi claramente explicitada como sendo uma prioridade, facto que nos parece merecer uma forte consensualidade na sociedade açoriana. Neste sentido, vamos agora referir sucintamente o conteúdo da nossa Proposta de Resolução – um contributo de medidas concretas, que urge efectivar no prosseguimento da política que tem sido levada a efeito pelo Governo do Partido Socialista.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os deputados do Partido Socialista propõem que a Assembleia Legislativa Regional recomende ao Governo Regional as seguintes medidas:

1 – Incentivar o alargamento progressivo do Serviço de Apoio ao Domicílio por forma a abranger freguesias actualmente ainda a descoberto e fornecer serviços adicionais, nomeadamente a distribuição de medicação;

2 – Avaliar as experiências actuais de fornecimento de serviços de apoio domiciliário aos fins de semana e feriados, por forma a gradualmente generalizar essa prática;

3 – Desencadear esforços com vista à implementação de um serviço de Tele-Alarme disponível à população idosa ou com necessidades especiais.

Disse.

*(Aplausos dos deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vai seguir-se a comunicação do Governo Regional, ao abrigo do artigo 101º do nosso Regimento, após o qual haverá um período de debate de 10 minutos e mais 15 para respostas, com base no princípio de que o Parlamento deve debater todas as questões e por analogia também com outras disposições regimentais do nosso Regimento e do Regimento da Assembleia da República.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A eliminação, atenuação ou compensação dos chamados custos de insularidade, no sentido mais genérico e amplo do conceito, é matéria de primordial importância para a vida dos nossos concidadãos, devendo merecer especial atenção dos órgãos de Governo próprio da Região, já que é um dos fundamentos da nossa Autonomia Político-Administrativa.

Só no mandato do VII Governo Regional dos Açores foram dados, pela primeira vez, passos decisivos na concretização prática deste princípio.

A redução do preço dos transportes aéreos, quer inter-ilhas quer para o continente, o processo de convergência nacional do tarifário de energia eléctrica para empresas e particulares; a igualização com o continente dos preços dos livros, jornais e revistas; a aprovação da primeira Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que possibilitou a adaptação fiscal e esconjurou a situação de pré-falência em que a Região se encontrava - foram apenas algumas das realizações mais significativas que os Açores e os açorianos conheceram, neste concernente, nos últimos quatro anos.

Esta panóplia de medidas, no entanto, não compensou, ou pelo menos não compensou suficientemente camadas da nossa população muito significativas, por serem os que auferiam mais baixos rendimentos, e ou ainda deterem menos capacidade reivindicativa, como os idosos, reformados ou pensionistas, ou os trabalhadores, quer do sector público ou privado, com mais baixos níveis de remuneração.

Assim sendo, e na sequência de compromissos eleitorais assumidos em 1996, o VII Governo propôs também a esta Câmara um conjunto de medidas que significaram já, quer pela efectiva redução dos custos de insularidade entretanto já feitos na fonte, quer pela sua tendencial universalização, um estágio qualitativamente bem superior ao subsídio de insularidade aprovado por esta Câmara em 1992 (revanchisticamente revogado em 93 pela maioria absolutista do PSD, com os epítetos de veledade e puro despesismo), o qual, de forma legítima embora, enfermava do pecado original de ter nascido como reivindicação sindical da função pública, e assim abranger por natureza um universo significativo mas restrito.

Efectivamente, as propostas que o Governo Regional apresentou nesta matéria, contemplavam os trabalhadores da função pública, o acréscimo ao salário mínimo nacional e complementos de rendimento para os reformados e pensionistas, relativamente aos quais foi o Governo Regional, se não o primeiro a pensar, pelo menos o primeiro a falar.

A aprovação, por esta Câmara, de medidas legislativas nesta matéria com nuances de princípios e de filosofia, é certo, e com ligeiros aumentos aos montantes propostos pelo Governo, resultantes do leilão parlamentar que a concreta composição desta Assembleia ao tempo permitia e estimulava, mereceu por parte do PS-Açores, o compromisso eleitoral de que com um seu Governo, mesmo com suporte parlamentar estável e imune à chantagem, não seriam limpas do nosso ordenamento jurídico, que não repetiríamos a tristemente famigerada lei revogatória de 1993, que não estaria, como não está, na nossa prática como nos nossos princípios, o triste hábito de reescrever a história, que é apanágio reservado aos pequenos e grandes ditadores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários:

Ao invés, assumimos o compromisso eleitoral de, anualmente, procedermos a aumentos nos montantes da remuneração complementar e dos complementos de pensão. sempre superiores à taxa de inflação anualmente esperada.

De resto, a nossa biografia política de valores, princípios e acção não tem a mácula de birras históricas e isolacionistas, do salazarento orgulhosamente sós, do mau teatro e pior política dos óculos escuros e das gravatas pretas. Bem pelo contrário. Sempre nos opusemos - duramente e duradouramente - àqueles outros que, enquistados em teses isolacionistas e progressivamente autistas quase nos conduziram a uma Autonomia de miséria, preferindo a quase falência em nome da preservação da pretensa pureza de uma Autonomia que era cada vez mais só sua.

**Deputado João Cunha (PSD):** Não apoiado!

**O Orador:** Por isso mesmo entendemos que a Autonomia que nos serve é a que serve os açorianos. É aquela que conjuga esforços, exige e obtém benefícios reais e palpáveis para os açorianos, cidadãos de uma República que para conosco tem deveres. E aquilo que os açorianos beneficiarem, muito legitimamente' e directamente à custa do O.E. será sempre duplo benefício, - porque voltarão de novo a ser destinatários de medidas custeadas pelo que entretanto não foi despendido a expensas do Orçamento Regional.

Vem isto a propósito das reduções de impostos, aumentos e revalorização de pensões, que a larga maioria dos açorianos, especialmente os nossos reformados, pensionistas e aposentados vão beneficiar, já no corrente ano, por via das políticas do Governo socialista da República nas matérias fiscal e social.

Efectivamente, as prestações de invalidez, de velhice e de sobrevivência dos regimes de segurança social foram actualizadas em 1 de Dezembro de 2000, produzindo efeitos durante o ano de 2001, nas condições que se descrevem:

A pensão mínima do Regime Geral foi actualizada em 5,9%, passando:

- as pensões mínimas do Regime Geral indexadas ao Salário Mínimo Nacional, cujas carreiras contributivas se situam entre os 15 e os 40 anos civis, foram actualizadas em 5%;

- as restantes pensões do Regime Geral foram actualizadas em 3,5% para as pensões de valor igual ou inferior a 300.000\$00 e 2,9% para as pensões de valor superior a 300.000\$00 (esta actualização é feita até ao limite de 18.000\$00);
- As pensões do Regime Especial Agrícola (Rurais), foram actualizadas em 5,3%, passando de 28.050\$00 para 29.550\$00, e terão novo aumento em Julho de 2001, no valor de 2.750\$00, mais 9,3%, fixando-se, nessa data, em 32.300\$00;
- As pensões sociais do regime não contributivo foram actualizadas em 5%, passando de 25.000\$00 para 26.250\$00, e também serão novamente actualizadas em Julho de 2001, no valor de 2.500\$00 e 5.000\$00 para quem tenha, respectivamente, menos de 70 anos ou 70 e mais anos.
- As pensões de sobrevivência de todos os regimes são actualizadas em função dos aumentos das pensões de invalidez e velhice, dos respectivos regimes;
- Os complementos de dependência foram actualizados diferentemente, tratando-se do 1º ou do 2º grau. Assim, no 1º grau os complementos tiveram um acréscimo de 5%, no regime geral, no regime não contributivo e no regime especial agrícola. No 2º grau, o acréscimo foi de 18,1 % no regime geral e 19% no regime não contributivo e no regime especial agrícola.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra e Srs. Membros do Governo

E, assim, possível concluir que, todas as pensões, excepto aquelas que têm valores superiores a 300.000\$00 mensais, tiveram um aumento superior à inflação prevista. Praticamente todas as pensões têm um acréscimo igual ou superior a 5%.

São, efectivamente, as pensões ou prestações mais baixas que registam a maior percentagem de aumento, como por exemplo as pensões do Regime Especial Agrícola e social do Regime Transitório dos Trabalhadores Agrícolas, com dois aumentos, um em Dezembro de 2000 e outro em Julho de 2001, estas últimas com valores diferentes para quem tenha, respectivamente, menos ou mais de 70 anos de idade, criando-se assim um novo complemento - complemento de solidariedade. Chama-se ainda a atenção para os aumentos especiais que tiveram os complementos de dependência (destinados aos idosos dependentes) sobretudo no que se refere ao 2º grau ( grandes dependentes) com um acréscimo que atinge os 19%.

Por seu turno, em termos fiscais, e com a desagravação operada em termos nacionais, atentemos apenas em dois exemplos concretos: uma família com dois titulares e dois dependentes, cada um com uma remuneração mensal de 280.000\$00 irá pagar de IRS, relativamente ao ano 2000, 947.630\$00 - tendo em conta os efeitos de adaptação fiscal nacional, sem a qual pagaria 1.256.778\$00. Relativamente a 2001, ou seja, e no caso vertente, por força da adaptação fiscal nacional, a hipotética família a que nos vimos referindo, pagará de IRS, a final, menos 123.860\$00, o que significa, relativamente ao efectivamente pago no ano anterior, e percentualmente, uma diminuição de 13,07%

Outro exemplo: uma família de dois titulares, dois dependentes, em que, por hipótese, cada um dos cônjuges receba 400.000\$00 cada, pagará, relativamente a 2001, 1.632.056\$00 de IRS, ou seja menos 192.504\$00 do que, relativamente ao ano anterior e para o mesmo rendimento, o que, a final, significa uma diminuição de 8,55%.

Acresce ao que acabamos de exemplificar que o VIII Governo Regional dos Açores tem a intenção de introduzir na sua proposta de orçamento para o corrente ano um conjunto de normas no sentido de, na prática, esclarecer, preencher lacunas ou dúvidas, relativamente aos diplomas legislativos que versam sobre estas matérias de custos de insularidade, e que a aplicação prática dos mesmos tem vindo a denotar.

Desde logo é intenção do Governo Regional que se fixe legislativamente, na sequência da prática administrativa que desde sempre adoptou, que os pensionistas de sobrevivência têm direito ao complemento de pensão. A lei em vigor, em bom rigor, não os abrange.

O Governo Regional proporá igualmente que revista forma de lei o direito ao complemento de pensão dos residentes na Região Autónoma dos Açores que recebem unicamente pensões de sistemas de segurança social estrangeiros, nomeadamente dos nossos ex-emigrantes no Canadá, Estados Unidos e Brasil.

É, também, nossa intenção definir, em sentido positivo, que os pensionistas de outros sistemas de protecção social, tenham, cumpridos que sejam os demais requisitos legais, direito ao complemento



de pensão, nomeadamente bancários ou pensionistas de seguradoras, ou que tenham pensões de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais.

Igualmente, e em nome do princípio da igualdade e de uma correcta justiça relativa, entendemos que deverá ficar definido que os pensionistas da segurança social que recebem ajudas comunitárias, como por exemplo os produtores agrícolas, abrangidos pela Portaria n.º 32/95, de 11 de Maio, têm direito ao complemento de pensão, devendo embora o montante dessas ajudas entrar no cômputo global do rendimento para efeitos de cálculo do montante do complemento de pensão.

No que diz respeito, ao diploma relativo à Remuneração Complementar, a prática ensinou-nos que, para além do mesmo necessitar de alguns aperfeiçoamentos, mormente por não contemplar alguns índices específicos de categorias de carreiras da Administração Local, entendemos igualmente que é justo realçar, e preencher a respectiva lacuna legislativa no sentido de que, sempre que da atribuição da remuneração complementar resultar uma mudança de taxa de incidência do IRS, será considerado, sobre o montante líquido apurado, um acréscimo de remuneração complementar correspondente a 25% do montante máximo desta remuneração complementar.

Por fim, pensamos ainda ser socialmente justo, para o corrente ano, fixar um aumento percentual para a remuneração complementar e os complementos de pensão da ordem dos 6,5%. Tratar-se-á de um aumento bem superior à taxa de inflação estimada para 2001, que será de 2,5%. E igualmente bem superior ao aumento geral da função pública acordado e já fixado para o corrente ano, que é de 3,71%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs.. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo

Face ao que se disse já e para terminar, sintetizando, garante-se aos açorianos que:

- O Governo Regional honrará os seus compromissos;
- O Governo Regional não revogará os diplomas atinentes à compensação dos custos de insularidade;
- Que por acção conjugada dos Governos da República e Regional, os açorianos vão sentir, no corrente ano, uma significativa baixa de impostos e um aumento considerável dos montantes de remuneração complementar, bem como das suas pensões ou reformas, bem como ainda dos respectivos complementos.

Disse.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Membros do Governo)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que se inscrevessem para efeitos de pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho intenção de alimentar alguma polémica com a intervenção do Sr. Secretário. É uma intervenção para ouvir, mas há um aspecto em que queria fazer uma observação, porque penso que é fundamental.

A intervenção do Sr. Secretário Regional é uma intervenção escrita e concebida por quem está a governar, sabendo que pode governar sem apoio de nenhum partido, mas que quer governar sem o apoio de nenhum partido. É esta a primeira observação.

Para além disto grande percentagem do discurso do Sr. Secretário é preenchido por medidas que foram tomadas a nível da República com apoio de outros partidos, porque o partido que governa a nível nacional não podia tomar sozinho aquelas medidas e o Sr. Secretário Regional omitiu completamente essa situação. Estou a falar da questão fiscal, estou a falar da questão das pensões. Omitiu completamente e que do ponto de vista intelectual, do ponto de vista político não é sério esse exercício.

**Deputados Mark Marques e Humberto Melo (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** É um exercício numa forma de actuar isolada dando como exemplo medidas que não foram isoladas, porque não podiam ser e tinham de ser tomadas em concordância com outros.

**Deputado João Cunha (PSD):** Falta-lhe criatividade, Sr. Secretário!

**O Orador:** É apenas o que se me oferece dizer sobre a intervenção do Sr. Secretário.

Quanto à substância desta matéria. na altura própria havemos de a discutir, porque, naturalmente, algumas delas têm de aqui vir.

Muito obrigado

**Deputados João Cunha e Mark Marques (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Decq Mota:

Apenas para fazer o seguinte esclarecimento:

É evidente que, e tem razão, começando pela última parte do seu discurso, estas medidas que foram aprovadas na Assembleia da República não foram e, como disse, não podiam ser, atendendo à concreta composição parlamentar daquela Câmara, aprovadas exclusivamente pelo Governo da República.

Uma coisa, porém, é também certa, e V. Exa. sabe, Sr. Deputado, é que sem a concordância do Governo da República e do Partido Socialista é que elas seguramente também não eram aprovadas e foram aprovadas com esse apoio, com essa concordância, a que outros, é verdade, se juntaram.

Também gostava de dizer que, ao contrário do que disse, o Governo Regional dos Açores governa com o apoio parlamentar do Partido Socialista, mas não rejeita de modo algum que em algumas matérias haja consonância e até pensa que é perfeitamente possível e se calhar desejável com outras forças políticas. Agora isso terá de passar, obviamente, por um entendimento e por um diálogo que seja atempado, sério, construtivo e que, dentro do possível, respeite também aquilo que são os compromissos eleitorais do Governo e do partido que o suporta.

**Deputado Renato Leal (PS):** *Muito bem!*

**Presidente:** Não havendo mais ninguém inscrito, vamos passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos com a continuação da discussão da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Criação do Fundo Regional da Ciência e da Tecnologia”**.

Portanto, Srs. Deputados, se não me engano estávamos ainda no debate na generalidade. Não sei se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é o terceiro dia em que estamos a analisar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Ao longo deste período temos vindo a assistir à afundação deste fundo, num processo que era previsível fosse apenas o de fundação de fundo com características de fundação.

E, por não estarmos devidamente esclarecidos sobre estas matéria é que solicitamos mais alguns esclarecimentos, nomeadamente este:

Ontem tivemos oportunidade de afirmar que este fundo tem uma largura de banda de intervenção que, de facto, se sobrepõe a muitos outros organismos da Administração Regional e neste sentido pretendia obter resposta ou o desmentido por essa afirmação de que, de facto, este fundo vai financiar acções, seminários, publicações de áreas tão distintas, tão diversas como, por exemplo, a genética, o folclore, a etnografia e a informática. Esse foi o entendimento que nós fizemos na comissão, na sequência das informações que nos foram apresentadas. Portanto a pergunta é muito clara: vai ou não?

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Vai!

**O Orador:** Como é que este fundo se vai articular com outros fundos que existem para essas áreas, algumas das quais aponteí, nomeadamente o Fundo Regional de Acção Cultural?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu começo este meu esclarecimento com as palavras do Sr. Deputado Joaquim Machado: “é este o terceiro dia em que já estamos à volta deste fundo”, o que me leva também a reflectir que alguma coisa está mal em todo este processo. Desde logo, porque não sei se é esta Câmara que se está a substituir ao trabalho duma Comissão Especializada ou se este assunto não foi tratado devidamente na Comissão Especializada, por culpa de quem? Da parte do Governo, certamente, houve sempre toda a disponibilidade para a prestação de todos os esclarecimentos possíveis.

É, de facto, estranho que no fim do terceiro dia ainda estejamos no princípio da discussão. É realmente de pensar que algo está mal em todo este processo,...

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Está mal, por que não conseguem esclarecer!

**O Orador:** ... inclusivamente talvez a própria forma de funcionamento e de discussão de todas essas matérias, mas não vou entrar por aí, porque penso que isto são mais atribuições e competências dos deputados desta Assembleia do que propriamente do Governo.

Quanto aos pedidos de esclarecimento que foram propostos, o entendimento é este:

Este fundo, aliás, vê-se no seu artigo 3º. que diz: “é atribuições e competências do fundo promover e realizar seminários, conferências, colóquios e outras actividades similares”, isto para quem souber ler e interpretar o que aqui está

O objectivo concreto de cada um dos seminários será seleccionado pelo fundo.

Por outro lado ainda, e na sequência do debate de ontem e que tinha lançado também alguma confusão aqui na Assembleia, nomeadamente na sua bancada, quero esclarecer também que como receitas do fundo nós temos aqui a receita do Jornal Oficial e reafirmo o que já disse ontem: receitas do Jornal Oficial é o produto da venda deste jornal, quer seja das assinaturas obrigatórias e permanentes, quer seja uma compra dum jornal Oficial, quer seja até o produto da venda de espaço para anúncios que são obrigatórios também fazer no Jornal Oficial e que são pagos pelas entidades privadas ou não privadas e até públicas, que também pagam. São estas as receitas do fundo.

Nós estamos convencidos que este fundo cumprirá o preceituado na Lei de Bases da Contabilidade Pública.

Portanto, estamos convencidos que, exceptuando os financiamentos comunitários que não fazem parte das despesas totais, o fundo terá receitas próprias que cubram 2/3, mas se por hipótese assim não for, o fundo continuará a cumprir a lei e a viver dentro da legalidade, porque o artigo 6º. desta lei que estou a referir também estipula que, para além do disposto no nº. 1, que é o que preceitua a regra dos 2/3 das receitas próprias do fundo, poderá ainda ser atribuído autonomia financeira e administrativa em função de outras razões ponderosas expressamente reconhecidas por lei ou por decreto-lei, que no caso presente será por decreto legislativo regional, nomeadamente as que se relacionem directamente com a gestão de projectos do PIDAC cofinanciados pelo orçamento da Comunidade Europeia. Neste caso será cofinanciado pelo orçamento da Região e com fundos da Comunidade Europeia, “mutatis mutandis”.

Portanto, este fundo tem a sua legalidade assegurada à nascença, mas mesmo que se verifique por qualquer hipótese imponderável que nós aqui não possamos prever, que não seja cumprida a regra dos 2/3 de receitas próprias, nos termos da própria lei este fundo verá a sua continuidade assegurada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento

**Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caríssimos Membros do Governo:

Gostaria de prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Joaquim Machado a propósito deste tão polémico fundo, no seu entender, e para referir que no artigo 2º., no que diz respeito à natureza e no artigo 3º., no que diz respeito às competências, realmente quem souber ler português percebe do que é que nós estamos a falar.

Gostava ainda de referir um aspecto que o Sr. focou e que se prende com a coordenação dos apoios. Como sabe a Direcção Regional de Ciência e Tecnologia, da qual fará parte o fundo criado pelo diploma que estamos aqui a discutir, depende directamente da Presidência do Governo. Isto significa que – e isto também é referido no diploma orgânico que cria a Direcção Regional – é intersectorial e, portanto, o que está garantido, Sr. Deputado, em relação ao assunto que o Sr. refere da nossa discussão na Comissão, é que todos os apoios a prestar pelo fundo terão um parecer prévio de outras instituições, nomeadamente da Direcção Regional da Cultura, isto no que se refere à dúvida que o Sr. tinha na Comissão e que, pelos vistos, ainda não tinha esclarecido.

Eu gostaria também de referir, no que diz respeito às verbas, que no orçamento regional estão inscritos três programas que passo a referir: o PRAIT - Programa Regional de Apoio à Investigação Tecnológica, o PRADIC - Programa Regional de Apoio ao Desenvolvimento à Investigação Científica e o INFORTEC, - Programa Regional de Desenvolvimento da Sociedade de Informação.

Portanto, eram estes os esclarecimentos que gostaria de aqui deixar.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Ss. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional das Finanças:

De facto, nós estamos a demorar todo este tempo, porque os Srs. ainda não foram capazes de esclarecer devidamente a intenção e o fundamento para a criação deste fundo, porque se o tivessem feito e se este fundo obedecesse, de facto, ao funcionamento numa área consagrada em legislação regional, passada por esta Casa, provavelmente uma parte substancial desta discussão não tinha tido lugar.

Quero dizer que o Plenário, naturalmente, não tem que substituir o trabalho da Comissão, nem a Comissão pode substituir o trabalho e a função que compete a este Plenário e, portanto, é neste exercício que aqui estamos.

De facto, as explicações que nos são dadas, nomeadamente pelo Sr. Secretário e pelo Sr. Deputado José San-Bento, vêm comprovar a falta de utilidade de fundamento para a criação deste fundo, porque ele efectivamente vai exercer actividades que outros organismos da Administração Pública Regional já exercem, ...

**Deputado José San-Bento (PS):** Não disse isso!

**O Orador:** ...nomeadamente, nalguns casos, fundos e no que sobra das competências e das áreas de acção desses outros organismos da Administração Pública Regional, bastaria para isso a Direcção Regional de Ciência e Tecnologia.

Portanto, sobre a utilidade do fundo continuamos a não vê-la.

O esclarecimento que dá sobre as receitas, devo confessar que não tencionava voltar a este assunto, porque fiquei esclarecido sobre a falta dos esclarecimentos e do fundamento daquilo que ontem disseram, mas já que o Sr. fez a reincidência sobre a matéria vou então dizer-lhe o seguinte:

De facto, toda a gente percebe que das duas uma: ou os Srs. pretendem que se constitua como receita do fundo aquilo que são as arrecadações feitas pelo Jornal Oficial e, portanto, atribui-se ao fundo toda a verba que tiver sinal mais e do orçamento da Região ficam as despesas. Os gastos do Jornal Oficial que pague o orçamento, tudo o que for dinheirinho a entrar vai para o fundo, ...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Paga bem!

**O Orador:** ... porque esse, de facto, foge a alguns processos de controlo a que habitualmente se sujeita, nomeadamente a Contabilidade Pública Regional. Essa é uma hipótese. A outra hipótese é consignar ao fundo a arrecadação e as despesas e depois quero que o Sr. me responda qual destas hipóteses é que vai ser? Se é a arrecadação das receitas e as despesas, Sr. Secretário, o saldo entre uma e outra é negativo e, portanto, se quer atribuir como receita do fundo o saldo previsto, também estamos entendidos.

**Presidente:** Sr. Deputado, agradecia que formulasse a sua pergunta, porque o seu tempo já se esgotou.

**O Orador:** E, uma vez que o jornal Oficial veio à baila, lanço também mais uma pergunta para esclarecimento: Vai ou não este fundo passar a editar o Jornal Oficial, em vez de ele ser impresso como tem sido feito ao longo destes vinte e tal anos por entidades privadas...

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Quais entidades privadas?!

**Deputada Ana Paula Marques (PS):** Diga lá!

**O Orador:** ... que têm, de facto, a capacidade instalada para prestar estes serviços?

**Presidente:** O Sr. Deputado já ultrapassou largamente o seu tempo para pedir esclarecimentos.

**O Orador:** Pois, eu estava a pedir esse esclarecimento mas fui entretanto interpelado.

**Presidente:** A Mesa considerou as interrupções ao seu discurso. Portanto, agradecia que concluísse.

**O Orador:** A conclusão é esta Sr. Presidente:

Eu pedi a palavra para pedir e prestar esclarecimentos e o esclarecimento que é devido na sequência das intervenções que foram produzidas, é que o Jornal Oficial tem sido impresso ao longo de todos estes anos pelas entidades que em concurso público ganharam a sua impressão.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Quais são?

**O Orador:** Levante-se, faça a pergunta que eu respondo-lhe.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu continuo com a minha perplexidade inicial, mas de qualquer das maneiras já estou a perceber quais são as razões das dúvidas do Sr. Deputado Joaquim Machado.

O que está em causa não é saber se é legítimo ou não o fundo ter receitas do Jornal Oficial, mas sim quem vai imprimir o Jornal Oficial. Começo a perceber!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Parece que também está incomodado. Estou a notar algum nervosismo.

**O Orador:** De qualquer das maneiras, Sr. Deputado Joaquim Machado, o que lhe posso dizer e assegurar é que as receitas da venda dos jornais oficiais serão do fundo e as despesas não serão. Não está aqui e neste momento não poderá estar, porque há contratos que estão em curso. O facto de estarem as receitas e poderá até não estar os encargos com a feitura do Jornal Oficial, e dou como exemplo o Fundo Regional de Abastecimento que tem como receitas o imposto sobre a venda dos produtos petrolíferos, que não é o fundo que arrecada.

A este fundo é-lhe atribuída o produto da venda do Jornal Oficial. Se é este fundo que vai fazer o Jornal Oficial não está aqui definido nem poderá estar, porque neste momento ainda existem contratos assegurados com entidades privadas para a feitura deste Jornal.

Não sei o que é que vai suceder. Não sei se alguém, no futuro, fará um outro concurso. Eu nem sei quando é que este tem o seu término.

Assim sendo, se está interessado em saber se é alguma empresa que o está a fazer neste momento, confesso que não lhe posso tirar esta dúvida. Quanto muito poderei informar-me e depois dizer-lhe, mas sinceramente não sei quando é.

De qualquer das maneiras, Sr. Deputado Joaquim Machado, a tendência normal é para isto cada vez mais ser tudo feito por via electrónica e através da Internet.

É também intenção do Governo, e neste momento já existe, mas ela será intensificada ainda mais, disponibilizar o Jornal Oficial na casa de cada uma das pessoas que têm Internet. Haverá sempre o recurso ao papel, ao documento escrito.

Portanto, respondendo concretamente à sua pergunta de quem fará o jornal oficial, eu não lhe sei responder neste momento.

Muito obrigado

**Presidente:** Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Podia usar a figura regimental da defesa da honra,...

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Defesa de quê?!

**O Orador:** ... porque o Sr. Secretário Regional das Finanças fez uma insinuação que, todavia, não levei a mal, porque prezo-o muito, em termos pessoais e o Sr. sabe isso e, portanto, vou apenas prestar um esclarecimento.

De que me lembre, e estou a recuar até 1986, já lá vão sensivelmente 15 anos, as entidades que têm impresso o Jornal Oficial por concurso público, tão público e tão transparente que os Srs., de facto, mantiveram e prorrogaram o contrato que vinha do tempo do governo do PSD.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Isto é uma discussão na generalidade ou na banalidade!

**O Orador:** Era tão transparente que os Srs. na sua euforia de tudo tornar mais legal, mantiveram e prorrogaram esse contrato. Sobre a transparência do concurso estamos conversados.

As entidades, que me lembre, desde 1986 foram e são: a Impraçor e a Gráfica Açoriana.

Relativamente à receita e à despesa, eu percebo, Sr. Secretário, que quando não dá jeito o melhor será escudar em dizer que não se dispõe, que não se sabe ou que não se consegue prever e o que eu perguntei foi simplesmente isto: Se vai atribuir ao fundo as receitas e as despesas ou se é só a receita?

Fiz ainda mais uma pergunta, que essa, sim, pareceu-me ter provocado algum incómodo: Vai ou não este fundo imprimir o Jornal Oficial?

Já agora relativamente à Internet...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Já agora interrompemos a Sessão e vamos conversar para outro lado!

**O Orador:** Sr. Deputado Dionísio de Sousa, V. Exa. se quer falar levante-se, inscreva-se e depois conversamos.

**Presidente:** O Sr. Deputado faça o favor de completar as suas perguntas.

**O Orador:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Secretário deu mais uma informação que foi a de levar o Jornal Oficial através da Internet. Há duas semanas que a Internet não se consegue ligar, mas admito que são anomalias e são contingências da ainda pouca maturidade das tecnologias de suporte e, portanto, não é apenas um problema específico do Jornal Oficial nem estou a fazer uma apreciação depreciativa.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Entrámos agora num sit!

**O Orador:** Mas o Sr. disse que o Jornal Oficial será disponibilizado na casa de cada um. Pergunto se isso vai ter um custo para quem o quiser consultar?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento.

**Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral):** Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Eu vou dar por encerrado, da minha parte, este debate, porque assim não chegamos a parte nenhuma. Estamos enredados em palavras, até chegou a falar em defesa da honra e devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que não foi minha intenção ofendê-lo a si nem a ninguém. Nunca o fiz nesta Casa. Agora que as suas questões levantaram essa dúvida, também legítima, levantaram certamente.

Parece-me que o Sr. Deputado está mais informado do que eu sobre quem imprime, se tem frequência e os custos. Eu confesso que, como Secretário das Finanças, não sei em pormenor tudo o que se passa no Governo e muito menos qual é o custo da impressão do Jornal Oficial. Existe um departamento do Governo que tem essa responsabilidade, que tem uma dotação global da verba para o seu departamento. Se é caro, se é barato, se o concurso já acabou ou não e quem está a imprimi-lo, sinceramente não sei, Sr. Deputado, assim como também não sei neste momento e muito honestamente lhe digo que não sei se o fundo vai imprimir o Jornal Oficial. Não sei nem temos que saber.

O que está em causa e em apreciação nesta Assembleia e aqui no Plenário e não na Comissão é um juízo global sobre a conveniência, os inconvenientes, a razão de ser ou a razão de não ser da criação deste fundo. É isto que está aqui em debate há três dias, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Naturalmente que para formular questões é preciso enquadrá-las, mas agradecia que fosse célere e passasse à pergunta concreta.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É relativamente a algumas questões que parecem ainda pertinentes nós obtermos informações sobre elas.

A pergunta que fiz relativamente à Internet, foi porque o Sr. Director Regional da Ciência e Tecnologia deu informação à Comissão de que uma das receitas, nomeadamente a do Jornal Oficial era relacionada com a venda do Jornal Oficial “One Line”. Por isso é que lhe fiz a pergunta e sendo da Presidência o organismo da Administração Regional a que o Sr. pertence, naturalmente pretendia que confirmasse essa informação.

**Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (Roberto Amaral):** Não confirmo nem desminto.

**O Orador:** É uma resposta.

Relativamente à conveniência ou não da criação deste fundo e para fazermos devidamente essa avaliação pretendia ainda algumas informações e uma das questões, das poucas que me vão sobrando — as outras ficam com a resposta de nem sim nem não, como a última que nos deu o Sr. Secretário das Finanças — é saber do suporte legal para a retenção de 15% das candidaturas pelo fundo?

Uma outra questão é se a presidência deste fundo vai ser ou não exercida, por inerência, pelo Director Regional de Ciência e Tecnologia, porque esta matéria não está explícita no texto da Proposta de Decreto Legislativo Regional?

**Presidente:** Parecendo não haver mais ninguém inscrito passemos à fase seguinte que é a fase da votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Decreto Legislativo Regional – Criação do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional – Criação do Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, foi aprovada, na generalidade, com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

**Presidente:** Passamos ao debate na especialidade.

Está à discussão o artigo 1º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa para uma interpelação à Mesa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sr. Presidente, se tivéssemos todos de acordo julgo que podíamos pôr à discussão, em bloco, os artigos para os quais não existem alterações.

**Presidente:** Está a propor que se ponha em debate todos os artigos que não têm propostas de alterações e depois na parte final vamos àqueles que têm alterações.

Parecendo não haver oposição a esta sugestão, vou pôr à discussão na especialidade os artigos 1º., 2º., 4º., 5º., 7º., 8º., 9º., 10º., 11º., 12º., 13º. e 14º.. Está aberta a discussão sobre estes artigos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Duas questões relacionadas com os artigos 4º. e 8º..

Sobre o artigo 4º. gostaria de saber se a presidência do fundo vai ou não ser exercida, por inerência, pelo Director Regional de Ciência e Tecnologia?

Ao nível do artigo 8º., qual o suporte legal para a retenção de 15% das candidaturas por parte do fundo?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Joaquim Machado:

No que diz respeito à presidência do fundo, ela será efectivamente, como foi dito na sua intervenção, exercida pelo Sr. Director Regional para a Ciência e Tecnologia.

Os 15% virão dos regulamentos dos próprios concursos dos projectos em que ficarão desde logo arrecadados e previsto no próprio regulamento que 15% são para as despesas e, portanto, desde logo aí ficam garantidos. Quem concorrer sabe imediatamente que na abertura do concurso do projecto, 15% ficarão arrecadados.

Isso também já tinha sido dito na Comissão.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Qual é o suporte legal para poder fazer isso?

**Presidente:** Srs. Deputados, não havendo mais intervenções sobre a discussão destes artigos na especialidade, vamos passar à sua votação.

Os Srs. Deputados que concordam com os artigos 1º., 2º., 4º., 5º., 7º., 8º., 9º., 10º., 11º., 12º., 13º. e 14º., mantenham-se, por favor, como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** Os artigos 1º., 2º., 4º., 5º., 7º., 8º., 9º., 10º., 11º., 12º., 13º. e 14º. foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra estes artigos na especialidade, em função deste último esclarecimento e que eu gostaria de deixar aqui presente nesta Assembleia o que aqui foi dito.

Foi dito que os regulamentos do concurso...

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Dos projectos.

**A Oradora:** ... dos projectos ao fundo irão prever a retenção de 15% das candidaturas para o fundo. Isto significa que se tivessem a oportunidade de concorrer directamente aos fundos tinham os incentivos na totalidade, concorrendo através do Fundo de Ciência e Tecnologia vão perder 15% do incentivo a que têm direito.

Muito obrigado.

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** Não é verdade.

**Deputado Fernando Lopes (PS):** A Universidade tem 50% das candidaturas.

**Presidente:** O Sr. Deputado Francisco de Sousa pretende a palavra para?

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** Só para dizer que, na sequência da declaração de voto da Sra. Deputada Berta Cabral, no caso da Universidade dos Açores retém 50% das candidaturas.

**Presidente:** Sr. Deputado, não há debates sobre a declaração de voto.

**O Orador:** É uma declaração de voto, na sequência da declaração de voto da Sra. Deputada.

**Presidente:** Ah, muito bem!

**O Orador:** Se é preciso corrigir, eu volto a fazê-lo, mas, Sr. Presidente, também é a forma de ficar registado.

**Presidente:** Passamos agora ao debate do artigo 3º., para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pela Comissão.

*(Pausa)*

Não havendo inscrições, vamos votar, em primeiro lugar, a Proposta de Alteração.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Alteração para a alínea b) do artigo 3º., apresentada pela Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Alteração para a alínea b) do artigo 3º., foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

**Presidente:** Passamos agora à votação da parte restante do artigo 3º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 3º. foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

**Presidente:** Passemos ao artigo 6º, para o qual há também uma Proposta de Alteração da Comissão. Está aberto o debate sobre esta Proposta de Alteração para o artigo 6º..

*(Pausa)*

Não havendo intervenções, vamos votar a Proposta de Alteração vinda da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Alteração foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

**Presidente:** Vamos votar agora a parte do artigo 6º. que não foi alterada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O artigo 6º. foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

**Presidente:** Passemos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com o diploma, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Decreto Legislativo Regional – Criação de um Fundo Regional da Ciência e Tecnologia foi aprovada, em votação final global, com 28 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Votámos favoravelmente a criação deste fundo na medida em que consideramos que é um instrumento que poderá permitir algumas facilidades na implementação das novas tecnologias na



Região Autónoma dos Açores e pode também contribuir para um conjunto de projectos e de medidas que, em nosso entender, podem ser importantes nesta nossa sociedade.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O PSD está com a ciência e a tecnologia e com o que elas podem, de facto, representar para a modernidade e o desenvolvimento do Açores, mas não está nem podia estar, e o debate confirmou essa nossa convicção, de acordo com a criação de um fundo dum organismo que não cumpre alguns requisitos legais e outros ficaram por esclarecer na sua fundamentação.

Não obedece a uma visão estratégica e que dignifique uma fundação com o que estas têm de fuga ao controle da sua acção.

Todavia, e porque acima de qualquer perspectiva partidária importa o interesse dos Açores e dos açorianos, fazemos, nesse sentido, sinceros votos para que o tempo não dite a afundação deste Fundo Regional de Ciência e Tecnologia.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Partido Socialista votou a favor do diploma por considerar que ele cria um fundo que, como tivemos oportunidade de explicar ao longo dos dias deste debate, é fundamental para melhorar as condições de investigação, de desenvolvimento e de progresso da Região Autónoma dos Açores.

Este fundo é criado com todos os requisitos legais e substancializa precisamente uma visão estratégica que o PS e o Governo têm para o progresso dos Açores.

**Presidente:** O diploma baixa à Comissão dos Assuntos Sociais para redacção final e chamava a atenção dos Srs. Deputados para uma alteração que tem de ser feita no preâmbulo para o adequar à verificada no artigo 6º..

Srs. Deputados, estamos agora em presença de três diplomas que versam sobre a mesma matéria, ou seja, três Projectos de Decreto Legislativo Regional – Adaptação do Sistema Fiscal Nacional – Redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – IRS, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, PP e PCP.

Para apresentar o Projecto de Decreto Legislativo Regional, do PSD, tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputado Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por invocar Jaques Delors, pai das ultraperiferias e grande impulsionador do Grupo inter-serviços da U.E. – “Não se pode tratar de forma igual aquilo que é diferente”.

Os Açores são efectivamente diferentes do resto da Europa e do resto do País.

Foi nesta perspectiva que, depois de um longo percurso, nem sempre fácil, o tratado de Amsterdão consagrou no seu artigo 299, nº. 2, o estatuto de ultraperiferia, segundo ao qual as RUPs podem ser objecto de políticas diferenciadas relativamente aos respectivos Estados Membros, configurando uma discriminação positiva destas regiões em diversas matérias das quais destacamos, para o caso em apreço, o domínio fiscal.

É também tendo em conta esta nossa realidade geográfica e económica e os sobrecustos que dela deriva, que a LFRA, prevê que as ALRs possam, nos termos da lei diminuir as taxas de imposto em vigor a nível nacional, até ao limite de 30%, abrangendo o IVA, o IRC e o IRS.

Os Açorianos beneficiam de uma redução de 30% nas taxas do IVA desde a data da sua aplicação, ou seja, desde 1987.

Beneficiam igualmente de uma redução de 30% no IRC desde 1999 e de uma redução de 20% nas taxas do IRS, decorrente de uma adaptação fiscal progressiva encetada em 1999 e continuada em 2000.

Por forma a equiparar este imposto sobre o Rendimento de pessoas singulares aos demais impostos em referência, e por forma a permitir que os nossos concidadãos possam usufruir de toda as vantagens que a lei lhes confere, é de elementar justiça prosseguir com o processo de despenalização fiscal até ao limite legal.

Os açorianos, não podem ser iludidos com eventuais reduções de impostos a nível nacional porque têm direito, por mais que a maioria que hoje governa a Região o queira disfarçar, a uma diferença de 30% sobre as taxas nacionais, quaisquer que elas sejam e independentemente de qualquer alteração no quadro nacional.

A Lei das Finanças Regionais assim o prevê e como dizia antontem o líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a propósito da interpretação de uma norma regimental “O sistema deve ser usado em tudo aquilo que permite” e a lei, neste caso, permite-nos uma vantagem fiscal de 30% que ainda não foi plenamente utilizada.

São estes os principais argumentos de natureza política a que acrescem os muitos de natureza económica e social, por diversas vezes escarpelizados e trazidos à colação nas mais diversas instâncias e espaços de debate, que norteiam a postura do PSD e que determinaram a apresentação do Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a redução de mais 10% nas taxas nacionais de Imposto sobre Pessoas Singulares.

E para que não restassem quaisquer dúvidas sobre a enorme vontade que o PSD e também os demais partidos da oposição, tinham e continuam a ter de beneficiar os Açorianos em matéria de redução da carga fiscal, aumentando por essa via o seu nível de vida, procurámos, um consenso com todas as forças políticas com assento nesta ALR.

Não abdicávamos da nossa posição de princípio de reduzir o IRS até ao limite legal mas, aceitávamos um compromisso de legislatura com vista a uma redução gradual ao longo dos próximos anos.

A busca de consenso foi conduzida ao mais alto nível dos três partidos proponentes, apenas o PS e o governo se furtaram ao diálogo, escudando-se mais uma vez na reforma fiscal nacional e reclamando para si, imaginem, a “co-autoria” da referida reforma.

A este propósito, é bom recordar as considerações feitas à reforma fiscal nacional por economistas dos mais diversos quadrantes políticos, desde Sousa Franco até Saldanha Sanches, passando por Patinha Antão e Nicolau Santos, sem esquecer as notícias que todos os dias nos chegam sobre a transferências de holdings para outros países fiscalmente mais atractivos, com grande destaque para a Telecom, onde por ironia do destino o Estado directa e indirectamente ainda detém parte do capital.

É absolutamente lamentável a falta de diálogo do partido maioritário sobre uma matéria, que consideramos institucional e de grande relevância para os Açores.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** O partido não foi convidado!

**A Oradora:** Anunciar diálogo quando se está em campanha eleitoral é fácil.

Dialogar quando a lei obriga ou quando se torna indispensável à maioria, não é vantagem.

Corresponder aos apelos de diálogo da oposição e encontrar consensos na prática é que é difícil se não mesmo impossível.

A verdade é que o tempo está a demonstrar que na anterior legislatura só foi possível baixar os impostos e aprovar outras medidas, em benefício dos açorianos, graças à acção concertada do PSD, do PP e do PCP, por muito que o PS e o seu governo procure colher os louros dessas medidas.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**A Oradora:** Os açorianos depressa se estão a aperceber das mudanças operadas após as últimas eleições regionais.

**Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Olhe que não!

**A Oradora:** Atitudes destas não abonam a favor da democracia e só concorrem para aumentar o desinteresse dos cidadãos.

A motivação dos eleitores passa pela defesa objectiva dos seus interesses e essa é claramente a nossa postura quando defendemos que o dinheiro vale mais nas mãos dos contribuintes do que nas mãos do governo.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

**A Oradora:** A óptica do governo e do PS em matéria de impostos é a do orçamento público – quanto mais receita fiscal tiver mais tem para gastar, nem sempre da melhor forma.

A óptica do PSD é a do orçamento familiar – Quanto menos impostos o contribuinte pagar mais retém na sua posse para satisfazer as suas necessidades e as da sua família.

Assegurada a estabilidade das receitas fiscais como o têm demonstrado as últimas contas regionais, o PSD defende que os cidadãos devem reter a maior quota parte possível do produto do seu trabalho.

O PSD distingue-se programaticamente do PS na defesa e valorização do indivíduo e do trabalho como factor de desenvolvimento social e económico e de dignificação da pessoa humana.

*(Aplausos dos deputados das bancadas do PSD e do PP)*

**Presidente:** Para apresentar o Projecto do PP, tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Está esta Assembleia a apreciar um conjunto de iniciativas dos três partidos da oposição que visam, embora em diferentes medidas, prosseguir uma política de redução do IRS para todos os contribuintes da Região Autónoma dos Açores.

Antes dos Açores possuírem a capacidade legislativa de adaptação do sistema fiscal nacional parecia haver unanimidade de todas as forças políticas para a urgente necessidade de garantir o acesso a tão importante instrumento da política orçamental, sobretudo na perspectiva do combate aos custos da insularidade.

No âmbito da preparação da Lei das Finanças Regionais, o próprio Partido Socialista criou abundantes expectativas, junto da população açoriana, sobre as vantagens da Região poder enveredar pela via da adaptação fiscal para combater os custos da insularidade, tendo mesmo condicionado várias decisões à obtenção daquele instrumento legislativo.

Quando em 1999 esta Assembleia procedeu à primeira redução de impostos sobre o rendimento, no âmbito da Lei das Finanças Regionais, com uma descida de 15% no IRS e 30% no IRC, com a aprovação pela Oposição de uma proposta conjunta do CDS/PP e do PSD, logo todos perceberam que o Partido Socialista não estava verdadeiramente interessado numa redução fiscal nos Açores.

Todavia se dúvidas existissem neste domínio sobre as reais intenções do Governo Regional e do Partido Socialista elas dissiparam-se ô ano passado quando o Partido Popular torna a propor uma redução do IRS, desta feita para 20%, que acaba por ser viabilizado apenas com os votos favoráveis do PSD, mas desta vez perante a feroz oposição do PS e do Governo Regional, que tudo fez para desacreditar a histórica iniciativa.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Apesar do inequívoco comportamento Parlamentar dos Socialistas que os levou a votarem sempre contra todas as propostas de redução de impostos sobre o Rendimento (IRC e IRS) efectuadas ao abrigo da Lei das Finanças Regionais, a verdade é que, perante a opinião pública açoriana, nunca os Socialistas assumiram claramente essa postura, chegando mesmo ao ponto de tentarem confundir o eleitorado aquando dos debates para as eleições regionais.

Efectivamente o PS e o Governo Regional tudo fizeram para junto do eleitorado açoriano se colar à descida dos Impostos nos Açores ao mesmo tempo que tentaram apropriar-se do preceito da Lei das Finanças Regionais que possibilita a Adaptação Fiscal.

Por isso é lícito concluir que, no mínimo, estamos perante uma enorme incoerência. Senão vejamos: 1º- Se o PS e o Governo Regional não concordavam com o princípio da adaptação fiscal, porque motivo a defenderam no âmbito da preparação e aprovação da Lei das Finanças Regionais?

2º- Se o PS e o Governo Regional não concordavam com uma redução fiscal mínima, porque razão defenderam no âmbito da Lei das Finanças Regionais o estabelecimento de um tecto de variação de 30%, quando na prática, como se veio a verificar, nem 15% aceitavam?

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

A presente Proposta Legislativa do Partido Popular, que visa estabelecer em 25% o nível da redução do IRS nos Açores, com incidência a 1 de Janeiro, surge na sequência lógica de gradualismo que temos defendido e implementado, desde que a Assembleia da República deu ao Parlamento

dos Açores a possibilidade de fazer a adaptação do Sistema Fiscal Nacional.

Para o Partido Popular trata-se de uma justa, equilibrada e coerente adaptação que, a par de revelar uma constante progressão na base de 5 pontos percentuais, não atinge o máximo legal previsto pela Assembleia da República em relação ao ano 2000, o que não deixa de constituir um claro sinal de confiança, maturidade e responsabilidade, no ano em que se procederá à revisão da Lei das Finanças Regionais.

Na perspectiva do CDS/PP os Açores não podem abdicar da utilização dum tão precioso instrumento da política económica e da política de rendimentos, cuja consagração constituiu uma

importantíssima vitória da Autonomia e das dezenas de milhares de contribuintes da nossa Região, no combate aos custos da insularidade.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Prosseguir esta política de atenuação da carga fiscal sobre as pessoas singulares é uma questão de princípio, porque tem uma base ideológica, e continua a ser uma exigência eficaz para melhorar as condições de vida dos que residem, trabalham e produzem nos Açores.

Por isso, esta proposta do Partido Popular no sentido da continuação da diminuição do IRS nos Açores em 2001 é a única medida que pode possibilitar que as famílias açorianas continuem a ver aumentar, pouco que seja, o seu rendimento disponível, com o conseqüente impacto positivo no aumento do investimento e do consumo privados e como atenuante para o crescente e preocupante endividamento da classe média açoriana.

Por outro lado, estas medidas são lógicas, coerentes e muito positivas para todos aqueles que acreditam nas pessoas, na sua capacidade de investimento e nos efeitos positivos do consumo privado sobre a economia, valorizando sobretudo quem trabalha e produz riqueza, em vez de sistematicamente os penalizar, como vem acontecendo com as políticas e as medidas implementados pelo poder socialista instituído na Região e no País.

Na ponderação que o Grupo Parlamentar do CDS/PP fez e que conduziu ao gradualismo e equilíbrio da sua proposta, tivemos presente o facto do impacto orçamental desta redução de impostos, tão importante para as famílias contribuintes dos Açores, não atingir um milhão de contos, o que significa cerca de 0,5% do Orçamento Regional.

De resto, como se sabe e é bom lembrar, o principal argumento da queda da receita, utilizada no passado pelo Governo e pelo PS, para estar contra a redução dos Impostos nos Açores, caiu pela base, já que entretanto se assistiu a um aumento efectivo das receitas fiscais.

Pelo contrário, o que se exige ao Governo Regional do PS é que tenha mais parcimónia no uso dos dinheiros dos contribuintes açorianos e que corte no despesismo crescente que caracteriza a actuação de alguns sectores da Administração Pública Regional, que sistematicamente anunciam ter cada vez mais milhões de contos para gastarem enquanto as famílias açorianas vão revelando ter cada vez menos milhares de escudos para enfrentarem os gastos essenciais com a sua subsistência.

Sem o argumento da redução das receitas fiscais, os socialistas remetem agora a resolução dos benefícios fiscais aos açorianos para as virtudes da apregoada reforma fiscal do Governo da República, que, como todos sabemos, tem como principal móbil o combate à evasão fiscal, o que se saúda, mas utilizando meios que na prática poderão inclusivamente gerar, e já está acontecendo, alguma fuga de capitais, penalizadora do investimento e do crescimento económico em Portugal.

Cabe aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, fazer algumas perguntas:

- Quando o Governo da República estabeleceu o limite de 30% no tecto da adaptação fiscal da Lei das Finanças Regionais já não sabia que iria apresentar uma de reforma fiscal para todos os portugueses? Esta pergunta é para o Governo da República, mas é bom reflectir sobre a mesma.

- Quando o Governo da República aceitou que a Região pudesse reduzir o IRS e o IRC até ao limite dos 30% não sabia que a Lei das Finanças Regionais iria ser revista em 2001? Então porque razão não baixou aquele tecto ?

- Quando o Governo da República aceitou que a Região pudesse reduzir o IRS e o IRC até ao limite dos 30% não sabia que os Açores tinham um déficit orçamental estrutural?

- Se o PS não concordava que as reduções de Impostos pudessem atingir os 30 % porque razão aprovou aquele limite na lei, sabendo que a mesma iria vigorar entre 1998 e 2001?

- Se o PS não aceitava qualquer redução das receitas fiscais da Região, como agora aparece a defender, porque razão aceitou que a Lei das Finanças Regionais contemplasse aquela possibilidade e de formas tão benevolente?

- Se o PS esteve logo contra a primeira redução fiscal, em 1999, que se ficou apenas pelos 15% em relação ao IRS, metade do que era possível, porque razão se apresentou ao eleitorado com a bandeira de ter conseguido a redução das taxas do IRS e do IRC nos Açores?

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Partido Socialista tem-se apresentado no debate desta matéria com o estranho argumento de que a maioria dos Açorianos estão contra a redução dos Impostos, havendo mesmo alguns dos recém

convertidos às vantagens do Socialismo que esboçam defesas teóricas do aumento da carga fiscal nos Açores.

Na verdade o Partido Socialista apresentou-se aos Açorianos nas últimas eleições pedindo a sua confiança com base num manifesto com que enumeravam o que haviam conseguido.

Assim o PS ganhou a confiança da maioria dos açorianos com base em 15 pontos que haviam conseguido, desde a redução do custo da energia eléctrica e das passagens aéreas, à **Redução das Taxas do IRS e do IRC** passando pela Internet em todas as escolas até à regularização profissional de 1460 trabalhadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

Por isso é legítimo pensar que alguém possa ter votado por causa da baixa do tarifário da energia, redução das passagens aéreas ou da redução dos impostos. Como também é legítimo imaginar que alguém possa ter votado no PS na expectativa de que aquelas políticas tivessem continuidade, dado que se o PS o havia **conseguido** na Legislatura anterior, alguém poderá ter pensado que o PS, de novo, também o pudesse conseguir nesta Legislatura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

O Partido Socialista na sua insaciável defesa de mais impostos para assim aumentar cada vez mais o peso do sector público na sociedade e o grau de dependência que gradualmente está introduzindo junto de tudo e de todos, não pára de inventar argumentos contra a política de redução de impostos nos Açores.

Não bastasse o deslante, a insensatez e o esquerdismo balofo de alguns sectores do PS relacionarem com as propostas ora em apreciação as profecias catastróficas sobre o futuro da economia dos Estados Unidos da América em resultado da eleição do Presidente Bush e da sua política de redução de impostos e também já se ouvem vozes que fundamentam o voto contra do PS no facto das propostas em apreciação não corrigirem as injustiças da grelha existente no sistema Fiscal Nacional.

Ora, relativamente a este último argumento, gostaríamos em primeiro lugar de lembrar as responsabilidades que o PS tem relativamente ao sistema fiscal vigente. Em segundo lugar também deve ser recordado que foi exactamente o CDS/PP que, em 19.99, apresentou uma proposta de adaptação fiscal que aplicava diferentes taxas de redução fiscal para cada um dos escalões de rendimentos, fazendo com que os que ganhavam mais tivessem uma taxa de redução inferior. Foi exactamente por pressão do Governo Regional e do PS que o CDS/PP abandonou a referida proposta, dado o receio, por todos manifestado, de que o mesmo estivesse ferido de ilegalidade.

Uma última palavra para as restantes propostas que estão em apreciação. A do PCP é menos ambiciosa do que a nossa e a do PSD é mais. Porém todas têm em comum o objectivo da continuação da redução da taxa do IRS nos Açores, pelo que, na generalidade, irão merecer o voto favorável do CDS/PP.

De resto, e ao contrário da incapacidade revelada pelo Partido Socialista para o estabelecimento de qualquer diálogo, o CDS/PP em resultado dum esforço de entendimento com as restantes forças políticas com assento parlamentar, da Oposição, encontrou uma plataforma de entendimento que, permitiria uma proposta comum para a especialidade que apontava para uma redução de 5 pontos percentuais neste ano de 2001, 2,5 pontos percentuais no próximo ano de 2002 e finalmente mais 2,5 pontos percentuais em 2003, altura em que atingiríamos nos Açores uma redução de 30% do IRS.

Esta proposta conjunta contempla os aspectos essenciais de cada Partido e é bem reveladora da capacidade de diálogo e entendimento dos partidos da oposição sempre que está em jogo os interesses dos Açorianos, ao contrário dos Socialistas que se fecham na sua maioria absoluta parlamentar para inviabilizarem a conclusão de uma importante reforma fiscal, como instrumento de combate aos custos da insularidade.

Os Açorianos que pagam impostos e que ajudaram a dar a maioria absoluta ao Partido Socialista já começam bem cedo a sentir a retribuição da imprudência do seu acto. Cá estaremos para ver o resto.

*(Aplausos dos deputados das bancadas do PP e do PSD)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em Janeiro fiz a apresentação do Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a alteração da taxa do IRS proposto pelo PCP.

Não vou repetir a argumentação então apresentada, mas vou, naturalmente, procurar fazer o enquadramento político do posicionamento que temos sobre esta matéria e da evolução desse posicionamento face a todos os acontecimentos recentes e que se passaram neste intervalo de tempo.

São três as propostas, oriundas de três partidos e são três propostas diferentes.

Uma proposta do PSD que propunha que se chegasse por decisão imediata ao limite máximo que a Lei de Finanças Regionais permite no que respeita à redução da taxa do IRS.

Uma proposta intermédia para este ano, proposta pelo PP.

E uma proposta gradualista, dividindo em partes iguais essa redução pelos 4 anos da legislatura, apresentada pelo PCP.

Esta era a grande diferença das propostas e esta diferença obviamente que tem a ver com concepções seguramente diferentes dos impactos, dos efeitos, das consequências, etc.. É perfeitamente legítimo que assim seja, mas esta grande diferença tem a ver também com uma outra coisa que foi a tentativa de criar uma possibilidade do Governo e do partido que o apoia poderem entrar numa perspectiva de diálogo em termos de legislatura.

Estavam presentes propostas que tinham a ver com o ano e estava presente uma que tinha a ver com a legislatura e o partido do Governo argumentava que estava comprometido que no ano actual não mexia na situação.

Nós deixámos que a tramitação seguisse os seus termos e embora não tivesse participado na Comissão de Economia, por estar nesse mesmo dia numa outra comissão, mas na que participei e que foi discutido o Projecto do PCP, não vi da parte da maioria nenhum sinal de que poderia ou queria dar entender que estava criada uma possibilidade de negociar para a legislatura, mesmo que excluísse este ano, porque qualquer negociação tem pontos de partida e tem pontos de chegada.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Não foi entendido assim pelo partido da maioria.

Mais:

Quando a atitude que os três partidos que estão sentados nas bancadas da oposição tomaram nestes últimos dias e que pela parte do meu partido corresponde àquilo que tive oportunidade de dizer nesta tribuna, na primeira intervenção que aqui fiz nesta legislatura, que é a disponibilidade de dialogar para todos os lados, de dialogar com todos, com os outros partidos e com o Governo e corresponde a isso, o que se passou realmente foi que partidos proponentes de matéria idêntica, tão idêntica que é discutida no mesmo ponto da ordem de trabalhos, entenderam que era justo, que era necessário, que era oportuno fazerem um ponto da situação sobre, digamos, a viabilidade da evolução dessa matéria.

Se entenderam assim, assim o fizeram e quando o fizeram, percebendo que podiam encontrar um acordo entre si, mas também obviamente percebendo que esse acordo não era um acordo viabilizador, também entenderam que estavam dispostos a negociar com o partido do Governo e com o Governo uma plataforma de legislatura que podia ultrapassar a dificuldade do ano inicial.

Foi isto rigorosamente o que se passou. Não foi nada diferente disto e não tem nada a ver com a adjectivação que ouvi nos meios de comunicação social e que li nos jornais. Não tem nada a ver com a hipocrisia, com mascarada e com outros adjectivos que foram usados,...

**Vozes dos deputados da bancadas do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** ...tem a ver com a legitimidade política que os partidos políticos têm de negociar entre si e de propor a outros e ao Governo essa negociação. Mas isso não aparece de geração espontânea. Matérias há que é absolutamente essencial que haja consensos. É essencial que haja consensos para bem da Região, mas é essencial que haja consensos, porque as correlações de forças assim o exigem. São os problemas da autonomia na revisão constitucional, são os problemas do Estatuto, são os problemas da Lei de Finanças Regionais.

Curiosamente tenho aqui uma carta recebida hoje do Sr. Presidente da Comissão que está a preparar a questão da alteração da Lei de Finanças Regionais e a convidar o Presidente do PCP/Açores para

uma reunião. Portanto, são necessidades de consensos, necessidades de acordo com o interesse regional e de acordo com a correlação de forças e os Srs. sabem que não podem resolver a Lei de Finanças Regionais sozinhos.

Obviamente que este assunto dos impostos é uma derivação do problema da Lei de Finanças Regionais e esta questão dos impostos e da taxa de incidência na Região é um problema de grande interesse regional e que seria de toda a vantagem que fosse obtido consenso entre os quatro partidos aqui representados e com o entendimento com o Governo. Essa negociação não se tentou.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro anunciou aquilo que os partidos da oposição rapidamente entre si viram que poderiam fazer. Eu falo pelo meu, mas posso falar pelo espírito dos partidos da oposição, porque participei nas reuniões que se fizeram, que estavam totalmente abertos a encontrar uma solução que pudesse ser aceite pelo partido do governo desde que se cobrisse os 10% nos 4 anos e isso não foi efectivamente conseguido.

**Deputados Bento Barcelos e José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Estas propostas agora poderiam ter sido retiradas, mas não foram e, pela nossa parte, não serão. E não serão retiradas pelo facto do Partido Socialista e o Governo, com adjectivação perfeitamente imprópria ter recusado essa possibilidade de diálogo, nós não vamos ajudar a que esse facto passe despercebido.

Estas propostas, tudo indica, naturalmente, que irão ser chumbadas. É pena.

Nós continuaremos na nossa actividade política a lutar por estes objectivos.

Oportunamente as propostas que entendermos sobre esta matéria darão entrada na Mesa nos termos regimentais aplicáveis.

Também queria dizer, ao fechar esta intervenção, que continuamos e continuaremos profundamente interessados em diálogos sérios, não só apenas quando são indispensáveis.

Muito obrigado.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos deputados das bancadas do PCP, PSD e PP)*

**Presidente:** Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Entrando na discussão das propostas de redução fiscal que foram apresentadas pelo PSD, pelo PP e pelo PCP, foram vários os argumentos e as perspectivas que aqui foram trazidas e se me permitem, será exactamente em relação às perspectivas que foram aqui trazidas que gostaria de me pronunciar. Em primeiro lugar, a perspectiva política, a validade, a oportunidade, o critério político da apresentação dessas propostas ou, pelo menos em relação à Sra. Deputada que mais incidiu nessa área, a Sra. Deputada Berta Cabral.

Salvo o devido respeito a cada um dos proponentes, consideramos que estas propostas são politicamente imprevidentes, mal pensadas e irreflectidas e explico porquê:

A Sra. Deputada Berta Cabral começou a sua intervenção citando Jaques Delors, se bem me recordo, e dizendo qualquer coisa como isto: “Não se pode tratar de forma igual aquilo que é diferente”. Estou correcto? Muito bem!

Então se não se pode tratar de forma igual aquilo que é diferente, não lhe choca que a solução que apresentam para um problema que arvoram como justiça fiscal da necessidade de se lutar e de se promover justiça social, venha agravar essa justiça. É isso que com a vossa proposta se faz.

Este foi um argumento que também foi tocado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, se não me falha a memória, reflectindo exactamente a responsabilidade que o PS teria no sistema fiscal nacional e daí essa responsabilidade impediria o PS e no caso o PS/Açores de avançar com este argumento.

Mas, Srs. Deputados, choca-me que constatando a existência dessa injustiça fiscal e atribuindo responsabilidade dessa injustiça fiscal ao PS, V. Exa. não faça mais do que agravá-la e avançar para uma solução que a agrava.

Não ficamos por aqui apenas com a atribuição de responsabilidades, porque se V. Exa. atribui responsabilidades é porque acha que está mal. Se acha que está mal a sua obrigação era mudar e não pura e simplesmente responsabilizar o Partido Socialista.

Este é o primeiro argumento.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Não tenho força para mudar!

**O Orador:** Não tem força para mudar, mas tem força para propor e isso V. Exa. não fez.

Em relação a outras questões que foram aqui colocadas, V. Exa., Sra. Deputada Berta Cabral, teve a bondade de me citar dizendo, e utilizando uma expressão minha, que o sistema deve ser usado em tudo aquilo que permite. Exacto?! É uma expressão minha, mas se o sistema deve ser usado em tudo aquilo que permite, não é o facto do sistema permitir determinadas soluções que devem automaticamente levar a que elas sejam adoptadas. Aqui está a perspectiva de entendimento que diferencia, nesta matéria, PS e PSD.

A questão é esta: V. Exa. na sua proposta, já que a lei nacional prevê 30%, aliás, é um argumento também utilizado pelo PP, temos que utilizar os 30%. Mas então, e a livre administração dos Açores pelos açorianos? E então os poderes de gestão da autonomia? E então os poderes que o Governo e esta Câmara têm em ajuizar sobre a forma como poderemos utilizar este mecanismo?

É apenas porque o legislador nacional fixa 30% que devemos seguir esse caminho? V. Exas. entendem que sim. Nós entendemos que não, porque aqui é necessário introduzir outro factor que é exactamente a gestão da coisa pública regional.

A gestão feita com estes mecanismos melhor se poderá prover, por um lado, as necessidades de desenvolvimento da Região e, por outro lado, como poderemos prover e dar as disponibilidades orçamentais para satisfazer essas necessidades.

Portanto, se me permite, Sra. Deputada, nesta matéria o PS afirma-se como o partido da autonomia e o PSD não.

*(Aplausos dos deputados do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, V. Exa. argumentou também que, naquela que tinha sido a discussão que a este propósito se tinha suscitado em 1999, o PS não estava verdadeiramente interessado em diminuir impostos. Se me permite discordar de si, devo dizer-lhe que é falsa essa sua afirmação. O PS, se bem se recorda, apresentou uma proposta e o que divergia, na proposta apresentada pelo PS, das propostas então apresentadas pelos partidos da oposição, eram os montantes.

Se V. Exa. se baseia na diferença de montantes para dizer que o PS não estava verdadeiramente interessado em reduzir impostos, que diz então da proposta do PCP que tem um montante inferior à sua proposta? Já viu se o por acaso o PSD seguisse o mesmo raciocínio que V. Exa. seguiu, o que não diria da sua proposta. Diria que o PP não estava verdadeiramente interessado em diminuir impostos. Conforme reconhece não podemos seguir pelo caminho que V. Exa. seguiu.

O PS está interessado em reduzir impostos, agora o PS teve e tem hoje a coragem de cumprir e dar seguimento coerente àquilo que referiu na campanha eleitoral.

V. Exa. se me permite, e com todo o respeito, não foi inteiramente fiel à verdade, porque se bem se recorda, e se acompanhou bem a campanha eleitoral, como acredito que o tenha feito, o PS sempre afirmou que em 2001 não era possível aumentar as pensões, assunto que discutiremos mais adiante, nem era possível reduzir os impostos. Assumiu-o então e afirmou-o agora.

Portanto, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, não pode o Grupo Parlamentar do Partido Socialista de forma nenhuma aceitar as acusações de que da parte do Partido Socialista tinha havido uma confusão do eleitorado. Esta confusão não existiu. O PS, bem pelo contrário, teve o cuidado de, pela boca do seu presidente, tornar bem clara a sua posição sobre essa matéria. Assim tivessem todos os partidos políticos a coragem de, em relação a esta matéria, ter dito antes das eleições muito claramente aquilo que pretendiam.

Mas, não ficamos por aqui, porque outros adjetivos e outras críticas foram aduzidas em relação a esta propostas.

Uma das acusações que também o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fez foi que tiveram presente o impacto orçamental. Então onde está a fundamentação desse impacto orçamental? Se fizeram as



contas sobre esse impacto orçamental penso que seria inteiramente justificado e necessário pressupor, não só em relação a essas, mas calcular o outro impacto que também se torna necessário ter em conta nessa reflexão que é exactamente o impacto orçamental daquilo que já foi aprovado e aí veríamos que sob a aparência do aumento de receitas, que V. Exas. ligam à redução fiscal feita anteriormente, veríamos que assim não era. Mas, essa já é uma discussão mais técnica que se quiserem poderemos ir lá, mas por agora preferia não ir.

Depois o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro utiliza uma argumentação verdadeiramente espantosa dizendo que o PS se não concordava com as reduções fiscais de 30%, por que aprovou essa possibilidade. Sr. Deputado este é um argumento que se prende com aquilo que disse anteriormente: aprovou essa possibilidade, não põe de parte exercer essa possibilidade, agora há-de exercê-la nos termos e nos exactos modos em que, segundo a sua perspectiva, a gestão da coisa pública regional a isso obrigar e a isso permitir. Este é um cálculo que V. Exa. não faz e este é um argumento que V. Exa. não reconhece.

É uma possibilidade que existe e nada impede que ela seja exercida, mas também nada obriga, Sr. Deputado.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Isso já são boas notícias!

**O Orador:** Não são boas notícias, V. Exa sabe disso perfeitamente.

V. Exa. sabe perfeitamente que a possibilidade existe, mas também sabe que não é pelo simples facto dela existir que ela deve ser automaticamente exigida. A isso chama-se cautela, ponderação, consciência e rigor no exercício da gestão da coisa pública

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Qual coisa pública? O dinheiro dos contribuinte é coisa pública?!

**O Orador:** A Sra. Deputada depois referiu que um dos argumentos invocados pelo PS, se bem me recorde, seria que a maioria dos açorianos não quer a redução dos impostos. Sra. Deputada, quem avançou com o argumento de que tinha que cumprir com aquilo que 38 mil e não sei quanto mais eleitores queriam foi o PSD e a partir do momento em que o PSD entra com este argumento, é inteiramente legítimo, conforme reconhece, dizermos que os nossos eleitores, sabendo de antemão que não iríamos reduzir os impostos em 2001, também não querem a redução dos impostos.

Em relação a este argumento a posição do PS parece-me inteiramente clara.

V. Exa. teceu também aí uma consideração muito interessante em relação ao peso do sector público e à necessidade de aumentar o peso do sector público que eu gostaria de ouvir a posição do PCP relativamente a ela.

Estas questões são questões de substância, questões que dizem respeito às propostas que estão em discussão.

Vamos agora à questão do procedimento e à questão do célebre convite para o diálogo.

Se me permitem, em primeiro lugar, uma precisão e uma interpretação algo abusiva que V. Exas. fizeram, é que o PS, o Partido Socialista não recebeu convite nenhum. Recebeu o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, recebeu o Governo Regional e conforme o Deputado Victor Cruz, Presidente do PSD e a Deputada Berta Cabral, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD bem sabem que não são exactamente a mesma coisa o Partido e o Grupo Parlamentar.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** A gente já fala nisso.

**O Orador:** Portanto, o PS não recebeu, mas isto não significa que exista alguma diferença de entendimento entre o Partido Socialista, o Grupo Parlamentar do PS e o Governo. Agora, V. Exas. não podem é dizer abusivamente, se me permitem, que o Partido Socialista recebeu, porque efectivamente o Partido Socialista não recebeu convite nenhum. Esta será, certamente, uma pequena precisão que não será o mais importante nesta matéria.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Foi por causa disso?

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Ainda estamos a tempo.

**O Orador:** Não será o mais importante nesta matéria, tanto para perda de tempo da minha parte como para perda de tempo da vossa parte.

Eu devo confessar que, ouvindo a argumentação e as explanações dos três deputados que me antecederam, fiquei exactamente com uma dúvida. Os Srs. apelaram ao diálogo, apelaram à busca de consenso, mas as vossas propostas começam por serem incompatíveis entre si e o Sr. Deputado Decq Mota foi o próprio a chamar a atenção para esse aspecto, ...

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Não são compatíveis. São diferentes!

**O Orador:** ... mas há aqui uma diferença essencial que é importante fazer ao nível de metodologia. O PS não está contra a possibilidade de consensos entre grupos parlamentares e muitas das vezes a necessidade de diálogo e de consenso entre grupo parlamentares, mas meus caros Srs. Deputados, aquilo que aconteceu em relação a estas matérias é muito particular no quadro duma busca de consenso e de diálogo, porque os Srs. apresentaram as vossas propostas em Janeiro e só a poucas horas de se votarem essas propostas é que se lembraram que havia a necessidade duma perspectiva de diálogo e de consenso que deveria de imperar, o que me parece bastante censurável nesta matéria.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Ainda estamos a tempo!

**O Orador:** Mas, aqui o que relevará, para além de todas as falhas, assunto que já foi tratado ao nível do procedimento, são as razões políticas e de substância que opõem o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** A vossa teimosia e a vossa arrogância!

**O Orador:** ... aos Grupos Parlamentares do PSD, do PP e do PCP, esquecendo os incidentes de convites ou não convites, de diálogo ou não diálogo.

São estas as razões que fundamentam a nossa posição, por considerarmos que estas são propostas politicamente imprevidentes, mal pensadas e irreflectidas. Propostas tecnicamente mal fundamentadas e propostas que potenciam injustiça social.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos deputados das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

**Deputado Cabral Vieira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi com muita atenção a apresentação dos três Projectos e devo dizer que já os conhecia em profundidade e não trouxeram qualquer novidade.

Eu gostava de chamar a atenção para um aspecto que é aquele que obviamente mais me incomoda. Eu já tive oportunidade de o expressar noutras ocasiões, nomeadamente na Comissão de Economia. Por vezes parece-me que, e há algumas diferenças entre os proponentes, se tenta passar a ideia de que há medida que a taxa de imposto tende para 0 o bem-estar social tende para infinito, ou seja, - desculpem esta linguagem matematizada, mas acho que facilita um pouco - se assim fosse penso que os governantes tinham a vida extremamente facilitada, até matematicamente a representação era fácil, bastava uma função do tipo  $Y = 1 : X$ , ou seja, quando X tende para 0, Y tende para infinito e aí era só seguir esta regra como se fosse uma regra ou uma lei da física, mas infelizmente não é.

De facto, as funções de bem-estar social agregam um conjunto de funções de bem-estar individual e os ponderadores dessas funções são manipulados através do processo de decisão política, nomeadamente nesta Casa, e revelam sempre a preferência que os políticos têm por uma maior ou uma menor desigualdade.

Eu penso que esta medida é extremamente desigual.

Devo dizer, Srs. Deputados, que tenho trabalhado nesta matéria desde 1992 milhares de horas, por vezes fins de semana e férias a trabalhar sobre as desigualdades sociais em Portugal.

Devo confessar que não conheço o caso açoriano muito bem, mas penso que os Açores não se devem afastar muito daquilo que é a grande tendência a nível nacional.

Como os Srs. Deputados deviam saber as desigualdades salariais em Portugal, sobretudo ao nível do sector privado – e eu nunca analisei ao nível do sector público – têm-se agravado substancialmente ao longo das últimas duas décadas. É um processo normal. É o jogo do mercado num país que tenta introduzir novas tecnologias, novos processos de gestão. Mas os custos humanos não têm a qualificação suficiente para dar resposta.

Tudo isso resulta de um acidente histórico, não que os governos ao longo do tempo, sobretudo depois de 74, não se tenham esforçado para qualificar os recursos humanos, mas tivemos um acidente histórico que nos atrasou substancialmente nessa área.

Essas desigualdades resultam essencialmente do facto dos salários daqueles que têm maior nível de educação, aqueles que estão na parte superior da distribuição salarial terem crescido muito mais

rapidamente do que os salários daqueles que estão na parte inferior da distribuição salarial. Eu penso que isto é preocupante.

Se os Srs. virem a distribuição de salários para Portugal e se virem a diferença entre o percentil 90 e o percentil 10, vão ver como essa distribuição de alongou e aumentou ao longo do tempo. Isso é desigualdade.

O problema não são aqueles que ganham menos passarem a ganhar muito menos, é aqueles que ganham mais passaram a ganhar muito, muito, muito mais por força de novas regras do mercado, por força de alguma concorrência, ou seja, o grande aumento das desigualdades salariais está entre mediana e o percentil 90 da distribuição de salários em Portugal, ou seja, quem mais ganha tem visto os seus salários substancialmente mais aumentados ao longo do tempo. Isto tem resultado, em grande parte, pelo facto da distribuição da educação ser bastante concentrada na parte inferior.

Eu penso que esta medida deve ser uma preocupação, vem contribuir uma vez mais para aumentar as desigualdades que, por força do mercado, têm vindo a aumentar ao longo das últimas décadas. Posso dizer que aumentaram 12% entre 86 e 92, isto 6 anos depois da entrada de Portugal na CEE. O trabalho é meu, mas está publicado em revistas internacionais.

Srs. Deputados, aplicar a mesma taxa de redução a todas as taxas de IRS, resulta naquilo a que se pode chamar na literatura uma redução progressiva, ou seja, quanto maior o rendimento, maior a taxa de redução. É exactamente isso, dado o carácter progressivo deste imposto e aumenta substancialmente as desigualdades.

Digo mais:

Quanto mais essa redução se aproximar do máximo previsto pela Lei de Finanças das Região Autónomas, maior será a desigualdade.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** É o mesmo princípio, Sr. Deputado.

**O Orador:** Não é o mesmo princípio. O Sr. não percebeu o que eu disse. Eu já vou explicar.

*(Aplausos dos deputados da bancada do PS)*

**O Orador:** Esta medida distorce ou esbate aquilo que se chama a equidade ou a igualdade vertical da tributação. É um sistema e um princípio básico em qualquer sistema fiscal. É substancialmente esbatida e temos que ter isso em consideração.

**Deputado João Cunha (PSD):** É melhor o Sr. ficar por aí!

**O Orador:** Não fico não senhor, tenho muito mais para dizer.

Portanto, o que eu pedia era o seguinte:

Reconheçam que esta é, de facto, uma medida que aumenta as desigualdades. Com esta medida os Srs. têm alguma preferência pela desigualdade, mas digam isso de forma explícita e objectiva e nós assim percebemos um pouquinho mais as vossas propostas.

Muito obrigado.

*(Aplausos os deputados do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

As propostas de adaptação fiscal dos partidos da oposição, e falo pela do PSD, não são imprevidentes, não são irreflectidas nem são mal pensadas. Esses chavões servem para a comunicação social fazer título. Pois eu aqui mais uma vez reafirmo que não são imprevidentes, não são irreflectidas nem são mal pensadas. Quero ver qual vai ser o título, se o positivo, se o negativo.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** *Muito bem!*

**A Oradora:** Vamos ao que importa.

Tem o direito de discordar, não tem o direito nem deve, embora possa, adjectivar desta forma. Tem o direito de discordar, isso tem, mas não deve adjectivar as propostas legitimamente apresentadas nesta Casa pelos partidos com assento parlamentar, porque qualquer um de nós, todos os dias, pode ter exactamente o mesmo procedimento e isso não fica bem, não é correcto e é por isso que eu digo que pode, mas não deve.

Vamos falar de justiça fiscal.

30% de redução igual para todos não conduz à justiça fiscal.

Quem é que aprovou, quem é que propôs, quem é que negociou 30% igual para todos nas Lei de Finanças das Regiões Autónomas?

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** A Lei não diz isso!

**A Oradora:** Diz o suficiente para, como aqui já foi lembrado, não ter ido por diante, com a anuência agora mesmo do Sr. Secretário Regional Adjunto, uma redução diferenciada conforme os escalões.

Mas, se o problema é esse fica já o desafio: retiramos todos as propostas, vamos sentar-nos à mesa e fazer uma proposta diferenciada.

*(Risos e aplausos dos Deputados Vasco Cordeiro e Francisco Sousa)*

**A Oradora:** Muito obrigada pela vossa palmas.

Está lançado o desafio e estamos sempre a tempo. Estávamos a tempo ontem de encontrar um consenso e estamos a tempo hoje para encontrar esse consenso.

Querem 10 ou 5% para todos, querem 2,5% em quatro anos, querem por diferente escalões, vamos ao trabalho.

*(Aparte inaudível do Sr. Deputado Vasco Cordeiro)*

**A Oradora:** Estou a responder-lhe ao facto de me ter dito que não dizia. Está ver como se está a contradizer?!

Quem aprovou a Lei de Finanças das Regiões Autónomas que prevê 30% foram os Srs.. Agora dizem que é possível ser diferenciado, então vamos ao trabalho. Não foi essa a vossa opinião em 99, mas se é essa a vossa opinião, vamos trabalhar e vamos fazer uma proposta diferente. Eu quero ver essa disponibilidade.

Gestão da coisa pública:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, para si os impostos, o dinheiro dos contribuintes é coisa pública? A colecta já é receita, mas antes de ser colecta é matéria colectável e a matéria colectável é coisa pública? Onde? Em que manual?

O que os Srs., de facto, têm de diferente, em relação a esta questão, é aquilo que eu disse na minha intervenção final: têm uma abordagem diferente da nossa e foi por isso que eu disse, no princípio, que era legítimo discordar, mas não é legítimo achar que as propostas são menos reflectidas, menos pensadas. Isso não é legítimo.

Discordar faz parte do debate parlamentar, o adjectivar dessa forma não faz.

A nossa abordagem é diferente porque nós preservamos a iniciativa privada, o indivíduo, a capacidade de cada um satisfazer as suas necessidade básicas de acordo com o rendimento do seu trabalho e os Srs. têm a óptica orçamental, a óptica receita, a óptica da despesa pública. Aí é que reside a grande diferença e já tive oportunidade de afirmar isso em reunião da Comissão de Economia e volto a reafirmar: a grande diferença está aí. Portanto, isto são duas versões que nunca vão coincidir, não têm ponto de equilíbrio, porque são versões completamente diferentes.

O que nós defendemos é que devem estar asseguradas, e isto aqui já responde em parte ao Sr. Deputado Cabral Vieira, as necessidades de serviço público prestado pelo Estado, daí a preocupação para haver estabilidade nas receitas fiscais. Essa estabilidade é inegável.

O tempo demonstrou, as contas da Região e o orçamento demonstram, e naquilo que foi aqui dito também pelo Sr. Secretário Regional da Economia. Está tudo completamente demonstrado agora pelas contas da Região que as receitas fiscais aumentaram. Não aumentaram por força da redução das taxas e só interpreta assim quem não sabe ou não quer utilizar outro tipo de argumentos para justificar o aumento da receita fiscal, porque este aumento da receita fiscal já se sabia, de acordo com estudos realizados, que tinha capacidade para aumentar se fossem tomadas determinadas medidas que têm a ver com uma maior eficiência da máquina fiscal e que têm a ver também com a transferência para a Região de todas as receitas aqui geradas mas cobradas noutra espaço territorial diferente do nosso.

Portanto, todas estas medidas que também decorrem da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, estão a ser implementadas. A eficiência fiscal não decorre naturalmente da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, mas decorre dum esforço que penso que todos os governos têm obrigação de satisfazer, porque o combate à evasão fiscal é que é, de facto, importante. Decorrente de todas estas acções conjugadas, a receita fiscal não reduziu nos Açores, pelo contrário aumentou, apesar de ter havido redução da carga fiscal.

Portanto, neste pressuposto de estabilidade das receitas fiscais regionais, e no pressuposto de que também não há razão para aumentar a despesa pública corrente e funcional, este equilíbrio estando assegurado e está, não há razão nenhuma para não se continuar, até ao limite previsto na lei, a redução das taxas.

É esta a nossa óptica, e a óptica de que o dinheiro circula na economia, seja pela mão do Governo, seja pela mão de quem o ganha e nós, como já aqui foi dito, optámos para que ele circule na economia pela de quem o ganha, porque quem o ganha gasta seguramente bem e gasta de acordo com as suas prioridades, as suas preferências, porque tem esse direito. O Governo nem sempre gasta bem, gasta demais, aumenta a máquina administrativa, e agora mesmo assistimos aqui à criação de mais um fundo, de mais um conselho de administração, de mais um conselho fiscal, de mais uns lugarzinhos para os amigos dos amigos, mais uns subsídios que hão-de ser dados.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Quer discutir lugarzinhos dos amigos para amigos? Vamos a isso!

**A Oradora:** Muitas coisas mais se hão-de fazer à custa, como diz o Deputado Vasco Cordeiro, da coisa pública, mas a coisa só é pública depois de recebida e aqui antes de receber é que se deve reduzir as taxas para que os impostos sejam menores, para que as famílias retenham o mais possível do seu rendimento no seu orçamento familiar. Esta é que é a grande diferença.

Quanto às propostas incompatíveis, as propostas não são incompatíveis, são diferentes. São tão compatíveis que só não se fundiram numa só, porque os Srs. não vieram ao encontro dessa proposta.

**Deputado Cabral Vieira (PS):** São conciliáveis!

**A Oradora:** Só a arrogância da maioria permite esta adjectivação. Só a arrogância da maioria permite que não se sentem à mesa das negociações. Só a arrogância da maioria permite que os açorianos não vejam os seus impostos reduzir, enquanto que na última legislatura foram beneficiados em 15% do IRS, em 30% do IRC com os votos contra do Partido Socialista, que permanentemente esconde essa realidade.

**Deputados Mark Marques e José Manuel Bolieiro (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros Membros do Governo:

**Deputado João Cunha (PSD):** Caros, não. Baratos!

**O Orador:** Atendendo à importância do assunto que nós estamos aqui a discutir eu não gostaria de deixar passar essa discussão sem revelar a posição da JS em relação à redução fiscal na Região.

Eu gostaria de dizer em primeiro lugar, e satisfazendo a curiosidade do Sr. Deputado Paulo Gusmão, em primeira mão, que vai existir uma redução fiscal no ano de 2001 na Região, atendendo à indexação dos novos impostos ao sistema nacional. Isso foi aqui contornado pela oposição.

Nós, efectivamente, não somos entusiastas da redução da carga fiscal, nós não acompanhamos essa tendência que nos parece até pouco razoável e demagógica, porque se prende, e nós não nos podemos esquecer das propostas que vêm a seguir, com a diminuição da receita e o aumento da despesa. Os açorianos já não vão por esse caminho e os resultados eleitorais comprovam-no.

Meus amigos, existem ainda atrasos tão grandes nos Açores, as assimetrias entre as nossas ilhas ainda são de tal maneira evidentes, a ditadura salazarista, que já foi aqui falada, gerou níveis de pobreza tão profundos que para nós só faz sentido lutar contra o tempo e em cada ano tentar percorrer dois.

Pedir um sacrifício às gerações de hoje para que os Açores do futuro possam ser diferentes para melhor, possam ser diferentes daqueles que a democracia herdou, é um sacrifício que nos parece razoável.

Além disso a própria expectativa e a qualidade de vida das pessoas é de tal maneira importante, hoje em dia, que tudo isso tem um custo demasiadamente elevado para que se tivesse pensado numa fase destas em estratégias de desagravamento fiscal.

Meus caros deputados da oposição, todos os recursos acrescidos disponibilizáveis nos próximos anos, através do orçamento regional, através das transferências do orçamento do Estado, através dos fundos comunitários, através do combate à evasão fiscal, através da melhor gestão dos recursos públicos, através do crescimento económico, não serão suficientes, no nosso entender, para corrigir o que há para corrigir, nem para recuperar os atrasos que há para recuperar.

É esta, no entender da JS, uma posição que se insere num quadrante da esquerda moderada que é a nossa perspectiva ideológica e é esta que eu estou aqui a transmitir.

Não faz por isso sentido, no actual quadro e em nossa opinião, que o Estado abra mão de recursos na Região. Faz sentido, isso sim, que ponha todos a pagar impostos e que gaste o dinheiro dos contribuintes com critério e competência, que é manifestamente, em nosso entender, aquilo que o Governo tem vindo a prosseguir.

Note-se ainda que estas propostas que o PSD e a oposição em geral apresentam aqui, não correspondem a nenhum movimento social de opinião, a nenhuma expectativa verdadeiramente relevante da opinião pública. Isso não tem vindo a lume, isso não se nota e nem sequer foram recebidas cartas aqui, por exemplo, a pedir encarecidamente para se baixar os impostos.

O que existe cada vez mais é o mal estar entre os cidadãos, fiscalmente cumpridores, relativamente à evasão fiscal, ao desperdício, à má gestão e à má qualidade dos serviços prestados pelo Estado.

A JS considera que os açorianos não pretendem benesses fiscais, mas sim boa gestão dos dinheiros públicos e qualidade nos serviços que o Estado lhes presta. É disto que eles querem ouvir falar e até penso que as pessoas pagariam mais por melhores serviços.

Esta década que agora se iniciou deverá ser uma década eminentemente social e orientada radicalmente para a qualidade de vida das pessoas e este desígnio custa muito dinheiro e todo o dinheiro será de menos.

Reduzir os impostos das classes média e baixa que têm dificuldades e que merecem auxílio, o que já foi feito a nível nacional e que os Açores também contemplaram, parece-nos razoável, mas isso já foi feito.

Aliviar os custos fiscais e sociais das empresas numa lógica selectiva de competitividade e de maior produção de riqueza, seria aceitável e isso já foi feito nos Açores em 1999.

Reduzir a carga fiscal por reduzir, transformando um ambiente de cidadania num ambiente de desafogo e decompressão social, quando há ainda margens de sofrimento social, não nos parece o caminho acertado.

Por isso, no entender na Juventude Socialista, enquanto nós tivermos perante um orçamento que necessita, ano após ano, por circunstâncias várias e que já foram aqui faladas, de recorrer ao crédito para se financiar, nós, e após as reduções fiscais que já foram feitas, não devemos mexer na fiscalidade.

A Sra. Deputada Berta Cabral falou no ilustre cidadão europeu e construtor da Europa, Jaques Delors, com certeza que a Sra. não desconhece que a própria União Europeia e que inclusivamente a opinião pessoal deste Sr. diz que se deve evitar cair na tentação de, numa perspectiva de crescimento económico, estarmos a desonerar a fiscalidade.

Esta tendência não deve ser feita, deve haver antes um cuidado no lado da despesa no sentido de criar folgas orçamentais.

Permita-me, já agora, Sra. Deputada, a contradição objectiva do PSD num aspecto muito concreto. Aliás, devo dizer que a Sra. expandiu ainda mais essa tese e expandindo essa tese ao limite defende um Estado quase anárquico que é, quanto mais impostos nas mãos das pessoas melhor. Portanto, o meu colega Cabral Vieira já teve oportunidade de explicar que isso tende para infinito.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** O Sr. não percebeu nada!

**O Orador:** Eu percebi muito bem. A Sra. é que não está percebendo.

Portanto, isso significa que os Srs. – e eu iria explicar a contradição objectivo do PSD – afirmam que é na mão dos contribuintes que o dinheiro está bem, na mão dos contribuintes que se deve colocar o dinheiro, mas depois vêm para aqui, e a Sra. fez isso no plenário de Janeiro na sua intervenção, dizer que o consumo nos Açores é preocupante e que o Governo deve intervir e deve controlar o consumo das pessoas. Se o dinheiro fica bem na mão das pessoas depois não pode vir para aqui dizer que afinal o Estado deve intervir e deve controlar o consumo das pessoas.

Já agora, eu gostaria só de referir que, no nosso entender, nós estamos perante, e no caso concreto do PSD, uma oposição que na ânsia absoluta de alcançar popularidade a todo o custo, demite-se completamente das suas responsabilidades, demite-se completamente das responsabilidades de gerir os Açores e de criar expectativas em relação ao nosso futuro com sustentabilidade económico-financeira, porque os Srs. não têm um projecto, não têm uma estratégia, não têm uma visão, não têm políticas coerentes e estabilizadas para o desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Discutir os impostos é, sobretudo, falar de política.

Independentemente dos considerandos de algibeira, em percentis, que algum teórico, de quarta linha, tente aqui fazer, aquilo que aqui se trata é de opções políticas.

**Deputado João Cunha (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Na velha história da banda desenhada por mais que gritasse o estrufo dos óculos, essa figura bizarra que não vive o mundo, é à comunidade que cabe fazer as opções.

Muito mal estaria a democracia quando se quiser fazer crer que a razão está apenas no tal estrufo do óculos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Discutir politicamente os impostos é dizer que gerar riqueza, com respeito por quem pensa de forma diferente e esmaga os cidadãos com impostos, é dar a quem produz a possibilidade de gerir o que é seu e nem sequer se diga que ficam os serviços públicos e as contas da Região em causa.

O CDS orgulha-se de pertencer à mesma família política que, com estas medidas, fez da Irlanda o País que, com certeza, todos conhecem.

**Deputado José San-Bento (PS):** Eu nunca estive lá!

**O Orador:** O Governo refugia-se da revisão da Lei das Finanças Regionais, quer levar o exemplo do bom aluno, ou melhor, do aluno dedicado sem deixar de ser pouco inteligente.

Considerações intelectuais à parte, nem na dedicação leva o Governo um bom exemplo.

Falar da redução dos impostos na Região, na proposta do CDS representa menos de um milhão de contos no orçamento regional.

Falar no exemplo do Governo, é falar na dívida da Região.

Há pouco o Sr. Secretário veio aqui falar da pré-falência de Região de alguns anos e que não queria voltar a ela.

Eu lembro que o Dr. João Bosco Mota Amaral em duas décadas, apesar de tudo, deixou apenas 120 milhões. O Governo de hoje em três anos já conta com meia centena de milhões. Se juntarmos a cruz dos outros quatro que faltam, e que serão os últimos do PS, acabaremos não numa situação, com certeza nessa altura, de pré-falência, mas talvez no passo seguinte.

Poupem e deixar de explorar quem trabalha.

Tenho dito.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Isso são palavras cruzadas!

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Que fazem bem a alguns!

**Vozes dos deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para precisar, esclarecer e lamentar algumas das questões que foram aqui ditas.

Em primeiro lugar, quero pronunciar-me sobretudo sobre o convite dos três de partidos da oposição para que o Governo, da responsabilidade do Partido Socialista, e com maioria absoluta, e o seu

Grupo Parlamentar conversassem com o PSD, o PP e o PCP sobre duas matérias importantíssimas para a vida dos açorianos e com indiscutível e indesmentível alcance social e político.

A primeira questão que o Partido Socialista apresenta como fazendo parte de um certo desrespeito institucional, é o facto de não ter estado nesse processo desde o início. A razão é simples: o PSD, o PP e o PCP são partidos proponentes sobre essas matérias e o Partido Socialista não apresentou nenhuma proposta e, portanto, era razoável que esses três partidos conversassem sobre as suas próprias propostas. Era razoável que os três partidos numa primeira fase tentassem saber até que ponto é que era possível alcançar um objectivo. Foi isso que foi feito.

O facto do Partido Socialista não ter sido convidado para participar nesta fase do processo tem esta clara justificação e não é de nenhuma forma de desrespeito institucional.

A proposta do PSD, do PP e do PCP não foi também uma proposta que, como parece querer dizer o Partido Socialista, não vinha no seu devido tempo, não era séria e não era construtiva.

Eu devo lembrar que na legislatura passada fui convidado pelo Governo do Partido Socialista para uma negociação, também a poucas horas, a pouco dias de termos votado e discutido essas propostas e, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, também elas já estavam anunciadas e já tinham sido discutidas na Comissão há muito tempo e, no entanto, o Partido Socialista e o seu Governo, ao contrário do que o Sr. diz agora para não conversar connosco, só muito mais tarde é que decidiram dialogar com o Partido Social Democrata e também, pelo vistos, se bem me lembro, quiseram conversar com o PC mas não tiveram, aí sim, o respeito institucional pelo Partido Popular, mas sobre isso o Partido Popular saberá perfeitamente responder. Isto significa que no passado das negociações parlamentares o Partido Socialista já deu um exemplo com o qual entra claramente em contradição como uma das razões para não conversar com os três partidos da oposição.

Quanto ao resto, Srs. Deputados do Partido Socialista e Srs. Membros do Governo, em que é que a proposta para conversarmos não era séria e não era construtiva, se nós estávamos, como já foi aqui muito bem sublinhado, disponíveis para conversar com a toda a abertura, inclusive para prescindirmos de alguns dos pontos essenciais da nossa própria proposta.

O Deputado Alvarino Pinheiro já fez aqui referência àquilo que podia ter sido um fácil consenso entre os partidos da oposição, mas se os Srs. tivessem querido podíamos abrir mão de muitas outras coisas e, como também foi muito bem lembrado pelo Sr. Deputado José Decq Mora, a diferença substancial da nossa proposta de diálogo não tinha a ver nem é incompatível com os compromissos do Partido Socialista perante o seu eleitorado, porque não era uma proposta para conversarmos apenas sobre essas duas propostas que estão em cima da mesa para vigorar no ano de 2001. Se fosse só isso os Srs. tinham alguma razão, mas não era, estávamos a falar de uma proposta, como os Srs. muito bem reconhecem, de legislatura.

Assim sendo, os Srs. podiam perfeitamente ter contraposto que este ano não queriam reduzir o IRS e que não queriam aumentar as pensões, consoante compromisso com o vosso eleitorado, mas entravam em negociações e em diálogo para os próximos três anos. É essa questão que os Srs. se esquecem e é aí que os Srs. são apanhados na sua verdadeira intenção, porque quem quer discutir para quatro anos, hoje não é tarde, pelo contrário é muito cedo.

Portanto, a nossa proposta era claramente atempada e o espírito que tem é um espírito claramente construtivo.

Agora, o que nós não podemos é quando eu convido, como já o fiz por carta, não sei se a comunicação social sabe, eu pelo menos não o divulguei, mas hoje é um bom dia para o fazer: eu enderecei uma carta ao Sr. Presidente do Partido Socialista, Carlos César, para conversarmos, no plano partidário, sobre uma matéria que, sendo de âmbito parlamentar, ainda não estava no âmbito parlamentar, que era sobre o sistema eleitoral. Convidei o líder do PS e este remeteu-me para o Grupo Parlamentar. Quando nós convidamos o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo, ficam ciumentos porque nós não convidamos o Partido Socialista.

São desculpas claramente de um partido que se sente musculado com a sua maioria absoluta e não quer verdadeiramente dialogar em matérias tão importantes como aquelas que decorrem da Lei de Finanças Regionais, para as quais a desejável alteração precisa do apoio de outros partidos e na mesma carta que o Sr. Presidente do Partido Socialista diz que não conversa por enquanto comigo, abre a porta para conversar mais à frente.



Assim sendo, quero dizer-vos, em nome do Partido Social Democrata, que o facto dos Srs. começarem a ser caracterizados por dialogarem quando lhes dá jeito e não dialogarem quando não lhe dá jeito, não vai fazer o PSD prescindir do diálogo sobre questões institucionais, mas também vos digo que se continuam por esse caminho nós não vamos também dialogar com o Partido Socialista só quando lhe dá jeito.

Nós não estamos aqui para sermos os restos da vontade, quando não tem possibilidades e precisa de diálogo do Partido Socialista. Não estamos aqui para isso. Nós também temos compromissos com o eleitorado e é justamente quando é preciso prescindir de princípios que é preciso dialogar.

Se o PS não quer conversar em tudo aquilo que tem compromissos, então nós só podemos dialogar sobre aquilo que não está no vosso programa de governo. Isso é pouco e demonstra pouca vontade de dialogar, inclusive sobre o sistema eleitoral e, portanto, os argumentos que os Srs. apresentam para não terem conversado, nem sequer era para chegarem a consenso, porque nenhum partido tem essa obrigação de chegar a um consenso com os partidos da oposição, mas os argumentos que os Srs. apresentam para não se sentarem, humildemente, apesar da maioria absoluta, com o Partido Social Democrata, o Partido Comunista Português e o Partido Popular, são argumentos de quem é meticoloso no processo, exigente processualmente nos processo de diálogo quando tem maioria absoluta e prescinde de todas essas exigências processuais não a tinha.

Portanto, nós estamos aqui perante a seguinte conclusão: o PS não quer dialogar, porque tem maioria absoluta, ao contrário do que diz o Presidente do Governo neste tribuna, que me convidou indelicadamente para ir ao Palácio de Santana, daquela tribuna.

Isto é que é uma forma de desrespeito institucional, dando a ideia aos açorianos que isto era um convite humilde para o diálogo, quando isto decorre duma exigência legal de audição dos partidos da oposição. Isto é que é a verdade.

Quando o Partido Socialista se sente mais forte, musculado pela sua maioria absoluta não tem até agora, depois de já duas tentativas, querido dialogar. Essa é que é a lição, por enquanto, desta legislatura.

Eu faço votos para que o PS mude de estratégia, porque eu já fui convidado de forma que não foi muito correcta e não deixei de conversar com o Sr. Presidente do Governo. Isto é que é realmente o sinal de abertura e o sinal de quem quer realmente dialogar.

A conclusão de três partidos se terem entendido e só o Partido Socialista ficar de fora, significa apenas uma coisa no plano político: o PS tem todo o direito para pedir o que quiser no Parlamento, o PS tem todo o direito de cumprir o mandato e o compromisso que tem com os eleitores, o PS não tem o direito de querer demonstrar que é um partido dialogante quando na verdade não quer dialogar, porque se sente musculado, autoritário e escudado naquilo que diz ser e é, de facto, no Parlamento uma maioria absoluta, mas que não foi tão expressiva no acto eleitoral, quanto os Srs. pensam, contando os votos. Até isso vos devia levar a pensar claramente que era bom dialogar.

E, perante os sorrisos da quarta bancada do Partido Socialista, que está lá atrás, eu já agora quero esclarecer mais um aspecto: na última legislatura o Partido Socialista tinha 24 deputados e o Sr. Presidente do Governo sempre que podia queixava-se do sistema eleitoral, dizendo, muito ao seu jeito, que se fosse em Inglaterra com 45% dos votos tinha uma maioria absoluta. Pois bem, agora lembro eu: se o sistema fosse diferente tinham tido uma maioria por pouco ou se calhar nem a tinham e por isso mesmo, antes e agora, é importante dialogar.

Um governo legítimo, sim. Um governo que tem a legitimidade para cumprir os seus compromissos com o eleitorado, sim. Um governo que quer aprender a imagem de dialogante, não.

Vai ficar provado que a maioria vai fazer deste do governo do PS, pior governo do que o primeiro governo e vai confirmar claramente a minha profunda convicção de que os socialista têm uma clara tendência para piorar com o tempo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Vozes dos deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria aproveitar esta minha segunda intervenção para fazer alguns comentários sobre algumas afirmações que têm sido feitas e alguns problemas que têm sido levantados.

Começava por me dirigir ao meu caro amigo Deputado José San-Bento que veio colocar em boa parte, com generosidade, uma perspectiva que é a perspectiva da JS com o sentido de generosidade e de entrega mas que, na minha opinião e com o devido respeito, se descentrou da matéria que está em discussão, como, aliás, também com o devido respeito, o Sr. Deputado Cabral Vieira também se descentrou da matéria em discussão.

Nós não estamos a discutir a política fiscal de nenhum Estado. Nós não estamos a discutir a orientação global em relação a estas matérias com o Estado, nós estamos a discutir pequenas alterações para compensar uma coisa que se chama custos da insularidade. Nós estamos a procurar encontrar, num quadro global definido, medidas específicas no quadro que a Constituição, o Estatuto e Leis de valor reforçado estabelecem. É isso que está a ser feito. É isso que o Partido Socialista também propôs, embora com outros graus, mas também propôs.

Portanto, nós não estamos aqui a definir a política económica duma coisa que não existe, que é o Estado Açoriano, a política financeira, nós estamos aqui a procurar ver que medidas específicas se podem ou não tomar, se devem ou não tomar no sentido de rectificar, de equilibrar e de compensar pelo facto de estarmos mais longe e de sermos incluídos na economia.

Os discursos feitos, a meu ver, com o devido respeito e sem nenhum gosto da polémica pela polémica, descentram-se desta questão.

Gostava também de lembrar que não é por acaso que o Partido que aqui represento, há muitos anos que levanta estes problemas e levanta-os de forma integrada com outras medidas que também não são de fundo, mas são rectificadores e equilibradoras.

O discurso é que os custos da insularidade vão ser rectificadas e vão ser compensados quando for possível mexer no sistema fiscal. Durante anos ouvimos este discurso.

Nós dizíamos: esse é um instrumento, mas não é o único e é insuficiente e é por isso que naquela tribuna anunciei outras medidas em valorização de outras medidas; é por isso que ao longo dos anos e várias vezes sozinho, o Deputado Paulo Valadão votou algumas medidas, quando liminarmente foram recusadas por todos. Nós colocámos sempre a postura de procurar contribuir para encontrar medidas específicas e não podem ser feitas leitura abusivas disto.

O Sr. Cabral Vieira coloca problemas relativamente ao leque salarial e coloca problemas, de facto, muito sérios, mas não são estas alterações na taxa de incidência do IRS que criaram este problema. O problema é muitíssimo sério, porque hoje a parte do produto que é dedicado ao trabalho é uma parte muito inferior ao que era, por exemplo, no ano de 75 ou 76 que ultrapassava largamente os 50% e que não tem a ver com esta situação e com esta rectificação, mas também temos que perceber as condicionantes do trabalho que temos.

Obviamente que se se criar um quadro legal que nos possibilite mexer nas taxas, nos escalões, reorganizar e procurar introduzir mais alguma justiça, não é por aqui que vai haver oposição. Agora, temos é que ter a dimensão rigorosa do que estamos a falar e estamos a falar de algumas medidas para compensar custos acrescidos gerados pela insularidade. Estamos a falar de algumas medidas para compensar custos acrescidos gerados pela insularidade.

Estou a repetir a frase pelo facto do ilustre deputado do Partido Socialista, Fernando Lopes estar a dizer que não com a cabeça, contra aquilo que é a orientação do seu partido. O seu partido variou apenas na incidência e não na filosofia. Essas medidas existem, foram criadas e foram votadas com este sentido. Aliás, a primeira medida que se toma, o Partido Socialista entrou naquilo que na altura foi chamado, pela bancada que então era maioria, por “maioria espúria”.

Foi o primeiro ensaio que se fez nestas matérias e o Partido Socialista entrou efectivamente nessa procura. Penso que é bom fazer estas rectificações para não distorcer o seu discurso.

Também quero dizer que farei oportunamente a devida apresentação da iniciativa que nós já apresentámos referente àquilo que consideramos ser necessário para a remuneração complementar.

Essa iniciativa pode não ter agora efeito, mas ela vai ter um efeito, ou seja, vai fazer com que a discussão das medidas específicas para compensar os custos da insularidade e a sua actualização continue na ordem do dia.

Mantemos a iniciativa exactamente para procurar esse efeito político.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Dizia o Sr. Deputado José Decq Mota, há bocadinho, que é necessário termos a dimensão rigorosa do que estamos a falar e é exactamente sobre esta matéria que eu queria dirigir algumas palavras e fazer algumas observações relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado Victor Cruz,

A questão do convite, Sr. Deputado, pode estar aqui em discussão e o Sr. inteligentemente, reconheço, querer fazer ver o grande cavalo de batalha do PSD nesta matéria, mas não é isso que estamos a discutir aqui.

Eu recordo que a sua intervenção foi toda, toda, todinha sobre a questão do convite.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Sem qualquer cabimento!

**O Orador:** Portanto, não é esta a questão que estamos aqui a discutir. Se o Sr. quiser discutir esta matéria, fica a discuti-la sozinho porque por aí eu não vou.

**Deputado Victor Cruz (PS):** Ah, falta-lhe resposta!

**O Orador:** Não falta resposta, Sr. Deputado. Eu já disse tudo, naquela tribuna, o que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tinha a dizer em relação a essa matéria.

Quanto à Sra. Deputada Berta Cabral, não é pelo facto da Sra. teimar que as propostas não imprevidentes, não são irreflectidas e não são mal pensadas que elas, infelizmente para si, deixarão de ser imprevidentes, irreflectidas e mal pensadas. São-no efectivamente.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Também não é por afirmar que o são!

**O Orador:** Portanto, quanto à questão da adjectivação, V. Exa. mostrou-se particularmente sensível a esta matéria, aliás, contrariando alguma da prática e da prosa com que nos tem brindado em numerosas ocasiões aqui nesta Assembleia e fora dela.

V. Exa., Sra. Deputada, cometeu também uma imprecisão: a Lei de Finanças Regionais não diz 30% de diferenciação e de redução para todos por igual. A Lei de Finanças das Regiões Autónomas não diz isso. Foi um lapso da sua parte e acredito que tenha sido um lapso, mas de qualquer das formas, Sra. Deputada, a questão e a diferença está exactamente aqui, porque enquanto os Srs. consideram que, pelo facto da Lei de Finanças das Regiões Autónomas referir 30%, esta Assembleia está obrigada a reduzir 30%. Nós entendemos que não. Entendemos que a autonomia é exactamente isso e pelo facto da Lei dizer 30%, nós temos o dever para com o povo açoriano de pensar e gerir cuidadosamente esta possibilidade que a lei nos confere.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** É uma opção!

**O Orador:** Exactamente, Sr. Deputado, é entre uma opção autonómica e não autonómica.

Quanto à questão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, Sra. Deputada Berta Cabral, V. Exa. está a confundir as coisas. Aliás, concedo-lhe que mais uma vez por lapso V. Exa. tenha atribuído e paternidade única e exclusiva da Lei de Finanças das Regiões Autónomas ao PS. A Lei foi negociada pelo Governo da República do Partido Socialista, mas foi também aprovada, e isso sempre foi reconhecido, pelo PSD...

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Com uma iniciativa de quem?!

**O Orador:** ... e, portanto, num excesso de crítica e em relação a outros partidos. Em relação a estas críticas V. Exa., num excesso de zelo, terá cometido um lapso.

Em relação à questão de impostos, gestão da coisa pública, Sra. Deputada Berta Cabral, V. Exa. percebeu exactamente aquilo que eu queria dizer, ou seja, é que na gestão, na actuação do Governo, na gestão da coisa pública, na definição daquelas que devem ser as áreas primordiais para apoiar ou para deixar de apoiar e na concessão da determinação dos apoios, Sra. Deputada, os impostos têm aqui um papel que V. Exa. pode considerar modesto, mas têm um papelzinho a desempenhar aqui ou não tem? Penso que têm e é exactamente nesta matéria que eu digo e que entronca a circunstância do facto de discordância entre PS, PSD, PCP e PP.

**Deputado Berta Cabral (PSD):** Discordância, sim!

**O Orador:** Discordância, exactamente, mas é para esta matéria.

Por esta razão nós entendemos que, apesar da faculdade que nos é concedida pela lei, existem aqui outros interesses que devem ser tidos em conta.

Com esta obsessão da lei fixar 30% e, portanto, termos que reduzir 30%, é o mesmo que dizer, Sra. Deputada: se tivesse um milhão de contos para lhe dar, V. Exa. sentir-se-ia na obrigação de gastar um milhão de contos?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira

**Deputado Cabral Vieira (PS):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar eu gostaria de complementar a minha intervenção anterior dizendo que, apesar do aumento das desigualdades salariais, as desigualdades de consumo não são maiores, porque existe um sistema de tributação progressivo que permite algumas transferências de rendimento inter-agentes, senão seriam abismais, apesar de serem extremamente grandes.

Em segundo lugar queria dizer ao Sr. Deputado José Decq Mota que respeito a sua posição dizendo que eu eventualmente me desviei do assunto. Tenho que respeitar a sua opinião, mas considero que não foi assim, porque apenas levantei um problema que me tem preocupado, que tem estado no centro das minhas atenções durante muitos anos e foi por isso que o trouxe aqui. É um problema que não tem sido muito debatido em Portugal, tirando 4 ou 5 pessoas que têm debatido isso com alguma profundidade, mas que deveria ser.

Efectivamente as desigualdades salariais têm aumentado - e disse que não conhecia o fenómeno na Região, mas penso que deve seguir o que se passa a nível nacional - e é um problema que advém normalmente do funcionamento do mercado de trabalho, porque os patrões podem pagar mais a quem quiserem e normalmente pagam mais àqueles que têm maiores habilitações literárias. Isto advém do próprio processo tecnológico.

Isto não resulta da tributação da redução fiscal. O que eu digo é que a redução fiscal vem eventualmente agravar esse problema.

Relativamente ao problema da distribuição entre capital e trabalho, tem razão naquilo que disse. Eu não estava a falar nessa área, mas reconheço o valor da sua observação. Eu estava a falar mesmo dentro da distribuição do trabalho, que a distribuição tem vindo a tornar-se cada vez mais desigual.

Finalmente eu deixei aqui uma questão que, segundo me parece, não foi respondida e gostaria de, pelo menos, ter uma resposta a esse nível.

O levar a redução fiscal até ao máximo permitido pela Lei de Finanças Regionais é justo, é injusto? Aumenta ou diminui as desigualdades?

Eu queria ainda perguntar o seguinte: será que os custos da insularidade são superiores para aqueles que têm mais dinheiro? É essa a questão de fundo.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É para, Sr. Presidente, prestar um pequeno esclarecimento e se não for abuso pedir três.

O esclarecimento que eu gostava de prestar vem na sequência da primeira parte da intervenção do Sr. Deputado Victor Cruz, que saúdo e inclusive já tinha algumas saudades de ouvir a sua voz neste plenário...

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Muito obrigado!

**O Orador:** ... e gostava de começar por lhe dizer, Sr. Deputado, que ainda bem que V. Exa. se lembrou de falar, porque efectivamente há um ano e pouco eu, em nome do Governo, falei consigo e com o Partido Social Democrata e falei com o Partido Comunista Português, quer através do seu então líder partidário, quer do Sr. Deputado José Decq Mota, quer do Sr. Deputado Paulo Valadão no sentido de tentarmos encontrar um consenso nos diplomas relativos a estas matérias de insularidade e que tinham a ver basicamente com diplomas que o Governo e o PCP tinham sobre as três áreas que acabaram por ser contempladas, independentemente do nome que cada um as designava, ou seja, complemento de rendimento para os reformados e pensionistas e remuneração complementar. O Partido Social Democrata tinha, se não estou em erro, um diploma apenas na área da remuneração complementar.

O Partido Popular não tinha, na altura, nenhum diploma sobre estas matérias e por isso mesmo o Governo não falou com ele.

Essa conversa, Sr. Deputado Victor Cruz, não surgiu a escassas horas da discussão dos diplomas, mas sim na semana anterior ao plenário. Essa conversa foi estabelecida e decorreu alguns dias.

Também devo dizer, em nome da verdade histórica, que se não foi possível encontrar um acordo quando havia na prática pequeníssimas diferenças entre a últimas propostas do Governo, incluindo aquela que acabou por ser aqui apresentada e algumas das propostas da oposição, não foi, dizia eu, e é bom que isso fique registado, por causa do Partido Comunista Português, mas sim, claramente, por causa do Partido Social Democrata. Aliás, depois disso voltei a falar neste Câmara e lembro-me, Sr. Deputado, que me disse que a nossa proposta tinha sido apresentada à última da hora, em cima da data e que, por via disso, não era muito possível chegar a qualquer entendimento.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Não é verdade!

**O Orador:** É verdade, Sr. Deputado, e chegou a dizê-lo aqui neste plenário e certamente os diários registaram isso.

Por essa razão, como é de calcular, que dizer então duma proposta apresentada, no caso do Governo, como sabe V. Exa. entregou-me a mim por volta da 7 horas para irmos a uma reunião às 11, onde à partida e como estava previsto estes mesmos diplomas seriam discutidos.

Gostaria também de pedir três esclarecimentos, dois ao PSD, talvez à Sra. Deputada Berta Cabral e um ao PCP, eventualmente ao Sr. Deputado José Decq Mota.

À Sra. Deputa Berta Cabral queria perguntar o seguinte, declarando desde já que percebi, e há uma parte em que concordo consigo, mas penso que há efectivamente aqui algumas diferenças de princípios entre o Partido Social Democrata, o Governo e o PS. Obviamente penso que, e julgo que as suas intervenções reflectem a ideia geral do PSD/Açores, há nesta matéria uma postura mais liberal do que a nossa.

Gostava também de lhe perguntar o seguinte:

**Presidente:** O seu tempo está a chegar ao fim, Sr. Secretário.

**O Orador:** A conversão do PSD nesta matéria é recente e, portanto, havendo o hábito, embora negativo, gostava que a Sra. Deputada, se pudesse, me explicasse o que é que fazia com que o seu partido dissesse e caracterizasse esta medidas em 93 por despesismo, veleidades? Porque é que, embora por largo tempo V. Exa. tenha tido responsabilidades governativas numa área directamente ligada a isso, só recentemente que o PSD se converteu a essas posições?

E já agora, gostaria também de lhe perguntar, - e sei que o PSD é um partido recente e sem família europeia, mas é inegavelmente um partido de dimensão nacional – qual é a posição nacional do PSD sobre estas matérias dos custos da insularidade? Isto porque, quer através de V. Exa., quer através de outros dirigentes do seu partido e do seu Grupo Parlamentar, o PSD/Açores diz uma coisa, enquanto, por exemplo, o PSD/Madeira diz exactamente ao contrário, diz que isto são loucuras e não vai por aqui?

Sr. Deputado José Decq Mota, muito rapidamente gostava de lhe pedir o seguinte esclarecimento:

Sei que o PCP já entregou um Projecto de Decreto Legislativo Regional relativo à remuneração complementar, mas a prioridade política, digamos assim, é efectivamente sobre a baixa de impostos. Sei que é uma baixa pequena, gradual, mas a verdade é que todos sabemos que temos taxas progressivas e sabendo que só podemos fazer, neste momento, reduções proporcionais, isto necessariamente leva a que se beneficie aqueles que mais ganham, que são obviamente aqueles que mais pagam impostos.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional, chegou ao fim do seu tempo.

**O Orador:** Termina já, Sr. Presidente.

Devo-lhe confessar que não vejo muita facilidade em compaginar isso com aquilo que julgo ser o essencial ao nível da concepção de justiça social do seu partido.

Ainda fiquei um pouco mais preocupado quando V. Exa. disse que uma das razões fundamentais por que o seu partido apresentou o diploma da remuneração complementar era, além do mérito intrínseco da proposta, o facto de obrigar este Parlamento ouvir os Sindicatos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo:

É apenas, Sr. Deputado Decq Mota, para registar com apreço que o Sr. reconhece pertinência às matérias que a JS trouxe aqui ao debate.

Penso que tem toda a razão, precisamente pela perspectiva geracional com que nós nos colocamos, uma vez que um dia alguém vai ter que pagar a dívida pública e vai ter que resolver esse problema.

Não sei quando é que voltaremos a ter um governo como o Governo do PS a nível nacional que nos deu a ajuda e que alguns parecem agora desperdiçar.

*(Apartes inaudíveis das bancadas do PSD e do PP)*

**O Orador:** Não se exaltem!

Em relação à sua lição de sapiência, se me permite, eu pessoalmente dispenso-a.

É verdade que os parlamentos foram criados, com certeza, para fiscalizar os Governos, mas também foram feitos para fazer orçamentos e criar impostos, ou seja, nós estamos aqui a falar da desoneração do imposto directo sobre o rendimento, o que pode ser feito em qualquer país da União Europeia e pode ser feito nos Açores. Temos essa perspectiva e falei disso. Estamos a falar de orçamentos desequilibrados e eu falei disso e este Parlamento também se pronunciou sobre orçamentos. Portanto, não vejo onde é que queria chegar com a sua afirmação.

Em relação ao papel do Estado que o Sr. também invocou, nós estamos a falar aqui da atitude dum governo numa região ultra-periférica, com uma componente arquipelágica que necessita obviamente dum forte componente do Governo, necessita de muitos recursos para precisamente poder desenvolver numa forma harmónica, uma vez que certas ilhas não têm condições para poderem criar fenómenos de economia de escala e afins, necessita de recursos e tem que ter da parte das forças políticas uma perspectiva de como encarar essa situação, de como resolver assimetrias. Falei foi disso.

Portanto, considero que o Sr. não tem razão quando invoca o meu distanciamento em relação aos assuntos que eu referi aqui na minha primeira intervenção.

Era apenas isto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** É para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começava exactamente por agradecer ao Sr. Deputado Cabral Vieira o esclarecimento que me prestou há pouco num pormenor que efectivamente não tinha percebido com rigor, mas queria dar a opinião de que o facto hoje, dentro do campo do trabalho, haver uma distribuição mais injusta tem a ver com fenómenos ligados ao agravamento do grau da exploração da força do trabalho e com uma modelação diferente feita nessa situação.

Em relação ao meu caro Deputado José San-Bento eu queria apenas repetir e frisar que a intervenção que fez era uma intervenção que estava descentrada da natureza das medidas que estavam a discutir.

Não foi lição nenhuma de sapiência, porque eu não tenho sapiência nenhuma para dar a ninguém, agora nunca deixarei de dar opinião sobre os assuntos aqui debatidos. Aí o Sr. pode estar absolutamente seguro.

Em relação ao Sr. Secretário Regional, Francisco Coelho, o Sr. faz também uma pergunta um pouco com aquele ar de quem diz: bem, agora é que o entalei!

*(Risos dos deputados da bancada do PSD)*

Eu gostava de lhe responder muito descontraidamente o seguinte:

No dia que apresentei naquela tribuna o Projecto de Decreto Legislativo, agora em discussão sobre o IRS, apresentei também naquela tribuna, a intenção de outras medidas.

Bom, o Sr. pode perguntar-me agora por que é que não apresentou logo as medidas. Eu explico: porque naquele momento tínhamos que apresentar aquele Projecto, porque a nossa ideia era

podermos contribuir para a possibilidade de ser criado um consenso alargado, incluindo a área do Governo, e o nosso Projecto era o que criava uma perspectiva de legislatura e o Governo não quis perceber isso.

Por isso é que, em termos de tempo e sempre antes do orçamento, houve este pontuar. Portanto, não há aqui outra razão a não ser esta.

Nós temos a perspectiva da criação dum diálogo muito alargado nestas matérias dos custos da insularidade e das medidas específicas para combate aos custos da insularidade. Nós procurámos fazer esse exercício e não recebemos nenhum eco desse esforço. Foi essa a razão.

Queria dizer ainda ao Sr. Deputado Cabral Vieira o seguinte:

Nós nunca nos colocámos nestes anos todos de história,...

**Presidente:** Sr. Deputado, o seu tempo está a chegar ao fim, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Termine já, Sr. Presidente.

... nunca colocámos esta questão da taxa de incidência como medida única. Colocámos sempre apresentando outras medidas para não haver efectivamente agravamento das situações de diferença de rendimentos. Essa foi e é sempre a nossa preocupação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, apesar de usar da palavra para uma segunda intervenção, queria dizer o seguinte:

Sr, Deputado Vasco Cordeiro, eu quero dizer-lhe que falei sobre uma questão e não foi por receio que não falei de qualquer outra, mas sim porque a Sra. Deputada Berta Cabral, na minha opinião, já tinha falado inteligentemente sobre o resto.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Na sua opinião!

**O Orador:** Estou aqui para dar a minha opinião, a de mais esses e de mais alguns, pelos vistos, que estão aqui deste lado.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro falou, daquela tribuna, nas questões políticas que envolvem este diploma, que são importantes, porque revelam um estilo e, portanto, inseriu no debate esse problema. Estou a referir-me a ele e devo dizer-lhe que fico de certa forma contente e feliz por o meu amigo, Sr. Deputado, não ter respondido a nada do que eu disse, porque, de facto, o que eu disse não tem mesmo resposta.

Sr. Secretário Regional, obrigado por ter saudades parlamentares de mim. Creio que não tem saudades políticas de mim, porque tem estado muito activo.

Quero dizer-lhe que há uma diferença entre o exemplo que deu e aquilo que eu disse, porque, pese embora poder ser mais cedo ou mais tarde o convite para o diálogo, eu dialoguei com o Governo quando o Governo era minoritário. Não chegámos a nenhuma conclusão, mas foi justamente isso que acentuei e que critico ferozmente em relação à posição do Partido Socialista e do Governo, porque não era obrigado a chegar a um consenso com o PSD, com o PP e com o PCP, agora não quis sequer tentar qualquer consenso.

Se o Sr. acha que é tarde, se acha que foi em cima da hora, se acha que o nosso convite não tinha qualquer intenção construtiva, lanço-lhe um desafio: o Partido Socialista vai chumbar a redução do IRS do PSD, chumbando uma proposta para 2001. Faltam três anos e pergunto se quer dialogar com o PSD para encontrar uma plataforma sobre a redução fiscal para os próximos três anos?

Eu estou disponível e espero que o Governo esteja.

**Vozes dos deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**O Orador:** Não vai dizer que não é construtiva nem que não vem a tempo, porque tem mais ou menos um ano para pensar nela.

Eu fico à espera da resposta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas mais dois comentários sobre a segunda vez que o Sr. Secretário fala na posição nacional do PSD:

Sabe o que é que me preocupa? Não é estar sempre de acordo com a posição do PSD da Região Autónoma da Madeira.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho):** Fico satisfeito!

**O Orador:** Nós temos essa virtude, porque somos, no quadro da Lei e da Constituição, autónomos do Estado Português, mas também somos autónomos da outra região autónoma.

A mim o que me interessa – e devo dizer-lhe que este processo está adiantado e muito bem encaminhado – é a posição do PSD nacional sobre, por exemplo, a revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Devo dizer-lhe que sobre este assunto estou e estamos a trabalhar. Já tivemos várias reuniões, vamos continuar a trabalhar e está tudo muito bem encaminhado e neste processo os Srs. vão precisar do Partido Social Democrata.

Agora, e com isto termino, a situação é a seguinte: o moral da história é este:

Sempre que o Governo Socialista, presidido por Carlos César, com maioria absoluta, convidou, depois das eleições regionais de 2000, o líder do Partido Social Democrata, e o Partido Social Democrata nós dissemos que sim. Sempre que o PSD convidou o Partido Socialista, o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Partido Socialista, o Governo e o seu Grupo Parlamentar disseram que não. É isto que os açorianos precisam de ir sabendo.

Vamos ver daqui para a frente se os Srs., como sinceramente espero, mudam de opinião.

Muito obrigado, Sr. Presidente

**Vozes dos deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral para esclarecimentos.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José San-Bento.

Quero-lhe dizer uma coisa e acredite que é com toda a sinceridade.

Eu respeito a posição da esquerda assumida. Foi isso exactamente o que eu quis dizer aquando da minha intervenção.

Percebo perfeitamente que as pessoas tenham pontos de vista diferentes e respeito esses pontos de vista. O que é mais difícil depois respeitar, e isso não se refere a si, são os argumentos uma vez a favor, outra vez contra teorias pseudo-liberais com, ao fim e ao cabo, políticas centralistas subjacentes e encapotadas. Isso é que é mais difícil.

Portanto, em relação a si digo-lhe desde já que respeito as posições de esquerda assumida. Conheço mais ou menos o suficiente para saber que é sincero nisso.

Em relação às cartas que aqui recebemos ou não recebemos para prosseguir a redução do IRS, eu penso que todos recebemos o caderno reivindicativo da CGTP e que diz, em determinado momento, o seguinte:

“Considerando ainda que os trabalhadores nos Açores recebem, em média, menos 10 a 12% que os seus equivalente profissionais no Continente, devem juntar-se à seguintes reclamações específicas junto das instituições e do Governo Regional o prosseguimento da diminuição percentual da cobrança do IRS, contemplada na Lei de Finanças Regionais, já que não se registou em 2000 uma diminuição, mas antes um crescimento das receitas fiscais cobradas na Região e tendo em conta ainda que são os trabalhadores por conta de outrem aqueles que mais continuam a descontar.”

**Deputado José San-Bento (PS):** Que data tem essa carta?

**A Oradora:** A carta é de 12 de Fevereiro de 2001.

**Deputado José San-Bento (PS):** Foi esta semana. Lembraram-se a tempo!

**A Oradora:** Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é bom que se diga que o impacto orçamental da redução que estamos a propor é de 10% de um imposto que tem 17 milhões de contos de cobrança. Portanto, estamos a falar aqui, mais coisa menos coisa, de 1,7 milhões de contos e quando eu digo mais coisa menos coisa é porque sei que a distribuição não é igual nem equitativa, mas também sei que ninguém aqui, nem lá fora sabe qual é a distribuição e é por isso que vos digo que é mais ou menos 1 milhão e 700 mil contos, num orçamento que já se sabe é de 150 milhões de contos de despesas correntes e de investimento e que em contas de ordem vai superar os 200 milhões de contos.

Portanto, estamos a falar duma insignificância que qualquer execução inferior a 100% já resolve. Vamos ter também a noção do que é que se está a falar e em termos relativos isto não é importante



no orçamento da Região. É importante se quiseram gastar mais aqui ou mais acolá, mas aí os contribuintes têm a prioridade. É essa a minha opção.

**Presidente:** Sra. Deputada, agradecia que concluísse o seu raciocínio.

**A Oradora:** Vou terminar já, Sr. Presidente.

Têm prioridade, porque até os trabalhadores que subscrevem isto sabem que a receita fiscal não diminuiu. Muito melhor sabe o Sr. Deputado que a receita fiscal não diminuiu.

Sr. Presidente, tenho ainda um esclarecimento a fazer ao Sr. Secretário Regional. Queria saber se o Sr. me permite fazê-lo agora, ou sento-me e volto a pedir a palavra? Deixo à sua consideração.

**Presidente:** Uma vez que o Sr. Secretário Regional Adjunto também ultrapassou um pouco o seu tempo, a mesa é condescendente e permite que termine com mais esse esclarecimento. Uma vez que temos que fazer um intervalo daqui a pouco, agradecia que fosse breve.

**A Oradora:** Prometo que vai ser muito breve, Sr. Presidente.

Em relação à segunda questão da autonomia o Sr. Presidente do Partido Social Democrata já respondeu e eu apenas digo-lhe que nós não precisamos de nos afirmarmos como o partido da autonomia, porque nós somos o partido da autonomia reconhecido por todos e, portanto, não temos que afirmar isso. Isso é um dado adquirido. Isso é intrínseco à natureza do Partido Social Democrata. Somos autónomos, como já foi aqui dito e muito bem, em relação à República e em relação às outras regiões autónomas.

Em relação à primeira pergunta que me pôs sobre aquilo que em pensava em 96 e aquilo que eu pensava em 2000.

Sr. Deputado, eu tive responsabilidades e não costumo invocar isso nesta Casa. Não se contam pelos dedos as vezes que eu aqui disse que fui ou deixei de ser fosse o que fosse, mas fui, de facto, Secretária Regional das Finanças em 1996.

Tive responsabilidades e com muita honra lhe digo que as despesas correntes cresceram, com excepção dos encargos da dívida, 6,1% em 1996, relativamente a 1995. Em 2000, relativamente a 96, o crescimento médio é de 10,9%. Está explicado.

A minha preocupação foi, de facto, levada à prática em 1996 relativamente à contenção das despesas correntes, para já não falar em processos de privatização e em processos de transferência de tarefas da Administração Regional que passaram para a iniciativa privada.

Foi uma política assumida. Pode-me dizer que nem sempre foi assim. Não estou preocupada com isso, estou preocupada é com o presente e já que me falou de 96 tenho muito honra nele e digo-lhe com toda a sinceridade que foi o ano que mais se fez em matéria de privatizações. Foi o ano que mais se fez em matéria de contenção de custos nesta Região.

Muito obrigado

**Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro para esclarecimentos e depois faremos um intervalo.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, eu penso que tenho direito a uma segunda intervenção, uma vez que apenas prestei esclarecimentos ao Sr. Deputado Victor Cruz e à Sra. Deputada Berta Cabral.

**Presidente:** Sr. Deputado, do ponto de vista da Mesa terá feito já a sua segunda intervenção, uma vez que não anunciou que era um esclarecimento.

**O Orador:** Para dar esclarecimentos e pedir esclarecimentos.

Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Duas questões muito breves:

Em primeiro lugar, em relação àquilo que a Sra. Deputada Berta Cabral referiu e a uma certa imagem que se quer fazer passar de que ao apresentar as propostas que apresentaram, nomeadamente o PSD, invoca sempre como a defesa dos contribuintes e a defesa dos interesses dos contribuintes, quero-lhe dizer o seguinte: reconheça ao menos que a forma que os Srs. optaram não será a única possível para defender o rendimento das famílias açorianas e também reconheça que os Srs. não têm, de forma nenhuma, o exclusivo da defesa desse rendimento e também o desejo de que

os açorianos vivam melhor. Os Srs. optam é por um caminho que, em nosso entender, não é o caminho correcto nesta fase.

Em segundo lugar, e em relação ao Sr. Deputado Victor Cruz, eu gostaria de lhe dizer apenas o seguinte:

Não lhe respondi em termos muito concretos, conforme já tive oportunidade de lhe dizer, porque já tinha dito dali da tribuna o que havia a dizer. Não presuma que as suas observações não têm resposta. Têm resposta, mas o que aconteceu foi que me antecipei às suas observações e respondi-lhe anteriormente, mas há uma parte que me parece importante, Sr. Deputado, realçar:

Não é correcto que se diga que sempre que o Partido Socialista foi convidado pelo PSD para dialogar se negou ao diálogo e o Sr. sabe perfeitamente que isso não é verdade, porque aquilo que se passou em relação ao sistema eleitoral e o Sr. se vir bem a carta que o Presidente do Partido Socialista lhe enviou, o que se remete é para o Grupo Parlamentar do PS e, já agora, porquê? Porque o Grupo Parlamentar do PS já tinha avançado com uma proposta nesta matéria.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Isso é irrelevante. Não se pode falar?

**O Orador:** Não é irrelevante. Pode-se falar e tanto se pode que V. Exa. efectivamente convidou e tanto se pode falar que o Partido Socialista não se negou ao diálogo,...

**Deputado Victor Cruz (PSD):** Negou!

**O Orador:** ... remeteu para o Grupo Parlamentar do PS que já tinha uma proposta apresentada nesta matéria em termos de metodologia para tratar da revisão do sistema eleitoral.

Não é verdade que sempre que fomos convidados nos tenhamos recusado ao diálogo. Desta vez e em relação a esse episódio não nos furtamos ao diálogo, porque nem sequer fomos convidados para isso.

O Grupo Parlamentar do PS e o Governo recusaram essa questão pelos motivos que já foram expressos.

V. Exa. avançou também com a questão de que o Partido Social Democrata pode não estar disposto a dialogar com o PS quando o PS quiser. Muito bem, Sr. Deputado, mas a questão é tão simples que se pode colocar ao contrário, ou seja, o PS não está é obrigado a dialogar com o PSD quando vos der jeito. Sobre esta questão é bom que V. Exa. fique bem ciente disso.

Eu registo, e por agora fico-me apenas pelo registo, de que houve desejo de V. Exa. de falar com o Partido Socialista e com o Governo a propósito da redução de impostos e de nesta fase querer já que o Partido Socialista e o Governo falem convosco em relação à redução de impostos. Foi o que V. Exa. disse em resposta ao Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Em relação a esta matéria registo apenas esse sequioso desejo de ter que falar nesta fase de impostos, para evitar, talvez, sair deste aperto em que os Srs. se meteram.

Muito obrigado.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Vocês querem, mas não demonstram!

**Presidente:** Srs. Deputados, temos mais três Srs. Deputados inscritos, mas entretanto entrou na Mesa um requerimento que diz o seguinte:

“Ao abrigo das disposições regimentais, requero a V. Exa. que se passe à votação na generalidade dos diplomas em apreciação”.

Este requerimento é assinado pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PP.

Perante isto e perante o nosso Regimento o requerimento sendo admitido, e não há nenhum motivo para o não ser, é imediatamente votado sem discussão, conforme estipula o artigo 107º. É isso que a Mesa vai fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no uso das disposições regimentais, requer um intervalo de 15 minutos, que julgo ainda ter direito.

Muito obrigado.

**Presidente:** É regimental. Fazemos um intervalo de 15 minutos.

*(Eram 18 horas e 45 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

*(Pausa)*

Estão reabertos os nossos trabalhos.

*(Eram 19 horas e 15 minutos)*

Como eu tinha anunciado temos na Mesa um requerimento, apresentado pelo PP, propondo que se passe imediatamente à votação na generalidade dos diplomas em apreciação, e nos termos regimentais vai ser imediatamente posto à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** O requerimento foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Isto significa que vamos passar de imediato à votação na generalidade e vamos votar o Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PSD, - Adaptação do sistema fiscal nacional, redução das taxas nacionais sobre imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – IRS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projecto de Decreto Legislativo Regional - Adaptação do sistema fiscal nacional, redução das taxas nacionais sobre imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – IRS, foi, na generalidade, rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD não diz que defende os contribuintes, o PSD demonstra por palavras e actos que defende quem trabalha e quem é contribuinte.

Foi assim na anterior legislatura com a aprovação da redução do IRC e do IRS por todos os partidos da oposição e também do PSD, mas lembre-se, com os votos contra do Partido Socialista.

Para o PSD o indivíduo e as empresas estão no centro das nossas preocupações e são a razão de ser da nossa actuação.

Defendemos uma classe média ampla, esclarecida sem dependências do orçamento público.

Os trabalhadores por conta de outrem, principais beneficiários da nossa medida, mereciam ser compensados pelos sobrecustos de insularidade dentro do limite previsto na lei, aliás, já em vigor no IVA e no IRC.

Foi o PSD quem reduziu em 30% o IVA em 1987.

Foi o PSD, o PP e o PCP que reduziram em 1999 o IRC e no mesmo ano e no ano subsequente o IRS em 20%.

Com o PSD no Governo, foi possível reduzir o IVA.

Com uma maioria relativa do PS foi possível reduzir o IRC e o IRS em 20% neste último caso.

Com uma maioria absoluta do PS não é possível continuar o esforço de despenalização fiscal previsto na lei em matéria de IRS.

Continuamos a secundar o Presidente do Grupo Parlamentar do PS na sua afirmação de que o sistema deve ser usado em tudo aquilo que permite. O PS, pelo contrário, e o governo privilegiam a despesa pública em detrimento do bem estar privado dos açorianos.

Muito obrigado.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Passamos agora à votação na generalidade do Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo CDS/PP, denominado – Adaptação do sistema fiscal nacional – redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – IRS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projecto de Decreto Legislativo Regional - Adaptação do sistema fiscal nacional – redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – IRS, foi rejeitado, na generalidade, com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

**Presidente:** Passamos de imediato à votação do Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo Partido Comunista Português, - Adaptação do sistema fiscal nacional – redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – IRS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projecto de Decreto Legislativo Regional - Adaptação do sistema fiscal nacional – redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares – IRS, foi rejeitado, na generalidade, com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve declaração de voto conjunta sobre estes três diplomas agora rejeitados.

A apresentação pela parte do Grupo Parlamentar do PCP, do diploma sobre a redução das taxas do IRS, correspondeu a um esforço de dar continuidade a uma política que, sempre que associada a outros instrumentos, demonstrou ser uma política adequada da correcção das desigualdades que resultam dos custos introduzidos pela insularidade.

O facto do Grupo Parlamentar do PCP ter, na generalidade, votado a favor das propostas do PSD e do PP, que são propostas à partida diferentes, resulta duma situação clara e objectiva, comprovada na prática de que teria havido a possibilidade, se tivessem passado na generalidade, de se encontrar uma proposta para a legislatura que poderia, efectivamente, ter servido bem os interesses dos açorianos.

Assim não aconteceu, é pena.

Fica o registo, mas o futuro não acabou hoje.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação à votação que concluímos e em relação às matérias, numa apreciação global dessa votação em relação às três propostas, quero salientar essencialmente dois aspectos:

O primeiro dos quais é que o PS posicionou-se nesta questão e em relação à discussão destas matérias com todo o à vontade, com toda a consciência, rebatendo argumento por argumento as questões que foram apresentadas e os supostos fundamentos que foram apresentados pelos partidos proponentes. Se mais não se discutiu não foi por nossa vontade.

Em relação a algumas das observações que aqui foram feitas, votámos contra as propostas apresentadas pelo PSD, pelo PCP e pelo PP.

É abusivo afirmar-se, como já se afirmou, que o PS é contra a redução de impostos em termos absolutos, como aqui foi feito.

O sentido da votação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista traduz-se no cumprimento, também aqui nesta Câmara já expresso, de um compromisso eleitoral e duma posição eleitoral que foi perfeitamente clara e que importava, em coerência e em consciência, manter firme nesta altura.

Foi este o nosso sentido de voto. Foram estas essencialmente, entre outras, as razões que justificaram o nosso voto contra as três propostas aqui apresentadas.

Obrigado.

**Presidente:** Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular votou favoravelmente, na generalidade, as três propostas em apreciação, porquanto tinham um denominador comum que era o de, efectivamente, dar continuidade a uma política de redução fiscal na Região Autónoma dos Açores, no quadro da Lei de

Finanças Regionais e prosseguindo um conjunto de políticas que inquestionavelmente constituíram as principais medidas da última legislatura da Assembleia Regional dos Açores.

O Partido Popular congratula-se com o facto de, partindo de propostas distintas, os três partidos da oposição terem sido capazes de demonstrar nesta Assembleia que, pondo acima de tudo o interesse dos açorianos e tendo em conta o objectivo comum do combate dos custos da insularidade, eram capazes de na especialidade apresentar soluções consensuais e que iriam ao encontro das expectativas criadas pelos açorianos.

Infelizmente também ficou demonstrado que o Partido Socialista não teve a abertura para dialogar com os proponentes destas iniciativas, na óptica da obtenção duma solução para a legislatura.

O debate foi claro quanto ao facto do Partido Socialista não ter conseguido minimamente rebater os argumentos apresentados pelos partidos proponentes e, por outro lado, também foi claro o facto do Partido Socialista não ter uma política própria neste domínio, deixando, de facto, em aberto a certeza de que os partidos da oposição já conseguiram que os açorianos, apesar de tudo, por aprovação de diplomas, o ano passado beneficiassem duma redução fiscal da ordem dos 20% e a única certeza eventual que nos fica é que, no interesse e na medida do Partido Socialista, o máximo que uma redução fiscal poderia atingir seria os 10%.

Hoje ficou reafirmado que o Partido Socialista não sabe claramente que compromisso é que tem com os açorianos nesse domínio, na medida em que repetidamente alega que tem um compromisso, não o assume em relação a 2001, nem dá nenhuma indicação daquilo que pretende fazer até 2004.

**Presidente:** Parecendo não haver mais declarações de voto, vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos - **Projectos de Decreto Legislativo Regional do PSD e do PP – Revisão do montante de pensão.**

Como fizemos relativamente ao ponto anterior vou dar a palavra a um dos subscritores do Projecto do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Discutimos hoje na Assembleia Legislativa Regional, entre outros, o Projecto de Decreto Legislativo Regional do PSD que promove a primeira alteração ao diploma que criou o complemento mensal de pensão para os pensionistas e reformados com residência permanente na Região Autónoma dos Açores.

Fazem os proponente, também hoje, uma segunda apresentação dos mesmos em jeito de preparação e entrada para o seu debate.

Não nos admiramos pois da insistência e da repetição dos bons argumentos que justificaram e justificam a iniciativa legislativa do PSD e, para não ser egoísta e parcial, também a do Partido Popular.

Para o Partido Social Democrata a justiça social é uma prioridade na política, de promessa e de acção solidária sobretudo para com os mais desprotegidos.

Aliás, para nós é um imperativo político concretizar uma estratégia de melhoria sensível das pensões e das reformas, por forma a que os mais necessitados saiam o mais depressa possível da sua situação de miséria e alcancem uma vida com dignidade.

Assentes neste imperativo, o PSD e os restantes partidos da oposição deram no último ano da anterior legislatura um importante e só primeiro passo nesse sentido.

Os pensionistas, os reformados e os idosos sofrem com a reduzida mensalidade que recebem para fazer face a todas as suas necessidades, que são muitas e em particular em matéria de especiais cuidados de saúde.

Para nós onde há sofrimento há uma obrigação.

Os nossos pensionistas na Região Autónoma dos Açores não são estranhos, nem estão distantes, são, desde logo, nossos cidadãos. Não são um problema a evitar, são uma prioridade.

Os pensionistas açorianos sem esperança diminuem o valor da acção e da utilidade dos seus governantes. Nós, os que não conhecemos a dor da pobreza e da solidão e o desespero da falta de esperança, devemos escutar aqueles que a sentem e tudo devemos fazer para lhes dar esperança.

Nós não lhes vamos virar a cara. O PSD seguramente não vira mesmo que o peso da maioria absoluta queira calar depressa esse assunto.

O PSD propõe aumentar 2 mil escudos ao complemento de pensão actualmente em vigor, passando o complemento de pensão a ser de 8 mil escudos.

Para o efeito propomos a primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº. 2/2000, de 12 de Janeiro, aproximando-se assim o complemento de pensão do valor que vigorou o ano passado para o subsídio da insularidade pago aos funcionários públicos.

Propomos que o aumento agora proposto produza os seus efeitos desde 1 de Janeiro de 2001.

Para a estimativa de termos nos Açores 50 mil pensionistas, abrangidos pelo complemento de pensão, pago em 14 mensalidades, o aumento que propomos impõe um esforço orçamental na ordem de 1 milhão e 800 mil contos, isto é, um esforço que fica provavelmente aquém de 1% do valor total do orçamento para o ano de 2001.

Para uma medida de tão elevado alcance social e de tão meritória satisfação de uma política de rigor orçamental, não temos dúvidas de que a nossa proposta é justa e exequível de imediato no contexto do orçamento regional de 2001.

Embora com a razão, lamentamos que a democracia musculada da maioria absoluta do PS venha inviabilizar a oportunidade de fazermos hoje e todos, por esta via, justiça social.

Pela nossa parte haverá sempre alguém que não perderá a razão, mesmo que a força duma maioria absoluta o queria calar, já como diria Galileu e, no entanto, ela move-se.

Tenho dito.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos dos deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma intervenção.

**Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por decisão conjunta de toda a Oposição, os pensionistas e reformados dos Açores passaram a receber, o ano passado, como compensação pelos custos da Insularidade, um complemento mensal de 6 contos para as pensões e reformas com valores inferiores ao salário mínimo, sendo reduzido percentualmente este montante à medida que aumentam as pensões, até ao limite em que estas são tributadas em IRS.

Se a Autonomia, ao longo dos seus 25 anos de existência, teve uma medida socialmente justa foi sem sombra de dúvida o Complemento de Pensão e Reforma, que praticamente atingiu todos os lares açorianos e permitiu, na óptica do combate aos custos da insularidade, atenuar o sofrimento dos nossos idosos, o segmento mais desfavorecido da sociedade açoriana.

Para dar continuidade a esta medida de extraordinário alcance social a Assembleia Legislativa Regional tem agora em apreciação uma Proposta apresentada pelo Partido Popular que visa aumentar o referido Complemento de Pensão e Reforma para o valor base de 7.500\$00, com retroactivos a 1 de Janeiro do corrente ano.

Trata-se de um aumento de 1.500\$00 mensais, que corresponde a um crescimento de 25% em relação ao actual valor do Complemento, o que apesar da sua insignificância em termos absolutos constitui no mínimo uma justa compensação àqueles que já deram uma vida de trabalho à sociedade e ainda auferem pensões de miséria.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Para o Partido Popular este esforço orçamental é perfeitamente compensador e constitui o mínimo que se pode fazer para, no âmbito do combate aos Custos da Insularidade, prosseguir uma política de valorização dos rendimentos dos mais pobres e dos mais fracos, até que, pelo menos, todas as reformas e pensões se aproximem do salário mínimo.

O impacto Orçamental desta medida é insignificante, dado que constitui apenas 1/4 do que foi gasto com o Complemento o ano passado, que foi suportado sem grande esforço por parte da Administração Regional.

Só por expressa má vontade do Governo Regional e do Partido Socialista é que uma medida deste tipo não será viabilizada.

Pela parte do Partido Popular houve a preocupação de pautar a sua Proposta por princípios de inquestionável justiça e de bom senso, numa atitude coerente e construtiva, já que aponta realisticamente para um aumento modesto perfeitamente comportável pelo Orçamento Regional.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Temos consciência de que o CDS/PP nesta Legislatura já não tem o carácter decisivo que teve para a formação da vontade da Assembleia. Se o tivesse, posso assegurar-vos, a nossa proposta para o aumento do Complemento de Pensão e Reforma seria seguramente mais favorável.

Optamos por esta moderação na convicção de que a nobreza do objectivo final justificava um esforço acentuado para a busca do consenso desejável, dando a possibilidade ao Partido Socialista de viabilizar uma medida tão elementar quanto justa.

Para o Partido Popular nos Açores, a política de valorização do Complemento das Pensões e Reformas deveria ser a primeira prioridade da despesa pública da Região.

Na área social nada será mais justo do que atenuar o sofrimento daqueles que após uma vida de trabalho, enfrentam a velhice e a doença com rendimentos de miséria.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

No debate eleitoral que tivemos com a participação do líder do PS e Presidente do Governo Regional, lembramos aos Açorianos que a existência do Complemento de Pensão se devia ao facto dos Socialistas não terem tido maioria absoluta no Parlamento, dado que aquela medida tinha sido aprovada contra a vontade do PS e do Governo Regional.

Na altura fomos veementemente contrariados pelo líder do PS, que tentou demonstrar o contrário e pelos vistos, com êxito dado que muitos açorianos parece terem acreditado nos Socialistas.

Por isso, agora, para bem de todos os idosos cujo montante das Pensões e Reformas não lhes permitem sequer pagar impostos, nós queremos dar a possibilidade dos Socialistas demonstrarem a verdade da sua apregoada política de Solidariedade Social.

Não é admissível que o Partido Socialista continue a ser insensível aos legítimos anseios do sector mais modesto da nossa população, recusando-se a subscrever nos Açores qualquer actualização do Complemento de Pensão e Reforma.

Não é aceitável que a administração socialista, lavando as mãos como Pilatos, sistematicamente, remeta a melhoria dos rendimentos dos pensionistas e reformados dos Açores para as magras e vergonhosas actualizações feitas a nível nacional.

Não basta a política de fachada e folclore que caracteriza a acção do Governo Regional do PS em relação à terceira idade. Sem dinheiro para medicamentos e com a barriga vazia a maioria dos idosos dos Açores, sobretudo os mais responsáveis, dispensam bem as visitas às "boites" e as passeatas para consumo eleitoral.

A Autonomia pode e deve intervir neste domínio, no âmbito dos custos da insularidade, com políticas sérias e socialmente justas.

**Deputados Victor Cruz e Mark Marques (PSD):** *Muito bem! Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD, do PP e do Sr. Deputado José Decq Mota).*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é no sentido de aclarar e aflorar algumas das questões que foram aqui levantadas, designadamente, e penso que é público, o facto do PS ir votar contra estas propostas, mas vota contra não por não querer aumentar o complemento de pensão.

Eu acho que há aqui duas versões distintas, uma que é o complemento de pensão e outra que são as pensões.

O aumento das pensões é da competência do Governo da República e penso que nisso estamos todos de acordo.

Outra questão é o complemento de pensão que visa reduzir os custos de insularidade.

Partindo destes pressupostos chegamos à conclusão que os argumentos apresentados pelo Partido Social Democrata não são válidos, daí que podemos dizer até que se trata de um proposta inconstitucional.

Não vou referir os aumentos, que alguns consideram insignificantes, das pensões a nível nacional, porque eles já foram referidos pelo Sr. Secretário aquando há pouco na sua intervenção, mas queria referir apenas aqui uma questão: a política de solidariedade social não se limita a aumentos de

complementos de pensão e quando se fala em medicamentos, eu gostava apenas de lembrar que existe o despacho nº 9 de 97 que versa o seguinte:

“É atribuído a todos os cidadãos residentes na Região Autónoma dos Açores, com idade superior a 65 anos, um apoio financeiro cujo montante deverá possibilitar assegurar um rendimento líquido mensal disponível, per capita, após despesas com aquisição de medicamentos e outros bens e serviços num montante, pelo menos, igual à pensão social em vigor por cada idoso que constitui o agregado familiar. Esta pensão terá como limite o dobro da pensão social em vigor”.

Portanto, penso que a nível de medicamentos já alguma coisa foi feita para contribuir para o apoio aos idosos.

Ainda voltando ao complemento de pensão também há aqui uma outra questão:

Se este complemento de pensão visa combater os custos de insularidade e como esses custos são os sobrecustos de viver na Região Autónoma dos Açores, gostava de saber se esses custos estão quantificados? Esta é uma questão que eu levanto.

Mas existe ainda uma outra questão que é a seguinte:

Esta remuneração complementar foi criada no início do ano passado, ou seja, em Janeiro de 2000 e nessa altura, como vocês bem disseram, todos concordámos com a taxa de actualização prevista no mesmo diploma.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Do Governo do PS!

**A Oradora:** Eu não disse “do Governo do PS”. Posso ter dito durante o Governo do PS.

Agora, o que é que o Governo do Partido Socialista vai fazer? Vai proporcionar a esses pensionistas um aumento de 6,5%....

**Deputado José Decq Mota (PCP):** 390\$00!

**A Oradora:** ... o que quer dizer que foi criado o complemento de pensão e este mesmo complemento de pensão vai ser aumentado.

A convergência das pensões a cargo do Governo da República também está a ser tratada pelo Governo da República. Houve actualizações que ocorreram no final do ano passado e outras vão ocorrer durante o corrente ano.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** E vocês são o partido da autonomia!

**A Oradora:** Há aqui ainda outras questões.

Eu penso que li qualquer coisa no diários das sessões, aquando do debate da remuneração complementar, em 93, e o Sr. Deputado Joaquim Machado, que agora se está a insurgir, parece-me que nessa altura achava mal essa remuneração complementar.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não, não acho mal!

**A Oradora:** Não! Então o diário mente. É essa a conclusão a que chegamos.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Vá ver o contexto.

**A Oradora:** Posso fazer esse exercício.

Quando o Sr. Deputado Dionísio de Sousa intervinha, nessa altura disse assim:...

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sra. Deputada, estamos a falar do complemento de pensão.

**A Oradora:** São tudo medidas para reduzir os custos de insularidade, meus caros colegas. Verdade ou mentira?

... “disponíveis por enquanto, Sr. Dionísio de Sousa, está esse Governo Regional e a sua respeitável maioria disposta a revogar tudo o que na região se fez” e o Sr. Deputado, então Subsecretário, que se insurgiu contra estes, dizia assim: “De mal!” Verdade ou mentira?

Posso acrescentar ainda mais umas palavras ditas pelo Sr. Presidente do Governo de então que dizia: “Todo o mal será revogado”.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** E a Sra. Deputada na altura não aplaudia isso?

**A Oradora:** O que eu penso é que há, de facto, uma mudança substancial e substantiva, a qual me apraz registar.



Sr. Deputado, permita-me que lhe diga o seguinte: eu apenas fiz esta referência porque reparei que, aliás como já tem sido habitual, se insurgiu contra pequenos pormenores aqui da nossa bancada.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Não retiro nem uma vírgula.

**A Oradora:** Por agora é só.

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para uma intervenção.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção pretendo expressar a opinião do Grupo Parlamentar do PCP sobre estas matérias, mas gostaria de começar numa forma um pouco diferente e queria, efectivamente, dar nota de algumas diferenças.

É óbvio, é histórico que o PSD mudou de posição em relação a algumas destas matérias. É um facto histórico. O PSD assumiu isso e é um facto que tem que ser lembrado, mas eu gostava de pôr uma outra questão:

Eu começo a perceber no Grupo Parlamentar do PS...

**Deputado Humberto Melo (PSD):** O contrário.

**O Orador:** ...um bocado a posição antiga, a posição tradicional, a posição oficial assumida pela direcção e a posição dos novos e das novas deputadas. São posições postas com convicção, postas com preocupação, e acompanhados pelo Sr. Deputado Fernando Lopes, mas que diferem da filosofia que hoje já foi reafirmado aqui pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS e pelo Sr. Secretário Regional Adjunto, que é a filosofia que está no Programa do Governo, de existirem mecanismos de compensação pelos custos da insularidade.

Entretanto, na intervenção da Sra. Deputada e em várias reflexões anteriores, no outro debate, chegámos à conclusão que a nova ala começa a pôr um pouco em causa esta filosofia. Queria chamar a atenção para isto, porque penso que é importante.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** É a ala reformadora!

**O Orador:** Talvez.

Mas, usando da cassete do costume...

*(Risos da Câmara)*

... que nós usamos sobre esta matéria desde que temos representação parlamentar – e o Sr. Deputado Dionísio de Sousa é testemunha disso - nós pensamos que é absolutamente essencial haver mecanismos para compensar os custos da insularidade, tem que ter evolução simultânea e equilibrada para não gerarem mais desequilíbrios e tem que ter evolução minimamente significativa.

Portanto, nós pensamos que nesta legislatura dever-se-á encontrar uma solução adequada do ponto de vista quantitativo, no sentido do complemento de pensão ter uma actualização justa.

Agora, é preciso ter a noção exacta que os 6,5%, que não corresponde sequer ao que está na letra da lei, que o Sr. Secretário anunciou ali, um bocado disfarçado atrás da percentagem, são 390\$00. É um maço de cigarros lights.

Portanto, temos que reconsiderar esta matéria ao longo da legislatura e também fazia parte do entendimento entre os três partidos da oposição que seria matéria a colocar ao Governo, mas gostava de chamar a atenção para um aspecto e que era o seguinte: sobre este assunto conversámos sobre alguns montantes, mas a determinada altura chegou-se a uma conclusão unânime de que não se pode falar de montantes sem que o Governo dê a sua opinião em termos de peso orçamental que isto pode ter e, portanto, queríamos conduzir a negociação de acordo com a informação que o Governo nos desse sobre a possibilidade orçamental e a melhor metodologia é chegar-se onde for possível.

Não apresentámos projecto sobre esta matéria na medida em que já existiam dois e que se chegasse a um consenso, em termos de especialidade, haveria uma opinião final.

Temos o da remuneração complementar, completando assim o ciclo dos instrumentos.

A nossa posição é de votar favoravelmente na generalidade e estávamos totalmente dispostos a contribuir para uma solução equilibrada e para a legislatura, na especialidade.

Não irá acontecer assim, mas irá, com certeza, acontecer nesta legislatura se houver perseverança. Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro para uma segunda intervenção.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar de ser na figura institucional de segunda intervenção, vou ser breve.

A minha segunda intervenção decorre dos esclarecimentos pretendidos pela Sra. Deputada Andreia Cardoso.

De qualquer modo, o que eu notei na Sra. Deputada foi que lhe faltava eventualmente alguma eloquência, porque a convicção do que estava dizer era pouca.

A argumentação do voto contra não colhe, não é justa sequer, nem será compreensível, com certeza, para os nossos pensionistas e para os nossos reformados e contraria ainda aquilo que tem sido a promessa do Presidente do Governo e a promessa do Partido Socialista e passo a citar, para que fique registado no diário das sessões, a imprensa que relatava, em plena campanha eleitoral do Partido Socialista, na ilha de Santa Maria, as palavras do Presidente do Governo, então candidato:

“O PS vai continuar a aumentar as pensões”. “Foi a promessa que fiz com a consciência de que vou ganhar as eleições e que tenho que cumprir”. Justificou.

Perante uma promessa destas e confrontado com propostas concretas de aumento do complemento de pensões, não me parece razoável sequer perder mais algum tempo a explicar seja o que for sobre o aumento do complemento de pensões.

A Sra. Deputada confundiu aí o aumento de pensão. O diploma é óbvio, mas isso nem sequer merece discussão.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Não confundi nada!

**O Orador:** De qualquer modo, Sra. Deputada, e ao contrário do que dizia ali o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas, porque não está a conhecer nem podia o que é que eu vou dizer a seguir, exactamente o que não joga na postura do Partido Socialista, em autêntico diálogo surdo e fuga ao diálogo, é aquilo que dizia o Sr. Presidente do Governo: “quem se desresponsabiliza não cumpre e quem não cumpre não tem culpa”. Se é assim, como é que joga com aquilo que também o Sr. Presidente do Governo dizia: “Queremos que as vossas propostas mereçam sempre uma reflexão apurada. Para isso precisamos duma oposição que apresente propostas e não de uma oposição que se limita a votar contra”. A maioria é que se limita a votar contra, porque a oposição apresentou propostas.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro)*

**O Orador:** Sra. Deputada, ainda o Presidente do Governo aqui nesta Casa e a Sra. também ouviu, sem necessidade de, naturalmente, recorrer ao diário das sessões, dizia isto: “Ao Governo interessará sempre agir bem do que agir por conta própria”.

Quem foge ao diálogo, assume arrogância e quem foge do diálogo para agir por conta própria são o Srs..

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** O Sr. é que está a fugir do assunto.

**O Orador:** É esta a postura do Partido Socialista. É esta a postura, afinal, do Sr. Presidente do Governo acomodado na maioria absoluta que tem neste Parlamento.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Olhe a adjectivação.

**O Orador:** Sr. Deputado Vasco Cordeiro, se está tão preocupado, para si também há qualquer coisa.

Descuidado no que, eventualmente, poderia acontecer hoje aqui e passado muito tempo, o Sr. Deputado afirmava: “O PS aprova iniciativas da oposição”. Porque perde esta oportunidade?

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** Já aprovámos.

**O Orador:** Não, tinha que cumprir aqui esta promessa de aumentar as pensões.

Sr. Deputado, o rol de contradições segue, lamentavelmente com prejuízo dos pensionistas e do reformados.

Dizia o Sr. Deputado, em parte das suas argumentações, que o PSD parecia desconhecer que o próprio diploma tinha um artigo para a actualização do complemento de pensão e, portanto, o complemento de pensão seria actualizado nos próprios termos da lei.

Entretanto, hoje, fruto da comunicação do Governo feita aqui pelo Sr. Secretário Francisco Coelho, afinal vai também fazer uma actualização extraordinária. Nota-se, a olhos vistos, que esta comunicação é apressada e vem, a reboque das propostas da oposição,...

*(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro)*

**O Orador:** ...fazer uma proposta dum aumento de 6,5%. Encheu o Sr. Secretário a boca, mas logo ela ficou tão deslavada, mal o Sr. Deputado Decq Mota esclareceu que a proposta do Partido Socialista corresponde a um aumento de 390\$00.

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** O vosso ainda é menor!

**O Orador:** É esta a consideração que tem o Governo e o Partido Socialista para com os idosos, para com os reformados.

**Deputado Francisco de Sousa (PS):** É esse o aumento que os Srs. fizeram!

**O Orador:** Sr. Deputado Francisco de Sousa, não lhe quero dar lições de matemática, porque o Sr. foi professor. O nosso aumento que está aqui em discussão são 2000\$00. Em que aula de matemática o Sr. aprendeu que 390\$00 é menor que 2000\$00? Onde é que fez essa contas, Sr. Deputado?

Sr. Deputado, nós estamos a fazer uma proposta de aumento extraordinário.

Srs. Deputados, apesar desta balbúrdia a mim não me move aqui a discussão retórica, mas sim um sentido de justiça social e relativamente a este sentido de justiça social a mim o que me preocupa mesmo são os pensionista e os idosos que têm pensões de reforma.

Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, a verdade é que o orçamento suporta este aumento extraordinário do complemento de pensão.

**Secretário Regional Adjunto (Francisco Coelho):** Isso é demagogia!

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** O orçamento suporta tudo!

**Deputada Berta Cabral (PSD):** E suporta!

**O Orador:** Eu não quero fazer demagogia...

**Secretário Regional Adjunto (Francisco Coelho):** Mas está fazendo!

**O Orador:** ... e reconheço que o Partido Socialista e o Governo também têm consciência social, mas o que é inaceitável é só essa vontade de agir por conta própria. É essa vontade de estar só perante o eleitorado a fazer as propostas e a concretizar os aumentos das pensões.

Por que é que não vieram ao diálogo?

Por que não justificaram as vossas preocupações orçamentais?

Devo-lhe dizer, Sr. Secretário, que se calhar o Sr. olha mais para o “umbigo” orçamental do que propriamente para as necessidades dos pensionistas.

Esta é a nossa diferença, porque até, para ser justo, naturalmente todos terão consciência social, mas os Srs. estão preocupados com esse “umbigo” orçamental e nós estamos preocupados com o bem que politicamente podemos fazer aos nossos pensionistas e reformados.

Tenho dito.

**Deputado Mark Marques (PSD):** *Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PSD, PP e do Sr. Deputado José Decq Mota)*

**Presidente:** Srs. Deputados, a Mesa tem ainda 8 inscrições e como não surgiu nenhum requerimento, como aquele de há pouco para passarmos à votação, a Mesa aguarda sugestões, porque chegou ao final da nossa hora regimental.

Sugeria que os líderes parlamentares se acercassem aqui da Mesa para resolvermos esta questão.

*(Pausa)*

Srs. Deputados, conforme deliberação da conferência, vamos prosseguir os nossos trabalhos até final e, assim sendo, não se aceitam mais inscrições, conforme ficou acordado na conferência.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** Prescindo.

**Presidente:** Tem então a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

**Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não prescindi da palavra, mas prometo que não vou ter uma intervenção tão calorosa como algumas das que já foram feitas aqui, até porque não é meu estilo.

Não posso deixar passar dois ou três comentários dirigidos aos intervenientes que fizeram aqui as apresentações.

Ouvi com muita atenção a intervenção feita pelo Deputado Bolieiro e gostaria de lhe dizer que, e como penso que já ficou claro pelas intervenções anteriores e provenientes da bancada do PS, partilhamos a sua preocupação quanto ao bem estar, quanto à qualidade de vida, quanto às necessidades dos idosos.

O único aspecto em que acho de diferimos é na forma de chegarmos a essa qualidade de vida, na forma de chegarmos a essa garantia de como é que o idoso vive e morre com dignidade.

Para a bancada do PSD, e pela proposta que nós vimos aqui, a forma mais rápida de lá chegar é aumentar o complemento de pensão em 2000\$00.

Para nós não é essa a solução pelo menos neste momento. Para nós achamos que a melhor solução será investir em infraestruturas que permitam assegurar a continuidade e o alargamento de prestação de serviços directos ao idoso e em simultâneo de serviços de apoio à família que permita também contribuir para essa melhoria.

Quanto ao “umbigo” orçamental que ouvi aqui referir, só a título de curiosidade, gostaria de salientar ou de partilhar convosco na pesquisa que estive a fazer sobre uma das propostas que foi aqui hoje apresentada, o custo de serviço de Tele-Alarme aos idosos com pensões inferiores a 30 mil escudos, custa sensivelmente 1.500\$00/mês.

Portanto, em termos de “umbigo” orçamental, penso que não haverá assim uma grande diferença entre aquilo que está aqui a ser discutido.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Decq Mota queria apenas expressar o meu acordo quanto à necessidade de medidas que compensem os custos de insularidade. No entanto, gostaria de apelar para que estas medidas de compensação fossem medidas justas e na real proporção destes custos, sob pena de nós colocarmos em causa não só uma, mas um conjunto de medidas que tenham por objectivo precisamente fazer essa compensação.

Quanto à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, devo confessar que fiquei um bocadinho confusa e para usar a mesma lógica que o Sr. utilizou aqui há bocadinho, chego à conclusão que o Sr. também aprovou coisas que, se calhar, não devia ter aprovado.

Quando estava a falar na vossa proposta relativa à redução das taxas nacionais sobre o imposto sobre o rendimento de pessoas singulares, o Sr. questionou a lógica do PS em ter aprovado a Lei das Finanças Regionais em que havia uma cláusula que permitia a redução até um montante máximo de 30% e achava que isso não era para aplicar, disse o seguinte: “Então porque é que foi que o PS aprovou esta legislação?”

Para usar o mesmo tipo de raciocínio eu ia perguntar-lhe qual é a lógica do PP ter aprovado, no passado ano, um diploma que define o montante de actualização do complemento de reforma, se achava que essa actualização não era suficiente?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Alguns comentários que me parecem importantes e essenciais acerca deste debate, vivo e certamente interessante.

Em primeiro lugar parece-me que é perfeitamente claro para todos o comportamento coerente, embora também evolutivo, é verdade, tendo até em conta a evolução da própria sociedade e das suas reivindicações, do Partido Socialista nesta matéria.

Conforme tive oportunidade de dizer, o Partido Socialista propôs que isto fosse evoluindo e que da remuneração complementar para os funcionários públicos se passasse também para a criação dum salário mínimo regional, superior ao salário mínimo nacional e que se abrangesse os pensionistas e os reformados, exactamente porque a justiça social deve-se preocupar com todos e especialmente com aqueles que, por questões físicas, por questões de idade ou até por questões reivindicativas, têm menor força.

Ninguém pode negar a posição coerente, embora evolutiva e mais abrangente, do Partido Socialista e do Governo que o suporta, nesta matéria.

Também ninguém pode, com sinceridade e com verdade, negar que o Governo Regional vai, nesta matéria, cumprir os seus compromissos eleitorais.

Também ninguém pode negar, e as nuvens de fumo aí lançadas não escondem a realidade, que verdadeiramente interessa aos açorianos, interessa aos reformados, aos pensionistas e aos aposentados. Eles vão ter efectivamente aumentos reais importantes em 2001. Vão tê-los, e é importante dizê-lo, por via da legislação nacional, vão tê-los também por via da nossa legislação.

Não me parece, permita-me que lhe diga, Sr. Deputado Decq Mota, nada correcto, nem intelectualmente sério pegar num número e dizer: “O que vocês vão dar é mais 390\$00”.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** É um complemento!

**O Orador:** Sr. Deputado, vou-lhe dizer porquê: Em primeiro lugar porque as contas não podem ser feitas assim. Nós sabemos que a nossa legislação é indexada e que esse complemento irá adicionar-se a algo, àquilo que resulta a nível nacional.

Para além disso, Sr. Deputado, se fosse para usar essa argumentação eu dizia-lhe, por exemplo: o Sr. Deputado sabe que a proposta de redução do IRS que aqui apresentou e defendeu, tal como as restantes outras duas, quanto é que davam a 25 mil trabalhadores dos Açores? Zero!

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Isso é a remuneração complementar!

**O Orador:** Claro! No entanto, V. Exa. não deixou de a apresentar.

Além do mais há aqui coisas que são fundamentais dizer.

Como dizia o Sr. Deputado Decq Mota a respeito da discussão e da defesa da sua proposta de redução do IRS, nós não somos um Estado e, portanto, é preciso ver, ao nível económico, tudo isto enquadrado sob esta perspectiva.

Também não somos um Estado ao nível das pensões, porque há legislação nacional e há inclusive competências dos órgãos próprios da Região, nomeadamente desta Assembleia, que são claramente delimitados por isso e não há dúvida nenhuma que a esta Assembleia, por mais generosa que possa parecer a intenção, não cabe, não compete deliberar se as pensões, em geral, devem ou não ter o valor do salário mínimo nacional. Isso caberá ao Estado, pelos vistos, fazer de forma gradualista.

A esta Assembleia cabe, efectivamente, compensar os custos de insularidade e nesta matéria devemos dizer claramente que as propostas do PP e do PSD começam por ser inconstitucionais. São inconstitucionais na medida em que esta Assembleia, com aqueles objectivos e de forma genérica, não tem competência para decidir. Aliás, já acaba por ser uma tradição, Sr. Deputado Bolieiro, trazer a esta Câmara, como o famigerado diploma das dívidas das Câmaras, diplomas inconstitucionais.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Quantos é que o Governo já trouxe aqui?

**O Orador:** Este também é inconstitucional e levanta-nos uma outra dúvida muito simples, meus Srs., porque se o que está em causa, e compete também a esta Assembleia em termos substantivos, é compensar os custos da insularidade atentemos no seguinte: os três partidos da oposição propuseram e aprovaram os diplomas de compensação dos custos de insularidade que está em vigor. Foi entendimento de V. Exas. que os custos de insularidade, naquela altura, seriam suficientemente compensados deste modo. Foi entendimento de V. Exas. que o aumento anual devia ser aquele que está fixado na lei.

Posto isto, pergunto o que é que aconteceu de extraordinário no último ano que tenha aumentado significativamente os custos de insularidade? Terá sido a taxa de inflação nos Açores que é de 2%, a mais baixa do País?

Terá sido o facto de pela primeira vez os reformados, pensionistas e aposentados receberem complemento de pensão?

É evidente que não houve, sejamos claros e sejamos sinceros, no último ano nenhum aumento extraordinário de custos de insularidade.

Portanto, foram V. Exas. que entenderam que esta era uma forma correcta.

Não há nenhuma razão extraordinária que leve a alterar este critério.

Para além disso gostava também de dizer uma coisa que me parece essencial e é bom que sejamos francos e verdadeiros:

Eu não acredito, Sr. Deputado Bolieiro, nas suas boas intenções e vou-lhe dizer porquê. O Sr. diga-me uma coisa: quando estava no gabinete do Dr. Mota Amaral e o PSD revogou o subsídio de insularidade o Sr. não tinha nada a dizer sobre isto?

Por que é que quando o Sr. estava tão próximo do chefe não lhe disse que era importante fazer estas coisas?

O Sr. Deputado Joaquim Machado, obviamente que vai votar a favor destas propostas, que também pertenceu a esse governo que revogou a única coisa que na altura foi possível, acredita nisto?

Só a partir de agora é que passou a haver velhinhos?

Não havia velhinhos no tempo do PSD? Eles não sentiam necessidades?

Srs. Deputados, o que se passa é outra coisa!

**Deputada Claudia Cardoso (PS):** *Muito bem!*

*(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**Deputado Clélio Menezes (PSD):** Acabaram os velhinhos!

**O Orador:** O que passa é que V. Senhorias só pensam nisto por demagogia, porque estão aí. Aliás, o que pensa o PSD sobre estas questões é claríssimo e há dois factos que o provam: por um lado o vosso passado e, por outro, o presente do PSD da Madeira.

Muito obrigado.

**Deputado Bento Barcelos (PSD):** Que miséria!

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Tomo a palavra para prestar um esclarecimento na sequência da intervenção da Sra. Deputada Andreia Cardoso.

De facto, Sra. Deputada, a sua intervenção deixou-me incomodado, não ao nível do conteúdo, porque esse facilmente se esclarece, mas ao nível da forma.

Não sei se é desejo se é obsessão saber tudo o que eu disse, mesmo há 7 anos, até uma pequena palavrinha.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Francamente! Nem um nem outro!

**O Orador:** Se fosse caso para tanto estaria vaidoso. Se fosse no dia de ontem, talvez, tivesse deixado mais alguém preocupado.

**Deputada Andreia Cardoso (PS):** Não. Fique descansado!

**O Orador:** Já que está esclarecida a forma, vamos então à substância.

De facto, nessa altura não só fiz essa observação e o PSD decidiu e bem, porque, de facto, - e era por isso que eu falava do contexto - o PSD defendeu que essa remuneração complementar não tinha a amplitude suficiente da justiça social que se podia obter, como nós já nessa altura defendíamos,...

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Mas não faziam nada!

**O Orador:** ... através do desagravamento da carga fiscal e foi isso que nós aqui coerentemente há bocadinho voltamos a praticar.

De facto, nessa altura havia velhinhos, só que parece que depois de Outubro de 2000 os velhinhos desapareceram nesta Região.

Os Srs. contentam-se com mais 390\$00. Nós queríamos dar os 390\$00 e mais 2000\$00.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Os Srs. são muito generosos com o que não têm!

**O Orador:** Os Srs. não querem, mas acabaram de meter num fundo 7 milhões de contos do orçamento.

Mas, vamos a mais:

Já um companheiro meu de bancada teve a oportunidade de citar o Sr. Presidente do Governo, na altura, na sua condição de candidato e dizia em Santa Maria: “O PS vai continuar a aumentar as pensões”. Até aqui podiam deduzir que isto era o PS nacional, o problema é que isto tinha uma proposição e vinha a seguir qual era essa condição: “se ganhar as eleições regionais”.

Srs. Deputados, das duas uma, ou as pensões não são responsabilidade da Região ou então estamos conversados. O Presidente do Governo, na altura Presidente do Partido Socialista não estava na altura, de facto, a falar a verdade ou então estava a falar de complementos de pensões que os Srs. agora aqui não quiseram aumentar.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Não é uma frase tirada do contexto!

**O Orador:** E acrescentava mais uma: o candidato do PS a Presidente do Governo açoriano prometeu aumentar as pensões, caso vença as regionais de 15 de Outubro.

Então, Srs. Deputados, ou ele falava do que não podia ou faltava à verdade. Cá para mim eram as duas coisas.

**Vozes dos deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário:

Após o exercício de modéstia com que iniciou a sua intervenção o Sr. Deputado Joaquim Machado, eu fico realmente preocupado, porque o Sr. preocupou-se com a fixação que a Deputada Andreia Cardoso teria nas suas declarações, imagino o que não pensará o Presidente do Governo da fixação que o Sr. tem em citar as declarações dele.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Continuava a lhe dizer o que disse.

*(Risos e aplausos das bancadas do PS e do Governo)*

**O Orador:** Voltando à questão das propostas que estão em discussão há dois aspectos que me parecem sobremaneira importantes que sejam esclarecidos e que já por duas ou três vezes, nomeadamente por intervenções do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, se quis aqui fazer passar.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado, eu quero reafirmar aquilo que V. Exa., não com fixação nas minhas declarações, citou aí: “O PS está disponível para aprovar propostas da oposição”. Exactamente, agora o problema é que os Srs. consideram que se nós não aprovamos esta proposta já “caiu o Carmo e a Trindade” e já está tudo perdido.

Tenha calma, Sr. Deputado.

Nós estamos disponíveis para aprovar as propostas da oposição, é certo. Nós exercemos e reiteramos tudo aquilo que já foi dito sobre essa matéria, sobre a postura da maioria, mas, Sr. Deputado, humildemente reconheça que não é pelo facto destas propostas serem chumbadas que se porá em causa a postura desta maioria.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Esta é uma oportunidade!

**O Orador:** É uma oportunidade, mas por aquilo que diz o Sr. Deputado Victor Cruz outras virão e aí veremos.

Em segundo lugar, em relação ao aumento das pensões e concretamente ao aumento do complemento de pensão, quero dizer, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, há aqui algo que não bate certo e o que não bate certo aqui é o facto dos Srs. há aproximadamente um ano atrás terem achado que a actualização seria uma e deveria processar-se numa determinada forma e agora põem em causa essa actualização e avançarem com um aumento extraordinário. Portanto, numa das alturas há aqui alguma coisa que falhou..

Se os Srs. consideram que a actualização é de miséria, falharam antes. E é por este motivo que há aqui algo que não bate certo.

Sobre a questão da postura deste Governo, é algo que já foi salientado por diversas intervenções. O Sr. Deputado não avance com esse argumento, porque dá a entender que tem o exclusivo dum sentido de justiça social e da preocupação com os idosos, com os reformados. É algo que fica mal e é algo de que não pode acusar este Governo.

**Deputado Mark Marques (PSD):** Ele não disse isso!

**O Orador:** A questão é tão simples quando isto: tanta é a preocupação deste Governo com idosos e reformados, tanta é a humildade democrática deste Governo e o respeito que este Governo tem por este Parlamento, que a legislação que foi aprovada anteriormente, contra a vontade do Partido Socialista, mantém-se em vigor e vai ser cumprida.

Isto é bastante elucidativo e contrário àquilo que os Srs. fizeram.

Muito obrigado.

*(Aplausos dos deputados das bancadas do PS e do Governo)*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

**Deputado Hernâni Jorge (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar por uma matéria que já por várias vezes aqui veio à colação e que diz respeito à actualização do complemento de pensão.

Efectivamente aquilo que se passa, em nosso entender, não terá sido tanto um erro do legislador em relação à actualização, mas foi fundamentalmente o modo injusto como o Governo da República actualizou os vencimentos dos funcionários públicos.

Aquilo que vem no decreto é que o complemento de pensão irá ser actualizado tendo em conta o índice 100 da carreira indiciária da função pública, mas acontece que – e os Srs. Deputados conhecem perfeitamente – quando foi instituída a carreira indiciária da função pública, e está no preâmbulo do decreto nacional, se procurava que a base de aumento fosse o índice 100 por um lado e, por outro, que as actualizações sucessivas do índice 100 da função pública fossem, em termos de justiça, capazes de manter a justiça na função pública.

Acontece que este ano há uma situação diferente: é que enquanto determinados funcionários sobem determinada percentagem – e deve-se à pressão efectuada pelos sindicatos – que é superior àquilo que foi instituído para o índice 100, há um conjunto de funcionários que sobem menos e esse é que é coberto pelo índice 100, ou seja, o índice 100 este ano na função pública não foi actualizado de acordo com a filosofia da institucionalização da carreira indiciária da função pública. Este é um aspecto.

Um outro aspecto é que houve sindicatos que estiveram contra a actualização dos vencimentos da função pública e foram muitos. Quero recordar, por exemplo, que a Frente Comum Sindical da Função Pública, representada pela CGTP, não subscreveu o acordo, esteve sempre contra ele e considerou este acordo absolutamente injusto.

Por isso mesmo quero dizer que se tivesse sido outra a actualização dos vencimentos da função pública, ou seja, se a actualização dos vencimentos da função pública tivesse sido justa, talvez fosse mais justa a actualização consignada no Decreto Legislativo Regional 2/2000/A. Este é um aspecto que eu penso que tem a sua importância.

Agora, quero-me regozijar pelo facto do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS e do Sr. Secretário Regional virem dizer que querem modificar esta actualização para melhor. Ainda bem! Já que não quero aumentar o complemento de pensão, pelo menos que a actualização seja um pouco melhor. Agora, os 390\$00 que V. Exas. falam, em nosso entender, é muito pouco mesmo em função da inflação na Região Autónoma dos Açores no ano passado que foi, salvo erro, de 2,2%, segundo as estatísticas. Vamos ver se esse número se mantém no primeiro trimestre deste ano e já estamos quase a chegar lá.

Por outro lado, existe também um outro aspecto que eu gostaria de chamar à atenção.

O Sr. Secretário Regional fala nos aumentos reais das pensões, mas, Sr. Secretário, são duas coisas completamente diferentes, em nosso entender, porque há o aumento de pensões que o Governo da República, mercê de legislação aprovada, vai implementar. É uma justiça para os reformados desta Região, para os reformados de Trás-os-Montes, para os reformados de todo o continente português. Mas estamos aqui a discutir uma outra coisa que é a diferença de custo de vida existente entre a Região e o Continente. Isto são coisas completamente diferentes e, por um lado, se nós temos que realçar a justiça dos aumentos de pensões a nível deste país, ainda bem e regozijamo-nos também



com isso, agora temos que considerar, e é isso que está aqui em discussão, é a diferença do custo de vida em relação à Região e ao Continente.

É com muita mágoa que vejo que no relatório da Comissão a maioria procurou canalizar esta discussão para uma outra coisa que nós já ouvimos falar - e os Srs. Deputados que estão aqui há mais tempo também já ouviram por parte daqueles que não queriam que esta legislação fosse implementada, porque punham em causa inclusivamente a diferença do custo de vida entre a Região e o Continente – e que exigiam que se contabilizasse estes dados.

Aliás, não vamos aqui repetir discussões que houveram na legislatura passada, mas há uma realidade que é a seguinte: o custo de vida nesta Região e o custo de vida no Continente são completamente diferentes e estas medidas só existem, podem e devem existir atendendo ao interesse específico da Região, às nossas condições geográficas, às nossas condições de ilhas e às nossas condições de afastamento. É mercê dessas condições específicas, Srs. Deputados, que estas medidas existem e nós hoje podemos estar aqui a discutir estas propostas.

É evidente que - e isto faz-me lembrar uma discussão que houve aqui no passado em que um deputado, que era jurista, punha em causa a capacidade que nós tínhamos de, por exemplo, fazermos aquilo que fizemos há pouco que foi legislar sobre a criação de um fundo – quando se começa a pôr em causa conquistas que conseguimos na Constituição e no Estatuto, pensamos que estamos a entrar por um caminho que é muito perigoso, que é um caminho que poderá criar dificuldades no futuro e penso que não beneficia aqueles que hoje são governo, nem aqueles que amanhã poderão ser, nem os que estão na oposição, nem a Região Autónoma dos Açores.

Por isso mesmo, não queria deixar passar este momento sem fazer este alerta.

Estamos no fim dos trabalhos e eu inicialmente quando pedi a palavra tinha a intenção de fazer uma intervenção dizendo aquilo que estou a dizer sem polémica, mas às vezes entusiasmo-me e esse entusiasmo pode levar a um tom de voz que leva à polémica e não é esse o meu interesse, mas sim colocar os meus pontos de vista, procurando ser objectivo.

Queria ainda fazer o seguinte apelo: era que no futuro as comissões que estudem esta matéria procurem manter a tradição desta Assembleia e aquilo que está consignado, e digo isto porque na última sessão legislativa o Sr. Deputado Dionísio de Sousa falou no estudo que se fazia dos documentos e há pessoas que fazem o estudo dos documentos, mas, de facto, se estes documentos forem organizados separadamente por assuntos, cada matéria por si, acaba por facilitar e o apelo que eu fazia a todas as comissões é que não se tratasse várias matérias em conjunto, mas cada uma separadamente.

Infelizmente, neste momento, tratou-se simultaneamente o complemento de pensão e a redução do IRS que são matérias, em nosso entender, diferentes e que deviam ter sido tratadas em dois relatórios diferentes, ou seja, por um lado o relatório do complemento regional de pensão e, por outro, o relatório sobre a redução do IRS.

Eu não queria que isto merecesse discussão, mas estou disposto a discuti-lo e julgo que esta matéria é perfeitamente clara, porque são, de facto, matérias diferentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos no fim desta discussão de hoje, no entanto estou convencido que estas matérias irão continuar em cima das nossas mesas de trabalho durante toda esta legislatura. Esse é o meu desejo, porque penso que isso interessa àqueles, conforme está consignado no preâmbulo da nossa proposta, que vivem com maiores dificuldades na Região Autónoma dos Açores.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** *Muito bem!*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

**Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu bem gostaria de esclarecer e responder a todas as questões que os Srs. Deputados, designadamente da bancada do PS, me colocaram, umas mais sérias, outras mais nervosas e uma até deselegante por parte do Sr. Secretário, porque não é assunto de se pôr aqui relativamente à questão da inconstitucionalidade.

Acabei de saber pelo Telejornal que o Sr. Presidente do Governo demonstrou, mesmo na RTP, uma falta de seriedade e de imparcialidade intelectual e perante esta Casa, que é inaceitável e não posso deixar de condenar e aqui denunciar.

Hoje a notícia do Telejornal, depois deste debate, é de que o Governo decidiu aumentar as pensões e as reformas. Esta é a notícia principal do Telejornal. Este debate infirma exactamente esta afirmação.

O que aqui estamos a debater, e hoje em particular, no Parlamento é o chumbo que a maioria do Partido Socialista faz às propostas da oposição, mas o abuso dos tempos de antena para o Governo, como foi hoje o Telejornal, transforma aquilo que não é verdade na verdade oficial do Governo.

Hoje o que aqui assistimos é que para os pensionistas o Governo tem uma proposta de um aumento de 390\$00 e chumbou uma proposta do PSD de 2000\$00.

**Deputado Victor Cruz (PSD):** *Muito bem!*

**O Orador:** Esta é que é a verdade, independentemente da consciência, maior ou menor, que o Governo tenha relativamente a esta questão social que eu reconheço. Aliás, já tinha reconhecido na intervenção que tinha feito anteriormente, mas a verdade é que isto é um abuso, não tem nada de democrático, não tem nada de respeito pela pluralidade de opinião, não tem nada de respeito pelo Parlamento, não tem nada de respeito pela verdade.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** O Sr. Carlos César é que disse!

*(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Paulo Gusmão)*

**O Orador:** A verdade hoje é que assistimos de forma chocante a uma manobra de desviar a verdade do debate, do chumbo que a maioria esmagadora do Partido Socialista quer impor a uma proposta séria dos partidos da oposição, para percorrer sozinho o caminho da solidariedade social e a televisão ajudou...

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Foi o vosso Presidente que o disse!

**Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho):** A Alta Autoridade para a Comunicação Social é que se há-de pronunciar sobre isso.

**Deputada Berta Cabral (PSD):** O vosso Presidente é que disse!

**O Orador:** ... a que lá fora a opinião pública que vê o telejornal, e parece que são cada vez menos os telespectadores, mas mesmo esses vêem uma inverdade política. Isto é inaceitável. É este o vosso comportamento.

**Deputado Dionísio de Sousa (PS):** Isso não tem nada a ver com a matéria!

**O Orador:** Portanto, quanto a seriedade, Sr. Secretário, e quanto a comover-se ou não com a minha sinceridade, está tudo dito. O Sr. veio aqui apresentar 390\$00 e manobraram, não sei como, a informação para a opinião pública dizendo que era o Governo que queria aumentar as pensões e que não precisava da oposição para fazê-lo. Isto é inaceitável. Isto não é de maturidade democrática. Isto não é de seriedade intelectual.

Tenho dito.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** É falta de respeito pela Assembleia. É falta de seriedade!

**Deputada Berta Cabral (PSD):** Ele devia estar ali sentado e não está. É uma cobardia!

*(Aplausos da bancada do PSD e do Sr. Deputado Paulo Gusmão)*

**Presidente:** Srs. Deputados, está concluído o debate sobre estes Projectos de Decreto Legislativo Regional. Vamos passar de imediato à votação.

Vamos votar na generalidade o Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PSD, - Revisão do montante do complemento de pensão.

*(Vozes inaudíveis das bancadas do PS e do PSD)*

**Presidente:** Srs. Deputados, façamos um esforço final para que as coisas corram bem, é o que eu vos peço.

Vamos então proceder à votação na generalidade do Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PSD, - Revisão do montante do complemento de pensão.

*(Vozes inaudíveis das bancadas do PS e do PSD)*

**Presidente:** Srs. Deputados, estamos num processo de votação e é elementar que haja outro comportamento da Câmara, senão é suspensa a votação e os trabalhos.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projecto de Decreto Legislativo Regional - Revisão do montante do complemento de pensão foi rejeitado, na generalidade, com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

**Presidente:** Passamos agora à votação, também na generalidade, do Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PP, - Revisão do montante do complemento de pensão.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** O Projecto de Decreto Legislativo Regional - Revisão do montante do complemento de pensão foi rejeitado, na generalidade, com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos a favor do PCP.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos passar ao último ponto da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Resolução relativa a medidas cautelares e ao estudo do esforço de pesca a desenvolver**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Embora a hora vá tardia, com certeza que compreendem que não estou em posição, nem ninguém queria, de deixar de colocar esta questão nas circunstâncias em que deve ser colocada.

O Grupo Parlamentar do PCP ao apresentar esta Proposta de Resolução tem perfeita e rigorosa consciência da natureza da iniciativa e não tem qualquer intenção de sobrevalorizar o valor inerente a ela.

De facto a Proposta de Resolução encerra claras recomendações ao Governo Regional, surge em função de um conjunto de preocupações que se tem acentuado nos últimos tempos, dá expressão política objectiva a essas preocupações e sustentam-se na convicção que essas recomendações podem, se forem aceites, gerar efeitos positivos.

Sabemos que não estamos a propor alterações de fundo no quadro legislativo existente; sabemos que não estamos a apresentar qualquer proposta que conflitue com o essencial daquelas que são as orientações expressas no Programa do Governo, mas também sabemos que esta proposta de Resolução tem o seu próprio valor e os seus eventuais méritos.

Desses eventuais méritos gostava de sublinhar desde logo três que me parecem bem reais.

O primeiro é o de motivar uma reflexão inicial, mas actual, neste Parlamento sobre alguns dos problemas do sector das pescas, num momento em que a composição das bancadas se alterou e que a responsabilidade pelo sector, em termos de governo, também se alterou.

O segundo, correspondente à primeira recomendação da Proposta de Resolução, será o de contribuir para que o Governo tome com urgência uma medida cautelar de protecção aos stocks na orla costeira, repondo uma restrição assumida em 27 de Janeiro de 2000, revogada pouco depois e que teve o efeito perverso de acelerar a sobre-exploração exercida sobre várias espécies nessas águas próximas das costas.

O terceiro eventual mérito da Proposta de Resolução, correspondendo à 2ª Recomendação, é o facto de ela ser ao mesmo tempo um alerta, um apelo, uma expressão de vontade e um desafio positivo no sentido de todos nós contribuirmos para que haja um urgente debate onde as medidas, os interesses em presença e o interesse regional, devidamente avaliados possam contribuir para a definição do esforço de pesca que seja efectivamente adequado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Lê-se no Programa do Governo, página 61, que uma das grandes linhas estratégicas para o sector a serem seguidas pelo Governo é a de “optimizar a exploração dos recursos garantindo a sua sustentabilidade futura”.

Não tenho qualquer dúvida em afirmar uma total concordância com essa linha estratégica, como não tenho qualquer dúvida também em afirmar que esse objectivo estratégico é totalmente aceite, partilhado e defendido por todos os sectores políticos que querem o desenvolvimento.

Se atentarmos, com mais pormenor, na pequena frase que estabelece este grande objectivo estratégico, vamos verificar que se fala em “optimizar a exploração dos recursos”, o que poderia por si só ser suficiente para definir o objectivo, se a ideia seguinte que é a de “garantir a sua sustentabilidade futura” estivesse suficientemente interiorizada pela nossa sociedade, o que não acontece.

De facto, a ideia de **optimizar** a exploração de um recurso que se renova inclui a ideia de que se tem que dar espaço para que essa renovação se dê, de forma efectiva. Enfatizar a ideia, acrescentando a expressão “sustentabilidade futura”, não é uma incorrecção mas é antes uma necessidade que resulta do imediatismo destruidor que alguns imprimem à sua actividade.

Acresce que este objectivo estratégico é, em si mesmo, o mais difícil de prosseguir.

Para se otimizar a exploração dos recursos demersais, têm desde logo que se conhecer, o mais rigorosamente possível, os recursos existentes; têm que se conhecer todos os dados ligados à renovação e circulação dos cardumes; têm que se conhecer em pormenor a evolução e períodos de crescimento de cada espécie, etc.

Trata-se de um trabalho difícil mas dispomos nos Açores de um centro de investigação, o DOP, com trabalho aprofundado e credível nestas áreas.

Para otimizar há que explorar os recursos com a intensidade certa, isto é, têm que ser evitados sobre-esforços que façam diminuir ou desaparecer os recursos.

Se considerarmos a captura de demersais até aos anos 70 pode dizer-se que o esforço de pesca, no que respeita à grandeza dos stocks, era zero.

Praticava-se uma pesca para o abastecimento local com aparelho de arame e com rede junto às costas, mas o que era capturado, não era suficiente para fazer diminuir ou alterar perigosamente os stocks.

Posteriormente com as profundas alterações introduzidas no transporte de pescado e conservação em fresco, com as progressivas alterações na frota, com o recurso a aparelhos com milhares de anzóis, ao longo de já muitos anos, começaram já há tempos a surgir os primeiros alertas, quer da parte dos investigadores, quer da parte de pescadores.

Mestres houve, nos anos 90, que abandonaram a arte do palangre e regressaram ao uso de aparelhos de mão com muito menos anzóis. Investigadores há que têm em várias ocasiões escrito e informado sobre este assunto com alguma preocupação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No passado dia 10 do mês corrente o Grupo Parlamentar do PCP promoveu uma reunião debate sobre pesca local, na qual participaram além de pescadores diversos investigadores do DOP.

Foram diversos os assuntos introduzidos no debate e que vão desde a função sócio-económica da pesca local, à sua importância para o abastecimento público, às compensações do POSEIMA para o peixe de fundo que não estão a ser pagas, à forma como a fiscalização é exercida, à segurança no mar, mas o certo, certo, é que dois temas dominaram a reunião. Esses temas são o do uso do “trolley” ou palangre na orla costeira e a ele associado o sobre-esforço de pesca que está a ser realizado e a necessidade muito urgente de ser feito um debate global, bem montado, bem participado e que permita uma progressiva e segura aproximação à definição do esforço de pesca que é defensável.

Em relação ao primeiro tema surge a necessidade de se repor a medida cautelar configurada na redacção do nº 5º da Portaria nº 7/2000 de 27 de Janeiro.

Friso e repito que se trata de uma medida cautelar, isto é: há que estudar e há que tirar conclusões, mas não se pode correr o risco de deixar que capturas sistemáticas excessivas na orla costeira produzam inutilizações acrescidas, em termos de pesca, na nossa costa.

Foi nesse debate franco e aberto, nalguns momentos rude, mas sempre construtivo, em que pescadores e investigadores convergiram numa opinião comum.

Os pescadores, com a sua prática quotidiana, a verem certas espécies a rarear, a verem ao pé da pedra, como se diz, serem estendidos milhares de anzóis, que tudo rapam e que muitos estragos inúteis fazem; os investigadores, com os seus métodos de investigação, com as suas medições e

marcações, com as suas preocupações e dúvidas sobre a circulação dos cardumes de ilha para ilha; **ambos estes grupos concluem que se têm que tomar cautelas imediatas.**

**Ambos concordaram com a necessidade de tudo isto ser aprofundado.**

Sendo assim, e na convicção de que esta Assembleia aprovará esta Resolução, penso que estamos a dar um contributo sério para que as medidas previstas na política de pesca possam ser desenvolvidas numa base realista de exploração otimizada dos recursos, mantendo esses recursos.

Disse. Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

**Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu subscrevo quase inteiramente aquilo que disse o Sr. Deputado José Decq Mota e acolho com satisfação esta sua iniciativa, que, de resto, não é nenhuma novidade e depois do que se passou aqui no Plenário do mês passado era natural que ela surgisse e com esta rapidez.

Aliás, ao subscrever e ao votar favoravelmente esta proposta, estamos a dar continuidade a um primeiro passo que foi dado pelo Governo da anterior legislatura e estamos a dar um segundo passo que é fundamental, que é importante, porque estamos a contribuir para preservação dos stocks e para a sua exploração sustentada e estamos também a contribuir para a longevidade do exercício da pesca que é, como sabemos, uma actividade económica importante quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista da sua inserção social na sociedade açoriana.

Ao aprovarmos esta proposta do PCP, estamos também a provar que estamos a colaborar com a oposição, não a colaborar com uma maioria musculada, mas sim a colaborar com uma maioria com razão.

**Vozes dos deputados da bancada do PS:** *Muito bem! Muito bem!*

**O Orador:** Por isso acolhemos de bom grado esta proposta e vamos votá-la favoravelmente.

Contudo gostaria de deixar aqui uma reflexão: isto é apenas mais um passo, porque mesmo dentro das 12 milhas há mais coisas a preservar, nomeadamente stocks e temos responsabilidades nessa área, mas também fora das 12 milhas, onde as responsabilidades são ligeiramente diferentes, há também muita coisa a preservar e muito trabalho a fazer.

Portanto, este é apenas mais um passo se queremos, de facto, que a pesca seja uma actividade importante com alguma longevidade e que existam, de facto, as comunidades piscatórias e esta importante actividade económica, temos que dar mais passos nesse sentido.

Aliás, na intervenção que fiz no plenário do mês passado, chamei a atenção para alguns outros aspectos que, embora este seja o mais flagrante, faço votos que também aqui venham a ser discutidos ao longo desta legislatura.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

**Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues):** Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na sequência daquilo que já disse o Sr. Deputado Lizuarte Machado, o Governo Regional vê com muitos bons olhos esta iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e também na sequência daquilo que já foi dito é bem a prova e a demonstração de que não costumamos fazer ouvidos de mercador quando as propostas e as iniciativas são consistentes e bem fundamentadas.

De facto, a fundamentação que o Sr. Deputado José Decq Mota apresentou e a Proposta de Resolução que propõe, tem em si os fundamentos próprios, nomeadamente o n.º 1 da proposta visa um objectivo claro e de justiça.

Contudo, gostaria de dizer que não foi por acaso que a Portaria n.º 7 foi revista pela Portaria n.º 18. Como sabe, Sr. Deputado, se tivesse oportunidade de fazer a mesma reunião que fez na ilha do Faial, na ilha de S. Jorge, se calhar não obteria os mesmos resultados a falar com os Srs. pescadores. Se a fizesse na ilha de S. Miguel ou mesmo na Terceira, se calhar não obteria os mesmos resultados que obteve aqui na ilha do Faial. Contudo não é para ilhas que este governo governa, não é para uma em concreto, nem para duas ou três.

Há objectivos concretos que nós visamos e a sustentabilidade da pesca é um princípio orientador da política que prosseguimos.

Não podemos dar cabo dos recursos naturais que temos e, portanto, sendo esse um objectivo de política do sector, da sustentabilidade da pesca nos Açores, tudo faremos para que este princípio e este objectivo de política seja verificado na prática.

De resto, essa solicitação já tinha sido feita pelos pescadores da Ilha de Santa Maria, através do Sr. Deputado José Humberto Chaves, já tinha sido feita pelos pescadores da ilha das Flores, pelo Sr. Deputado Herberto Rosa e, portanto, era uma preocupação que o Governo tinha e que mais cedo ou mais tarde iria tomar medidas nessa matéria.

De resto, era fácil para nós ter feito um exercício de alguma hipocrisia e anteontem eu ter assinado essa Portaria, porque eu concordo com ela. Não é disso que se trata, mas sim de fazer uma política séria e trata-se, obviamente de aceitar todas as propostas que vierem por bem e que vierem fundamentadas. Para mim a falta de fundamentação é principal vício e erro que encerra as propostas da oposição. Quando não se fundamenta ou se fundamenta mal, é evidente que nós não nos sentimos sequer obrigados a contestar propostas secas e simples, sem qualquer princípio orientador e definição política do sector.

Neste caso concreto aceitamos a Portaria nesse princípio cautelar e irá ser publicada dentro em breve, relativamente às 3 milhas e sobre aquilo que estamos a discutir.

Quanto ao nº. 2 da sua Proposta de Resolução, devo-lhe dizer que precisamente aqui na Horta existe um fórum onde essas questões são analisadas quase todos os anos, mais concretamente a Semana das Pescas que se vai iniciar no próximo dia 26 de Março. É um fórum para o qual V. Exa. está convidado e espero que já tenha recebido o convite e, portanto, onde pode naturalmente expor as suas ideias e opiniões, onde vão estar cientistas, onde vão estar pescadores e naturalmente muitos dos Srs. Deputados onde podem aberta e livremente esgrimir argumentos e termos uma discussão profícua.

Portanto, não vejo por isso necessidade da realização de qualquer outro debate que não seja aquele que já existe, que nós vamos pôr em prática e que visa essencialmente o objectivo que o Partido Comunista Português propõe no nº. 2, ou seja, relativamente a este número a resposta será dada já a partir do dia 26 de Março.

Quanto ao nº. 1 a Portaria será publicada dentro em breve.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por dizer ao Sr. Deputado Lizuarte Machado que isto não é mais um passo em frente relativamente ao que o Governo vinha fazendo. O passo em frente foi dado pela Portaria nº. 7/2000, mas depois deu-se um passo atrás com a Portaria nº. 18/2000 pelo mesmo Governo.

Neste momento o Partido Comunista Português está propondo uma Resolução, e que vai merecer a nossa concordância, no sentido de se corrigir o passo atrás que o Governo anterior deu.

**Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Como é que se corrige um passo atrás? É dar um passo à frente!

**Deputado Mark Marques (PSD):** Mas ficamos no mesmo sítio!

**O Orador:** Exactamente, ficamos onde estávamos e onde, se calhar, nunca deveríamos ter saído, porque houve um efeito perverso nisto que foi a partir do momento em que estava proibido, abrindo-se a oportunidade houve uma excessiva intensidade pelo facto de se ter aberto uma porta que antes estava fechada.

Neste momento está-se repondo o passo, e era esta a correcção que eu queria fazer ao Sr. Deputado Lizuarte Machado, que foi mal dado pelo anterior executivo, através da Portaria nº. 18/2000.

Esta Proposta de Resolução vai merecer a nossa concordância, o nosso voto favorável, mas penso que é importante deixar aqui duas ou três notas e têm a ver essencialmente com a necessidade da fiscalização.

Todas estas coisas são favoráveis, podem contribuir, a prazo, para a sustentação das espécies e a para que a actividade piscatória nos Açores possa continuar a ter a importância que tem e se possível ainda maior, mas essa fiscalização tem que ser feita, não só ao nível das artes de pesca, mas também ao nível das próprias embarcações e das áreas onde elas estão a efectuar as suas operações.

Embora esta não fosse matéria para a qual estivesse pensado intervir nesta fase, mas como houve mais do que um comentário a ligar esta discussão, que nada tem a ver com aquela que falámos há

pouco, gostaria também de deixar duas ou três notas e que vão essencialmente no sentido de contribuir também para aquilo que os deputados e o Governo trouxe agora relativamente ao passado recente de discussão aqui nesta Assembleia, nomeadamente à tal democracia musculada.

Não é pelo facto dos Srs. aprovarem agora um diploma da oposição que vai desmentir aquilo que já foi afirmado.

Por outro lado, gostaria de dizer ainda a respeito do que foi falado há pouco, que se nota, do Sr. Presidente do Governo ser reincidente nesta matéria, de não aparecer aqui neste Parlamento, de desrespeitar esta Assembleia e depois responder lá fora àquilo que se passa cá dentro, quando não põe cá os pés.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é tão a propósito como a intervenção do Sr. Deputado Lizuarte Machado, é como a intervenção do Sr. Secretário da Agricultura e Pescas. É tão a propósito quanto isso!

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

**Deputado José Decq Mota (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para fazer uma muito breve segunda intervenção sobre a matéria em discussão.

Evidentemente que aquele pequenino debate da manhã do último plenário, em que, infelizmente, o Sr. Secretário da Agricultura e Pescas não estava e que o Sr. Deputado Lizuarte Machado e eu próprio levantámos algumas questões e o Sr. Secretário Regional do Ambiente, aliás, com o nível que se lhe reconhece, entrou no debate reconhecendo que havia uma correcção a fazer, é evidente que ajudou a criar condições para que se criasse a convicção de que uma recomendação deste género poderia ter eficácia política e é bom que assim seja.

Portanto, são situações que se vão observando, que se vão analisando e que se vão desenvolvendo e aprofundando sem crispações absolutamente desnecessárias nem clubismos absolutamente condenáveis e nós procedemos assim nos assuntos maiores e nos assuntos mais pequenos.

Posto isto, gostava de dizer o seguinte:

Sabendo que esta Proposta de Resolução é uma simples recomendação a uma área que me preocupa de forma muito séria e que hoje tem interesses contraditórios como o Sr. Secretário assinalou, mas hoje a avaliação desses interesses contraditórios é diferente do que era há 2 anos, porque quando se lança uma groseira com pouco anzóis, ou quando se passa um dia no mar e se traz pouco peixe, mas ao mesmo tempo se vê um barco maior a lançar 7 ou 8 mil anzóis ou se vai às Flores, como eu fui, e vê-se palangreiros já com uma grande dimensão muito perto da costa a lançar dezenas de milhar de anzóis, a preocupação tem que ser muito grande.

Mas, quando os investigadores hoje têm dúvidas maiores do que tinham antes sobre a circulação dos cardumes, de orla costeira para orla costeira, ainda ficamos mais preocupados, porque podem-se estar a dar danos irreparáveis e irreversíveis e, portanto, é preciso ter algumas medidas cautelares e é preciso aprofundar.

Eu agradeço as respostas do Sr. Secretário, mas ao não mencionar aqui a Semana das Pescas não foi nenhuma desvalorização. Eu acho que a Semana das Pescas é um fórum muito interessante e com história e antigo, agora quando se deixa a recomendação genérica dum debate sobre isto, pode ter dois sentidos: tem o sentido duma iniciativa, - e penso que na Semana das Pescas muito se passará, e já recebi o convite e lá estarei com toda a certeza – mas para além disso penso que pode ser necessário ter que haver outro tipo de convencimentos com os interesses que estão envolvidos neste sector, porque são muitos e são diversificados e são contraditórios, agora, nem todos se radicam no princípio de otimizar a exploração sustentando os stocks, nem todos os interesses em presença se radicam nesse princípio. Essa é que é a dificuldade.

Portanto, de qualquer maneira penso que a aprovação desta Resolução é um contributo e o anúncio, feito pelo Sr. Secretário, da aceitação da recomendação por parte do Governo, é também um contributo extremamente positivo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Resolução relativa a medidas cautelares e ao estudo do esforço de pesca a desenvolver, por favor, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução relativa a medidas cautelares e ao estudo do esforço de pesca a desenvolver, foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Chegado ao final do último ponto dos nossos trabalhos, vou ler-vos a Proposta de Resolução habitual nestas circunstâncias:

“A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Fevereiro”.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor, mantenham-se como se encontram.

**Secretário:** A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Srs. Deputados, terminaram aqui os nossos trabalhos.

Muito obrigado e boa viagem para aqueles que regressam às suas ilhas.

Boa noite.

*(Eram 20 horas e 10 minutos)*

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

José António **Cabral Vieira**

**Fernando** Rosa Rodrigues **Lopes**

**Francisco** Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

**Partido Social Democrata (PSD)**

Aires António Fagundes **Reis**

António **Bento** Fraga **Barcelos**

**João** Manuel Bettencourt **Cunha**

**Partido Popular (PP)**

**Alvarino** Manuel Meneses **Pinheiro**

**Paulo** Domingos Alves de **Gusmão**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

**Francisco** Cardoso Pereira **Oliveira**

**Luís Paulo** de Serpa **Alves**

---

## DOCUMENTOS ENTRADOS NA SESSÃO

### Proposta de Resolução

#### "Apoio aos Idosos"

---

O apoio prestado pelo Governo Regional aos idosos é, sem dúvida, um assunto de grande importância e que merece todo o nosso interesse, atenção e envolvimento.

Pelo respeito e carinho que os idosos nos merecem, torna-se assim fundamental que clarifiquemos alguns aspectos imprescindíveis para que se estabeleça a base para uma actuação nesta matéria, que se quer cada vez mais presente e eficaz.

Os idosos, como qualquer outro grupo, diferentemente si mas partilham também alguns aspectos que caracterizam a fase da vida em que se encontram.

Do ponto de vista das perspectivas psico-sociais podemos considerar o desenvolvimento humano como um processo contínuo que se prolonga ao longo de todo o percurso de vida, sendo que em cada etapa somos confrontados com desafios específicos que reflectem a nossa participação na sociedade em que estamos inseridos.



O desafio que os idosos enfrentam, na última etapa do seu desenvolvimento, pode ser colocado em termos de obtenção de um sentimento de integridade pessoal em contraste com sentimentos de Este sentimento de integridade pessoal traduz-se na capacidade de fazer uma retrospectiva da vida e sentir que valeu a pena, orgulhar-se do seu percurso de vida, valorizar as opções tomadas e os sucessos alcançados, sentido que essas mesmas experiências e saberes são também valorizados pelos outros, principalmente pelos que lhes são mais próximos.

O sentimento de desânimo, por seu turno, evidencia alguma insatisfação com o próprio percurso de vida e o lamentar já não dispor de tempo suficiente para reformular as opções anteriormente assumidas, por se achar que não se alcançaram os objectivos desejados. É o sentir que não teremos oportunidade para corrigir eventuais falhas.

A possibilidade de viver e morrer com dignidade assume-se então como sendo o desafio principal desta etapa.

Considerando assim, que as principais necessidades para que o idoso possa lidar de forma eficaz com o final da vida e a proximidade da morte, são o conforto (físico e psicológico) a segurança, o respeito, a partilha e valorização das suas experiências, o contacto humano e o afecto;

Reafirmando ser o contexto familiar o espaço privilegiado para fomentar e assegurar estes sentimentos;

Reconhecendo por fim que compete ao Governo fazer a gestão dos recursos disponíveis, por forma a garantir as necessidades básicas de todos os seus cidadãos, em cada uma das diferentes etapas do seu desenvolvimento;

Realçando que, agir no melhor interesse dos idosos, no contexto actual, significa dar continuidade à descentralização e proliferação de estruturas e serviços de apoio directo, bem como ampliar os serviços disponíveis às famílias que lhes permitam manter os idosos nas suas casas.

Pelo exposto, e nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os deputados do Partido Socialista abaixo assinados propõem que a Assembleia Legislativa Regional recomende ao Governo Regional as seguintes medidas:

1. Incentivar o alargamento progressivo do Serviço de Apoio ao Domicílio por forma a abranger freguesias actualmente ainda a descoberto e fornecer serviços adicionais, nomeadamente a distribuição de medicação;
2. Avaliar as experiências actuais de fornecimento de serviços de apoio domiciliário aos fins de semana e feriados, por forma a gradualmente generalizar essa prática;
3. Desencadear esforços com vista à implementação de um serviço de Tele-Alarme disponível à população idosa ou com necessidades especiais.

Horta, sala das sessões, 13 de Fevereiro de 2001,

**Os Deputados Regionais,** *Vasco Cordeiro, Francisco Sousa Francisco Barros, Herberto Rosa, Nélia Amaral e Gilberta Rocha*

---

## **Proposta de Resolução**

### **"Biblioteca Inclusiva"**

A forma como qualquer sociedade se organiza para lidar com os grupos minoritários e em algum aspecto diferentes da "norma" reflecte, de forma mais ou menos fiel, a qualidade, e porque não a justiça, dessa mesma sociedade.

Felizmente, longe vão os tempos em que as pessoas diferentes eram vistas como seres malignos, com influências demoníacas, de quem a sociedade tinha de se defender.

Também felizmente, longe vão outros tempos em que o grupo dominante considerava estes seus pares diferentes como "imbecis", "idiotas" ou "incompetentes". Os "coitadinhos" que tinham de ser protegidos da sociedade magnânima que, nem por isso; deixava de os excluir do seu convívio.

Foram percorridas várias etapas desde a exclusão até à inclusão, passando pela segregação e por vários modelos de integração que foram gradualmente abrangendo mais sectores da vida em sociedade (integração social, integração educativa, integração profissional, etc.)

Hoje, é mundialmente reconhecido o direito da pessoa portadora de deficiência à inclusão na sua sociedade, como cidadão de plenos direitos, devendo os apoios específicos de que necessita serem prestados segundo uma perspectiva de normalização e decorrendo no meio menos restritivo possível.

Quer isto dizer que devemos criar condições para que a pessoa diferente possa viver de acordo com os rituais considerados normais para uma qualquer sociedade. Possa viver, comer, dormir, aprender, trabalhar, divertir-se e conviver de acordo com os ritmos de vida, contextos e regras que se aplicam aos demais membros do seu grupo de referência.

Estes são os princípios que devem guiar a nossa intervenção junto de qualquer população com necessidades especiais na implementação dos apoios de que necessitem, ao longo de todo o seu percurso de vida.

Parece-nos assim claro que, não podemos, nem devemos, criar todo um sistema de serviços paralelos à nossa organização social por forma a responder às necessidades deste segmento da nossa sociedade.

Não podemos, nem devemos, construir hospitais separados onde sejam tratados os seus problemas de saúde, igrejas separadas onde possam expressar a sua religiosidade, clubes separados onde possam praticar desporto, nem escolas separadas onde possam aprender.

De acordo com estes princípios podemos concluir que, cabe às instituições públicas, que prestam serviços à população em geral (Escolas, Hospitais, Clubes Desportivos, etc.) organizarem-se por forma a, no respeito pelos direitos constitucionais de todos os cidadãos, responderem também às necessidades destes nossos pares.

Possuímos hoje legislação que define medidas específicas para a inclusão da população com necessidades especiais na sociedade. Compete-nos melhorá-la e assegurar o seu cumprimento.

É este o dever das entidades oficiais, é este o dever dos governantes e é este o nosso dever, colectivamente, enquanto órgão legislador e, individualmente, enquanto representantes do povo açoriano que nos elegeu.

Deste modo, tendo em conta os princípios acima referidos e considerando a reconhecida importância do acesso à informação na promoção da inclusão;

Reconhecendo também o desenvolvimento verificado ao nível das Tecnologias da Comunicação, que possibilitam uma cada vez maior eliminação de barreiras no acesso à informação;

Tendo presente o número de pessoas com necessidades especiais na Região, estimado em cerca de 10% da população;

Assumindo por fim que a população com necessidades especiais, tradicionalmente vítima de segregação, é particularmente vulnerável e, por isso mesmo terá de ser protegida dos novos tipos de exclusão que têm vindo a surgir.

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os deputados do Partido Socialista abaixo assinados propõem que a Assembleia Legislativa Regional recomende ao Governo Regional as seguintes medidas, com vista à transformação das Bibliotecas Públicas em Bibliotecas Públicas Inclusivas:

1. Promover a eliminação gradual das barreiras arquitectónicas no exterior e interior dos edifícios;
2. Diligenciar no sentido de equipar as Bibliotecas Regionais com tecnologia de informação que garanta a todos o acesso ao património bibliográfico regional sem prejuízo da forma como alguns lêem;
3. Incentivar a aquisição, gradual e progressiva, de materiais de leitura em suportes especiais, concretamente livros, revistas e jornais em braille, livros falados, material em relevo, ampliado e em suporte digital.

Horta, sala das sessões, 13 de Fevereiro de 2001.

**Os Deputados Regionais,** *Vasco Cordeiro, Francisco Sousa, Francisco Barros, Herberto Rosa, Nélia Amaral e Gilberta Rocha*

—

**O Redactor**, *José Rodrigues da Costa*.

---